



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 110

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 22 DE SETEMBRO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 18: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mario Roque - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 110

104ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 03

Presenças 03

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Indicações 04

Requerimentos 07

Projetos de Lei 16

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 19

Dep. Edson Strapasson 22

Dep. Elio Rusch 24

Dep. Jocelito Canto..... 25

Dep. Tadeu Veneri..... 27

Dep. Felipe Lucas 29

Grande Expediente:

Dep. Neivo Beraldin 30

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 20

Liderança do PMDB

Dep. Edson Strapasson..... 22

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch 24

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri 27

Dep. Elton Welter..... 34

Liderança do PDT

Dep. Augustinho Zucchi32

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Rosane Ferreira35

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli38

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel38

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente39

Discussão/Votação

Redação Final40

2ª Discussão42

1ª Discussão42

Requerimentos47

Encerramento da Sessão48

Publicações:

Comissão de Constituição e Justiça

Extrato48

Atas de Comissões

Constituição e Justiça49

Direitos Humanos e Cidadania ..50

Tomada de Contas.....50

Publicações Administrativas:

Diretoria Geral

Contrato de Prest. de Serviços ...50

Procuradoria Geral

Parecer53

Despachos54

DIÁRIO Nº 110**104ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 104ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
22 DE SETEMBRO DE 2009**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Dr. Batista e pela Sra. Deputada Rosane Ferreira.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mario Roque, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri e Waldyr Pugliesi (47).

Ausentes os Srs. Deputados: Cleiton Kielse, Luiz Eduardo Cheida, Pedro Ivo, Stephanes Júnior e Teruo Kato (05).

Ausente com justificativa a Sra. Deputada Cida Borghetti e o Sr. Deputado Jonas Guimarães (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual

foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Ofícios**

Sob o nº 792/GS do Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pelos Deputados Elio Rusch, Ademar Traiano, Valdir Rossoni, Reni Pereira e Marcelo Rangel, que solicitam esclarecimentos sobre os investimentos, frotas e volume transportados pela FER-ROESTE. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Sob o nº CEE/CC 3145/09 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Douglas Fabrício, que solicita esclarecimentos sobre as obras, programas e/ou aquisições que o Governo deixará de realizar devido a perda de arrecadação. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 3167/09 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelos Deputados Elio Rusch, Ademar Traiano, Fernando Scanavaca, Luiz Carlos Martins e Plauto Miró, que solicitam esclarecimentos sobre a quitação dos títulos de crédito do Estado de Alagoas. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Sob o nº CEE/CC 3183/09 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Elio Rusch, que solicita esclarecimentos sobre os serviços prestados pela SANEPAR no Município de Cafelândia. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 3246/09 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Douglas Fabrício, que solicita esclarecimentos sobre a arrecadação do ICMS incidente sobre a energia elétrica, gasolina, telefone, cigarros e bebidas nos anos de 2006 à 2009. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº DP 1080/09 do Sr. Stênio Sales Jacob, Diretor Presidente da SANEPAR, em resposta ao pedido de informações requerido pela Deputada Rosane Ferreira, que solicita esclarecimentos sobre a cobertura da rede de coleta e tratamento de esgoto da Região Metropolitana de Curitiba. **Ao conhecimento da Sra. Deputada interessada.**

OFÍCIO S/N

Curitiba, em 22/09/09.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estive ausente nas Sessões Plenárias dos dias 15 e 21 do corrente mês, devido ao fato de estar ministrando diversas palestras referentes à saúde pública, em Municípios da Região de Maringá.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço antecipadamente.

Cordialmente,

(a) DR. BATISTA

Indicações

INDICAÇÃO Nº 872/09

SÚMULA:

Propõe ao Secretário de Transportes do Estado, Sr. Rogério Tizzot, a duplicação de trecho da rodovia que liga os Municípios de Marechal Cândido Rondon e Quatro Pontes.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, propõe à autoridade acima mencionada a duplicação de um trecho de cinco quilômetros da rodovia que liga os Municípios de Marechal Cândido Rondon e Quatro Pontes.

Tal solicitação vem ao encontro da necessidade de duplicação da PR-467, no segmento entre o módulo da Polícia Rodoviária e o Portal do Município de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Todos os cidadãos da região que abrange a Cidade de Quatro Pontes, Cidade de Marechal Cândido Rondon, Cidade de Toledo, do distrito de Dois Irmãos e de Municípios vizinhos sentem a necessidade da duplicação da rodovia Quatro Pontes/Marechal Cândido Rondon, e é de suma importância para a comunidade local.

No trecho que existe a balança o trânsito se torna complicado quando a mesma se encontra em funcionamento, pois existe via única que não permite a passagem de veículos, sendo o motorista obrigado a seguir caminhões lentos, formando grandes filas no sentido Marechal Cândido Rondon/Quatro Pontes e Marechal Cândido Rondon/Toledo.

Tendo e vista o grande tráfego de carros pedimos com certa urgência a duplicação da rodovia que já não compra mais o trânsito atual ou então o não funcionamento da balança.

Por esta rodovia, circulam empresários de várias localidades, turistas, estudantes, entre outros que são prejudicados pela lentidão do trânsito.

INDICAÇÃO Nº 873/09

SÚMULA:

Propõe que se empenhe atenção especial ao atendimento das necessidades de viabilização de recursos para a aquisição de um caminhão basculante para o Município de Tuneiras do Oeste.

Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

Considerando:

1) pedido formulado pela comunidade e lideranças de Tuneiras do Oeste;

2) a necessidade de caminhão basculante para atender a diversos serviços da comunidade, tais como: arrecadação de entulhos e lixo, remoção de terra, pedra e areia, entre outros;

3) que o Município conta com dois Distritos, Aparecida do Oeste e Marabá;

4) que o Município conta, ainda, com duas Vilas Rurais;

5) que o Município possui apenas um caminhão para esta finalidade, mas cujo Estado de conservação faz com que passe mais tempo parado do que em utilização;

Solicita urgentes providências no sentido de:

1) fornecer um caminhão basculante para atendimento das necessidades do Município de Tuneiras do Oeste, visto a grande necessidade que se observa.

Certo que as providências serão tomadas, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 874/09

SÚMULA:

Propõe a FUNASA que se empenhe atenção especial ao atendimento das necessidades de viabilização de recursos para a aquisição de um caminhão basculante para o Município de Tuneiras do Oeste.

Sr. Coordenador da FUNASA no Estado do Paraná:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

Considerando:

1) pedido formulado pela comunidade e lideranças de Tuneiras do Oeste;

2) a necessidade de caminhão basculante para atender a diversos serviços da comunidade, tais como: arrecadação de entulhos e lixo, remoção de terra, pedra e areia, entre outros;

3) que o Município conta com dois Distritos, Aparecida do Oeste e Marabá;

4) que o Município conta, ainda, com duas Vilas Rurais.

5) que o Município possui apenas um caminhão para esta finalidade, mas cujo Estado de conservação faz com que passe mais tempo parado do que em utilização.

Solicita urgentes providências no sentido de:

1) fornecer um caminhão basculante para atendimento das necessidades do Município de Tuneiras do Oeste, visto a grande necessidade que se observa.

Certo que as providências serão tomadas, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO N° 875/09

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado dos Transportes a conclusão da Estrada do Bairro Barreiro das Frutas, que liga os Municípios de Campo Mourão e Corumbataí do Sul.

O Sr. Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne esta Secretaria em dirigir especial ao pleito apresentado pela comunidade do Município de Campo Mourão e Corumbataí do Sul que legitimamente solicita, com brevidade, o vosso empenho na busca de soluções para a conclusão da Estrada do Bairro Barreiro das Frutas, que liga os Municípios, mais precisamente até o bairro dos Borges uma vez que a mesma foi construída parcialmente.

II - Em ofício o nobre Vereador Elias Bezerra de Farias, de Corumbataí do Sul, nos relata que a referida estrada foi construída parcialmente e que o trecho encontra-se no mais completo abandono.

III - É importante destacar que a referida rodovia é de muita importância para os moradores daquela região do Estado. Desta forma é por demais importante que se atue com eficácia desde este momento, não se deixando chegar a situações mais complicadas.

IV - Diante da grande importância do atendimento desta manifestação, pedimos o empenho máximo no seu atendimento.

V - O atendimento destas necessidades atingirá milhares de pessoas e representa o sonho de todos os moradores do Município e região. A solução desta situação, possibilitará, também, o crescimento do Município e arredores, trazendo melhoria na qualidade de vida da nossa gente.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO N° 876/09

SÚMULA:

Propõe a Paraná Esportes que dispense atenção especial a necessidade de construção de uma academia para a terceira idade no Distrito de Jóia no Município de Quatro Centenário.

O Sr. Diretor-Presidente da Paraná Esportes:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Em atendimento ao pedido formulado pelo nobre Vereador Valdir Alves de Oliveira que através de ofício nos pede empenho em pleitear junto a este respeitável órgão que dispense atenção especial a necessidade de se implantar uma academia para a terceira idade no Distrito de Jóia, no Município de Quatro Centenário.

II - Conforme argumentação do nobre Vereador a proposição se faz necessário, pois, o Distrito representa uma grande importância para a localidade.

III - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do Estado do Paraná e reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO N° 877/09

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estadual dos Transportes que dispense atenção especial a necessidade de construção de galerias e pavimentação asfáltica no Distrito de Jóia no Município de Quatro Centenário.

O Sr. Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Em atendimento ao pedido formulado pela nobre Vereadora Nelci Rodrigues que através de ofício nos pede empenho em pleitear junto a esta Secretaria que dispense atenção especial a necessidade de se implantar galerias e pavimentação asfáltica no Distrito de Jóia, no Município de Quatro Centenário.

II - Conforme argumentação da nobre Vereadora a proposição se faz necessária, pois, o Distrito representa uma grande importância para a localidade.

III - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do Estado do Paraná e reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, ressaltamos que o atendi-

mento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO N° 878/09

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado dos Transportes a duplicação da rodovia que liga o Município de Santa Fé ao Município de Maringá.

O Sr. Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne esta Secretaria em dirigir atenção especial ao pleito apresentado pela comunidade do Município de Santa Fé que legitimamente solicita, com brevidade, empenho na busca de soluções para a duplicação da rodovia que liga o Município de Maringá.

II - Em ofício a comissão responsável pelas manifestações e pela, condução dos trabalhos de empenho em busca do objetivo nos informou das várias tratativas ocorridas que resultaram infrutíferas.

III - É importante destacar que a referida rodovia é de muita importância para os moradores daquela região do Estado. Desta forma é por demais importante que se atue com eficácia desde este momento, não se deixando chegar a situações mais complicadas.

IV - Diante da grande importância do atendimento desta manifestação, pedimos o empenho máximo no seu atendimento.

V - O atendimento destas necessidades atingirá milhares de pessoas e representa o sonho de todos os moradores do Município e região, a solução desta situação, possibilitará, também, o crescimento do Município e arredores, trazendo melhoria na qualidade de vida da nossa gente.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO N° 879/09

SÚMULA:

Propõe ao Ministério da Previdência Social que determine ao INSS para que ponha fim a Orientação Interna n° 138 de 05/05/06.

O Sr. Ministro da Previdência Social:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que este Ministério da Previdência Social determine o fim da Orientação Interna n° 138 do INSS.

II - O nobre Vereador José Danilson Alves de Oliveira, do Município de Rolândia, nos insta a intercedermos junto a este órgão para que cesse a injustiça que esta orientação interna tem nos trazido.

III - Relata-nos, o Vereador, que a concessão do benefício auxílio-doença comum (B-31) ao invés do acidentário (B-91) é a razão do déficit anunciado na concessão do benefício auxílio-doença comum, que o levou a adoção das “altas programadas”, também denominada “data de cessação de benefício - DCB”.

IV - No ponto de vista do Vereador, o dito instituto vai de encontro a Lei n° 8213/91, que rege os Planos de Benefícios da Previdência Social, em especial no artigo 60, que descreve o direito ao benefício de auxílio-doença “a contar da data do início da incapacidade e enquanto ele permanecer incapaz.”

V - Esta “Alta Programada” estabelece data predefinida para “o fim da incapacidade” do segurado, afrontando a lei que gere o tema, bem como os direitos humanos sociais dos trabalhadores e a própria Constituição Brasileira.

VI - O atendimento deste pleito representa o atendimento das necessidades de milhares de beneficiários.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO N° 880/09

SÚMULA:

Propõe atenção especial e atendimento ao fornecimento de uma UTI móvel ao Município de Lobato.

O Sr. Secretário de Estado das Saúde:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que esta Secretaria de Estado dispense atenção especial e atendimento da necessidade apresentada pelo Município de Lobato.

II - O Exmo. Sr. Prefeito nos relata e pede empenho na sensibilização desta Secretaria de Estado para o grande problema da falta de um veículo adequado para fazer o atendimento médico emergencial para a população.

III - Relata-nos, o Prefeito, que a intenção é minimizar a incidência de mortes em decorrência de acidentes ou mesmo de doenças na qual a equipe médica por falta de equipamento para os primeiros socorros não tem conseguido êxito.

IV - Para a melhora imediata dos atendimento e dos serviços oferecidos aos munícipes e da região é por demais importante a aquisição de uma UTI móvel.

V - A solicitação se justifica perfeitamente diante da situação atual.

VI - O atendimento deste pleito representa o atendimento das necessidades de milhares de parana-

enses que se beneficiariam dos atendimentos no Município e região.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 881/09

SÚMULA:

Sugere a criação de um batalhão do Corpo de Bombeiros no Município de Palotina.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Luiz Fernandes Litro dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - o Município de Palotina tem excessivas despesas com a manutenção da Brigada de Bombeiros Voluntários.

II - a nossa sugestão é que essa brigada de voluntários fosse transferida para a supervisão da Polícia Militar do Estado, que arcaria com as despesas inerentes do serviço.

III - essa medida traria enormes benefícios a toda comunidade, pois desoneraria os cofres da Prefeitura e melhora as condições funcionais dos bombeiros voluntários.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 4610

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a inversão total da pauta da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA, NELSON JUSTUS, ALEXANDRE CURI, LUCIANA RAFAGNIN e DR. BATISTA.

REQUERIMENTO Nº 4643 “B”

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa Executiva da Assembleia Legislativa, que seja realizada Sessão Solene Comemorativa aos 120 anos da Imigração Judaica no Paraná, no dia 22 de outubro, quinta-feira, às 11h, no Plenário.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Estaremos promovendo a presente solenidade em conjunto com a Federação Israelita do Paraná, prestando justa homenagem em reconhecimento a contribuição dos imigrantes ao nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 4642 “A”

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do Regimento Interno, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 355/09 e 371/09, que objetivam autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel no Município de Verê.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 4589

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, justificar ausência na Sessão Ordinária do dia 22 de setembro do corrente ano, para participar de audiência em Brasília sobre a recuperação da Estrada Boiadeira (BR-487) com o Ministro dos Transportes, Sr. Alfredo Pereira do Nascimento.

Sendo o que se apresenta para o momento agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 4611

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, justificar ausência nas Sessões Ordinárias realizadas no dia 02 de setembro do corrente ano, em virtude de compromissos assumidos no interior do Estado.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) FERNANDO SCANAVACA

REQUERIMENTO Nº 4639

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 21 do corrente mês de setembro, em razão aos compromissos partidários, assumidos previamente.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) OSMAR BERTOLDI

REQUERIMENTO Nº 4642

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o arquivamento do Projeto de Lei nº 430/09, de minha autoria, que autoriza o Poder Executivo dispensar as entidades filantrópicas de parte da cobrança das tarifas de energia elétrica, de fornecimento de água e tratamento de esgoto.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 4592

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pela passagem de um ano do brutal assassinato de 15 cidadãos no Município de Guaíra, em 22/09/08, naquela que ficou conhecida como a maior chacina do Estado e a terceira maior do Brasil.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 4595

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Secretário de Estado da Segurança Pública Luiz Felipe Haj Mussi.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu, aos 64 anos de idade na data de ontem, o advogado Luiz Felipe Haj Mussi, ex-Secretário de Estado da Segurança Pública. Era irmão da Sra. Secretária da Cultura, Vera Maria Haj Mussi. Deixou viúva a Sra. Maria Amélia e os filhos Anna Eliza, Silvia Amélia e Luiz Daniel e os netos Laura e Arthur.

Haj Mussi também foi Secretário de Assuntos Fundiários. Formado em Direito, ele se aposentou como Desembargador Federal do Trabalho. Foi membro do Instituto dos Advogados do Paraná e Presidente do Conselho Nacional de Ética do PPS. Em 2006 disputou a eleição ao Senado pelo PPS. Especialista em política de combate ao crime tornou-se um dos maiores conhecedores do assunto no Paraná.

O passamento do grande amigo, Luiz Felipe Haj Mussi, veio abrir enorme lacuna no seio da família bem como deste Parlamentar, que teve a felicidade de ser seu colega de estudos no Colégio Santa Maria desta Capital.

Um vácuo imenso nos invade a alma e nossa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável. Mas tal é a condição humana, viver, lutar, morrer.

Fica certo, amigo dileto Luiz Felipe, de que sua memória ficará viva em nossos corações e que seus exemplos continuarão a noertear nossa vida.

Sua família, a família que adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberão honrar seu nome e cultivar sua memória.

Que Deus na sua infinita bondade lhe retribua na outra vida o muito que fez pelos seus semelhantes.

Descanse em paz Luiz Felipe Haj Mussi.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se a dor que

abalou a família Haj Mussi, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 4596

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Januário Gomes, ocorrido no último dia 15 do corrente na Cidade de Munhoz de Mello.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu no último dia 15 na Cidade de Munhoz de Mello, aos 82 anos de idade, o Sr. Januário Gomes.

Deixou viúva a Sra. Maria Rosa Gomes. Deixou ainda 11 filhos, entre eles o Sr. Geraldo Gomes, atual Vice-Prefeito de Munhoz de Mello, 16 netos e três bisnetos.

O passamento do Sr. Januário Gomes veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre eles este Parlamentar.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que jamais esquecerão a sua maneira de ser, seus gestos, seu companheirismo e carinho.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se a dor que abalou a família Gomes, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 4638

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de pesar à Convenção Batista Paranaense pelo falecimento do Pastor Nilson de Amaral Fanini, ocorrido na manhã do último sábado, dia 19/09/09, na Cidade de Stephenville (Texas, EUA)

O presente voto se justifica em função do destacado trabalho deste ilustre paranaense à frente da Convenção Batista, em nível nacional e internacional. Nascido em Curitiba, no dia 18/03/32, Nilson de Amaral Fanini se formou em Teologia no ano de 1955, com apenas 23 anos. No ano seguinte, casou-se com Helga Kepler Fanini, com quem teve três filhos, Otto Nilson, Roberto e Margareth. No mesmo ano seguiu para os EUA, onde fez mestrado em Teologia no Southwestern Baptist Theological Seminary, em Fort Worth (Texas).

As retornar dos EUA aceitou convite da Primeira Igreja Batista de Vitória (ES), onde atuou entre 1958 e 1964. Assumiu então a Primeira Igreja Batista de Niterói,

na qual alcançou um ministério de 41 anos. O Pastor Fanini também realizou cruzadas em 109 Países, celebrou cerca de 11 mil batismos e ocupou cargos importantes como a presidência da Convenção Batista Brasileira (CBB) e da Aliança Batista Mundial, que congrega mais de 100 milhões de fiéis em todo o planeta.

Figura pública de destaque, ele fundou e presidiu por 30 anos o reencontro, entidade que presta atendimento médico, educacional e social aos carentes. Homem de mídia, Fanini manteve no ar, por três décadas, programas de rádio e TV, publicou cinco livros e produziu milhares de mensagens, estudos bíblicos e trabalhos de cunho teológico. Nos últimos anos, atuou como Pastor na Igreja Batista Memorial de Niterói.

Após a aprovação deste voto, requer, ainda, que do presente se dê ciência à Convenção Batista Paranaense, através de correspondência para esta instituição.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 4642-B

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Luiz Felipe Haj Mussi, ocorrido no último dia 21/09/09, na Cidade de Curitiba-PR.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) MARCELO RANGEL

Apoiamento:

Douglas Fabrício.

REQUERIMENTO Nº 4643

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, e associando-se ao júbilo dos dirigentes e associados, requer ao Plenário desta Casa Legislativa a consagração de congratulações à Associação Paranaense de Orquidófilos - APRO, pelo transcurso de seus 50 anos da existência, que acontece no dia de hoje.

Caso aprovada a presente proposição, o preponente requer seja dada ciência da mesma, via correspondência a ser encaminhada à diretoria da Associação Paranaense de Orquidófilos, na pessoa do seu presidente, Sr. Alessandro Garret Dronk.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A alta significância desse aniversário está na nobre missão que a APRO realiza há tanto tempo pela preservação e cultivo das orquídeas. Sempre imbuída na relevante missão de conservar essa importante família botânica e, de via, atuar em defesa no meio ambiente.

Esse importante objetivo se revela na atuação da APRO quando cria oportunidades, não só para profissionais da área, colecionadores e produtores mas igualmente para simples cultivadores e amadores de orquídeas para troca de experiências e conhecimentos.

Profundamente significativa e de excepcional relevo é esse aniversário da APRO não somente ao longo tempo, em valor histórico, mas, sobremaneira, pelas muitas décadas de dedicação de seus membros, anonimamente, num trabalho de fé e abnegação pela magna arte da orquidofilia e orquidologia.

Por essas razões, rogo aos estimadores Pares, aprovação das congratulações requeridas.

REQUERIMENTO Nº 4597

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Centro Evangélico Social e Educacional Semear, na pessoa da Sra. Ana Miranda da Silveira.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O Centro Evangélico Social e Educacional Semear (CESES), com sede na rua Antonio Juliano Gandin, 190, em Porto Amazonas, PR, Vila Reis, foi constituído legalmente como pessoa jurídica em setembro de 2005. Em 2006 obteve os seguintes registros: utilidade pública municipal, Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

A diretoria do CESES é composta por membros da comunidade, voluntários e profissionais de diversas áreas como recursos humanos, contabilidade, administração de empresas, e técnicos, entre outros. Todos atuam direta ou indiretamente nos projetos.

O princípio norteador para os projetos e ações do CESES é a valorização e o resgate da dignidade humana por meio de projetos e ações de combate à pobreza e seus efeitos sociais marginalizadores e excludentes.

Sensibilizada com os problemas próprios de comunidades pobres, o CESES firmou o compromisso de atuar entre 72 famílias das mais vulneráveis, social e economicamente a fim de interferir como agente de transformação na Vila Reis, no Município de Porto Amazonas, por meio de ações e projetos sociais com o objetivo de promover melhores condições de existência àqueles que mais precisam.

Por meio de um diálogo interno e externo permanente, busca equacionar os problemas da comunidade, detectar suas demandas e valorizar as soluções endógenas (aquelas que são emergentes da própria comunidade) vinculando-as às políticas públicas.

Com a missão de desenvolver habilidades e talentos para emancipação humana, o CESES adotou como linhas de atuação prioritárias a educação e promoção de uma vida saudável. Essas prioridades vêm se expressando nas ações e atividades sistemáticas dos Projetos do

Semear, que desde 2005 vem rendendo frutos e modificando a situação dos participantes, tanto dos beneficiários como dos gestores. As atividades ocorrem no contraturno escolar para 44 crianças e adolescentes da comunidade com aulas de idiomas (alemão e espanhol), reforço escolar, oficinas de artes, esportes, além de atividades promotoras da saúde como higiene e alimentação saudável.

Com o objetivo de estender suas atividades e atingir também as famílias das crianças e adolescentes, o CESES vem desdobrando o projeto com outras iniciativas para melhorar a qualidade de vida dessa comunidade como: curso pré-vestibular gratuito para jovens em fase de ingressar na universidade - O CESES, apoiado pela APMIF - Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Família, obteve nos dois últimos anos um índice de aprovação de 65% de seus alunos em instituições do ensino técnico e superior.

Ampliando seus objetivos, o CESES passou agora a focar suas ações também na linha de atuação para geração de trabalho e renda. Apoiado pelo FRUTIPAR - Associação dos Fruticultores do Paraná e Agropecuária Boutin, o CESES passou a promover um curso de culinária para mulheres da comunidade, cujos resultados têm sido importantes e significativos, o que motivou a apresentação deste projeto aos nossos parceiros (esta é a primeira vez que o CESES recorre à exposição de um projeto em busca de apoio financeiro). O objetivo deste é consolidar e ampliar o âmbito de atuação, acrescentando profissionalismo e sustentabilidade ao então Projeto Fábrica de Oportunidades, passando de uma produção artesanal para produção industrial com segurança e qualidade comprovadas.

REQUERIMENTO Nº 4598

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à Agropecuária Boutin, na pessoa do Sr. Gilberto Schwartz Boutin.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Unidade de negócio que deu origem ao grupo, produz e comercializa uma gama de fertilizantes com mais de 500 formulações diferentes, além de uréia agrícola, hipofosfato de gafsa entre outros.

Possui tecnologia de ponta para o plantio, cultivo, manuseio e seleção de suas frutas, há mais de 30 anos produz e comercializa maçãs, peras, pêssegos, caquis, kiwis e ameixas. Com sua sede em Porto Amazonas-PR (120 Km de Curitiba) onde estão seus pomares, instalações para seleção e armazenagem em câmaras com atmosfera controlada, esta unidade de negócio é capaz de fornecer ao mercado frutas frescas o ano todo. Por toda sua tecnologia é certificada com o selo Global GAP que credencia a Boutin Fruticultura a fornecer seus produtos

aos mais exigentes mercados internacionais como USA e CE.

Uma loja de varejo que nasceu juntamente com a Boutin Fertilizantes, onde o pequeno e médio agricultor encontra uma vasta gama de produtos para seu uso cotidiano. A Boutin Campo e Jardim comercializa fertilizantes, mudas, sementes, EPIs, fármacos veterinários, domissanitários, ferramentas nacionais e importadas da França, Alemanha e Japão. Estrategicamente localizada próxima ao Mercado Municipal de Curitiba e com estacionamento próprio.

REQUERIMENTO Nº 4612

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Projeto Caia na Rede.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Projeto Caia na Rede, apoiado pelo Consórcio CONPAR e realizado no Centro de Atendimento Integral à Criança e ao Adolescente - CAIC, do Jardim Califórnia em Araucária, com o objetivo de capacitar na área de informática, 600 estudantes da região e funcionários das empresas, prestando um serviço a comunidade, oportunizando aos participantes o acesso e os conhecimentos básicos.

Com a participação de monitores voluntários, o projeto ajuda a reduzir o número de analfabetos digitais e abre porta do mercado profissional, dando assim maiores esperanças aos que buscam uma vaga no mercado.

REQUERIMENTO Nº 4613

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao advogado Antonio Devechi.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao advogado Antonio Devechi, formado em Direito, inicialmente trilhou carreira no Banco do Estado do Paraná, onde exerceu diversas funções. Posteriormente tornou-se escritor, publicando livros técnicos de Direito, levando sua capacidade e conhecimento na área, em benefício da sociedade.

Especialista em Direito Bancário e Criminal, defende a ciência das normas obrigatórias que disciplinam as relações dos homens numa sociedade de forma inviolável, nos limites da lei. Exerce seu papel indispensável à administração da justiça e defende o Estado Democrático de Direito, através da igualdade de todos os cidadãos, preservando os direitos em sua forma legal, preceitos estes que o norteiam e que o destacam como um profissional competente e respeitado.

REQUERIMENTO Nº 4614

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Marly Minatti.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Marly Minatti, uma grande empreendedora do Paraná que iniciou suas atividades com a empresa Salão Marly - Pentasul Cabeleireiros, tendo adquirido experiência e se fortalecido como comerciante, destacando-se na sua área de atividade. Lutadora e vencedora em um mercado profissionalizado e competitivo.

Uma cidadã engajada no crescimento e no desenvolvimento sociocultural e empresarial da comunidade de Curitiba. Empreendedora e dinâmica tem em suas atividades um multiplicador de empregos que fomentam a economia local, uma “Guerreira do Comércio”.

REQUERIMENTO Nº 4615

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Mário Luiz Bamberg.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Mário Luiz Bamberg, um grande empreendedor do Paraná que iniciou suas atividades com a empresa Panificadora Q'Delícia, tendo adquirido experiência e se fortalecido como comerciante, destacando-se na sua área de atividade. Lutador e vencedor em um mercado profissionalizado e competitivo.

Um cidadão engajado no crescimento e no desenvolvimento sociocultural e empresarial da comunidade de Toledo. Empreendedor e dinâmico tem em suas atividades um multiplicador de empregos que fomentam a economia local, um “Guerreiro do Comércio”.

REQUERIMENTO Nº 4616

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Marcos Rogério Kasburg.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Marcos Rogério Kasburg, um grande empreendedor do Paraná que iniciou suas atividades com a empresa Auto Mecânica Marcão, tendo adquirido experiência e se fortalecido como comerciante, destacando-se na sua área de atividade. Lutador e vencedor em um mercado profissionalizado e competitivo.

Um cidadão engajado no crescimento e no desenvolvimento sociocultural e empresarial da comunidade

de Marechal Cândido Rondon. Empreendedor e dinâmico tem em suas atividades um multiplicador de empregos que fomentam a economia local, um “Guerreiro do Comércio”.

REQUERIMENTO Nº 4617

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Luiz Roberto Stacheski.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Luiz Roberto Stacheski, um grande empreendedor do Paraná que iniciou suas atividades com a empresa Horus Informática, tendo adquirido experiência e se fortalecido como comerciante, destacando-se na sua área de atividade. Lutador e vencedor em um mercado profissionalizado e competitivo.

Um cidadão engajado no crescimento e no desenvolvimento sociocultural e empresarial da comunidade de Curitiba. Empreendedor e dinâmico tem em suas atividades um multiplicador de empregos que fomentam a economia local, um “Guerreiro do Comércio”.

REQUERIMENTO Nº 4618

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Luiz Narciso Savi.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Luiz Narciso Savi, um grande empreendedor do Paraná que iniciou suas atividades com a empresa Savi & Martinelli, tendo adquirido experiência e se fortalecido como comerciante, destacando-se na sua área de atividade. Lutador e vencedor em um mercado profissionalizado e competitivo.

Um cidadão engajado no crescimento e no desenvolvimento sociocultural e empresarial da comunidade de Medianeira. Empreendedor e dinâmico tem em suas atividades um multiplicador de empregos que fomentam a economia local, um “Guerreiro do Comércio”.

REQUERIMENTO Nº 4619

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Luiz Antônio da Silva.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Luiz Antonio da Silva, um grande empreendedor do Paraná que iniciou suas atividades com a empresa Maq New Comércio de Máquinas para Escritório, tendo adquirido experiência e se fortale-

cido como comerciante, destacando-se na sua área de atividade. Lutador e vencedor em um mercado profissionalizado e competitivo.

Um cidadão engajado no crescimento e no desenvolvimento sociocultural e empresarial da comunidade de Santo Antônio da Platina. Empreendedor e dinâmico tem em suas atividades um multiplicador de empregos que fomentam a economia local, um “Guerreiro do Comércio”.

REQUERIMENTO Nº 4620

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Padre Livino Blanger pelos 50 anos de sacerdócio.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Padre Livino Blanger, pároco que atuou na Paróquia de São Grato, no Mossunguê, comemora 50 anos de sacerdócio este ano, tendo agregado fiéis por devoção durante sua trajetória eclesástica, aumentando suas responsabilidades como governantes das palavras do Êxodo 25:8 “*E me farão um santuário para que possa habitar no meio deles*”.

Coordenou ações sociais que beneficiam crianças, idosos e adolescentes, com apoio de voluntários, demonstrando toda sua dedicação e amor ao próximo, na Igreja de Cristo, detentor na plenitude dos sete sacramentos e dos outros meios necessários para a salvação dados por Jesus à Igreja.

REQUERIMENTO Nº 4621

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Paulo Augusto Sapin, *in memoriam*.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Paulo Augusto Sapin, *in memoriam*, um batalhador que superou suas dificuldades com muita determinação e coragem, trabalhando sempre com disposição, enfrentando as situações mais adversas de forma amigável e solidária.

Torcedor contumaz do Paraná Clube, tinha na sua paixão pela agremiação uma de suas marcas registradas, características que lhe rendia a simpatia de muitos que com ele conviviam. Jovem de personalidade forte e que gostava das amizades que aprendeu a cativar, fazendo parte de suas vidas de uma forma singular.

REQUERIMENTO Nº 4622

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e

congratulações ao Socorro aos Necessitados pelos 88 anos.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Socorro aos Necessitados pelos 88 anos, entidade mantenedora do Lar dos Idosos Recanto do Tarumã e do Centro de Educação Infantil Meu Pequeno Reino, instituições que acolhem pessoas necessitadas, garantindo melhoria em sua qualidade de vida, através do atendimento e orientação, educação alimentar para crianças e saúde para idosos, suprimindo suas carências básicas, com atendimento especializado nas mais diversas áreas da saúde e do ensino.

Com a colaboração de voluntários, a entidade tornou-se referência no Estado do Paraná, demonstrando sua benevolência e importância para uma sociedade mais igualitária e justa.

REQUERIMENTO Nº 4623

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Luiz Antônio Cossio.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Luiz Antônio Cossio, um grande empreendedor do Paraná que iniciou suas atividades com a empresa Imobiliária Thá, tendo adquirido experiência e se fortalecido como comerciante, destacando-se na sua área de atividade. Lutador e vencedor em um mercado profissionalizado e competitivo.

Um cidadão engajado no crescimento e no desenvolvimento sociocultural e empresarial da comunidade de Curitiba. Empreendedor e dinâmico tem em suas atividades um multiplicador de empregos que fomentam a economia local, um “Guerreiro do Comércio”.

REQUERIMENTO Nº 4624

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Leopoldo Nestor Furlan.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Leopoldo Nestor Furlan, um grande empreendedor do Paraná que iniciou suas atividades com a empresa Auri Verde Iluminação, tendo adquirido experiência e se fortalecido como comerciante, destacando-se na sua área de atividade. Lutador e vencedor em um mercado profissionalizado e competitivo.

Um cidadão engajado no crescimento e no desenvolvimento sociocultural e empresarial da comunidade de Cascavel. Empreendedor e dinâmico tem em suas ati-

vidades um multiplicador de empregos que fomentam a economia local, um “Guerreiro do Comércio”.

REQUERIMENTO Nº 4625

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Lauro Colombo.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Lauro Colombo, um grande empreendedor do Paraná que iniciou suas atividades com a empresa B&C Auto Center, tendo adquirido experiência e se fortalecido como comerciante, destacando-se na sua área de atividade. Lutador e vencedor em um mercado profissionalizado e competitivo.

Um cidadão engajado no crescimento e no desenvolvimento sociocultural e empresarial da comunidade de Cascavel. Empreendedor e dinâmico tem em suas atividades um multiplicador de empregos que fomentam a economia local, um “Guerreiro do Comércio”.

REQUERIMENTO Nº 4626

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Joaquim Catarino Pires.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Joaquim Catarino Pires, um grande empreendedor do Paraná que iniciou suas atividades com a empresa J. Catarino Pires & Cia., tendo adquirido experiência e se fortalecido como comerciante, destacando-se na sua área de atividade. Lutador e vencedor em um mercado profissionalizado e competitivo.

Um cidadão engajado no crescimento e no desenvolvimento sociocultural e empresarial da comunidade de Francisco Beltrão. Empreendedor e dinâmico tem em suas atividades um multiplicador de empregos que fomentam a economia local, um “Guerreiro do Comércio”.

REQUERIMENTO Nº 4627

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Josemar Luiz Canale.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Josemar Luiz Canale, um grande empreendedor do Paraná que iniciou suas atividades com a empresa Floricultura Flora e Jaci, tendo adquirido experiência e se fortalecido como comerciante, destacando-se na sua área de atividade. Lutador e vencedor em um mercado profissionalizado e competitivo.

Um cidadão engajado no crescimento e no desenvolvimento sociocultural e empresarial da comunidade de Curitiba. Empreendedor e dinâmico tem em suas atividades um multiplicador de empregos que fomentam a economia local, um “Guerreiro do Comércio”.

REQUERIMENTO Nº 4628

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. José Luiz Lago.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. José Luiz Lago, um grande empreendedor do Paraná que iniciou suas atividades com a empresa Casa Conexão Materiais Hidráulicos, tendo adquirido experiência e se fortalecido como comerciante, destacando-se na sua área de atividade. Lutador e vencedor em um mercado profissionalizado e competitivo.

Um cidadão engajado no crescimento e no desenvolvimento sociocultural e empresarial da comunidade de Curitiba. Empreendedor e dinâmico tem em suas atividades um multiplicador de empregos que fomentam a economia local, um “Guerreiro do Comércio”.

REQUERIMENTO Nº 4629

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. José Lorena Pinto.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. José Lorena Pinto, um grande empreendedor do Paraná que iniciou suas atividades com a empresa Comércio de Carnes Pantheon, tendo adquirido experiência e se fortalecido como comerciante, destacando-se na sua área de atividade. Lutador e vencedor em um mercado profissionalizado e competitivo.

Um cidadão engajado no crescimento e no desenvolvimento sociocultural e empresarial da comunidade de Curitiba. Empreendedor e dinâmico tem em suas atividades um multiplicador de empregos que fomentam a economia local, um “Guerreiro do Comércio”.

REQUERIMENTO Nº 4630

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Ivan Brasiliano da Costa.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Ivan Brasiliano da Costa, um grande empreendedor do Paraná que iniciou suas ati-

vidades com a empresa KD o Bebê Comércio de Confecções, tendo adquirido experiência e se fortalecido como comerciante, destacando-se na sua área de atividade. Lutador e vencedor em um mercado profissionalizado e competitivo.

Um cidadão engajado no crescimento e no desenvolvimento sociocultural e empresarial da comunidade de Paranavaí. Empreendedor e dinâmico tem em suas atividades um multiplicador de empregos que fomentam a economia local, um “Guerreiro do Comércio”.

REQUERIMENTO Nº 4631

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. João Alberto da Silva.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. João Alberto da Silva, um grande empreendedor do Paraná que iniciou suas atividades com a empresa Farmácia Silvana, tendo adquirido experiência e se fortalecido como comerciante, destacando-se na sua área de atividade. Lutador e vencedor em um mercado profissionalizado e competitivo.

Um cidadão engajado no crescimento e no desenvolvimento sociocultural e empresarial da comunidade de Curitiba. Empreendedor e dinâmico tem em suas atividades um multiplicador de empregos que fomentam a economia local, um “Guerreiro do Comércio”.

REQUERIMENTO Nº 4632

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Irio Iwanko.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Irio Iwanko, um grande empreendedor do Paraná que iniciou suas atividades com a empresa Lojas Estrela, tendo adquirido experiência e se fortalecido como comerciante, destacando-se na sua área de atividade. Lutador e vencedor em um mercado profissionalizado e competitivo.

Um cidadão engajado no crescimento e no desenvolvimento sociocultural e empresarial da comunidade de União da Vitória. Empreendedor e dinâmico tem em suas atividades um multiplicador de empregos que fomentam a economia local, um “Guerreiro do Comércio”.

REQUERIMENTO Nº 4633

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Ivone Barofaldi da Silva.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Ivone Barofaldi da Silva, uma grande empreendedora do Paraná que iniciou suas atividades com a empresa Calce Pague, tendo adquirido experiência e se fortalecido como comerciante, destacando-se na sua área de atividade. Lutadora e vencedora em um mercado profissionalizado e competitivo.

Uma cidadã engajada no crescimento e no desenvolvimento sociocultural e empresarial da comunidade de Foz do Iguaçu. Empreendedora e dinâmica tem em suas atividades um multiplicador de empregos que fomentam a economia local, uma “Guerreira do Comércio”.

REQUERIMENTO Nº 4640

Senhor Presidente:

Em atendimento ao parágrafo 1º, inciso 5º do artigo 131 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos REQUERER ao Exmo Sr. Presidente desta Casa o envio de votos de louvor ao Executivo Municipal de Nova Aurora pela comemoração do seu 42º aniversário a realizar-se no próximo dia 25 de setembro.

A colonização de Nova Aurora deu-se a partir da década de 40, quando algumas famílias se estabeleceram em um lugar conhecido por Encruzilhada Tapejara.

O nome da localidade foi tirado de uma exclamação do Padre Luiz Bernardes, da paróquia de Corbélia, que no início da década de 50 rezou uma missa campal, em baixo de uma frondosa árvore, na nascente povoação de Nova Aurora. Nesta ocasião o religioso exaltava a esperança de uma nova vida para aquela comunidade, de uma “nova aurora” que viria ao encontro dos anseios da gente pioneira.

Pela Lei nº 177, de 26/09/61, foi criado o Distrito Administrativo. Em 25/09/67, pela Lei Estadual nº 5643, foi criado o Município de Nova Aurora, com território desmembrado dos Municípios de Cascavel e Formosa do Oeste. A instalação deu-se a 11/12/68.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

REQUERIMENTO Nº 4587

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, para a posteridade, moção de aplausos e congratulações pelo quarto ano de fundação da Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA), localizada no assentamento Contestado, no Município da Lapa, comemorado no último sábado, dia 19, durante a primeira Feira da Agrobiodiversidade.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

A Escola Latino-Americana de Agroecologia merece todo nosso reconhecimento pelo trabalho que vem desenvolvendo nesses quatro anos de atividade. A escola, que é mantida pelos movimentos sociais que integram a Via Campesina, está capacitando cidadãos em uma área de grande visibilidade no mundo e no Brasil: a biodiversidade. Em maio deste ano, a escola formou os primeiros 23 tecnólogos em agroecologia do Brasil, enquanto outros 50 alunos seguem matriculados no curso. A data festiva contou ainda com a comemoração dos 10 anos do Assentamento Contestado e dos 25 anos do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Desejamos sucesso aos alunos e a todos os professores e técnicos da escola, que levam adiante a missão de formar novos profissionais preocupados com a diversidade biológica do planeta.

Requer, outrossim, que a decisão da Casa seja comunicada ao coordenador geral da Escola Latino-Americana, Luis Clovis Schons.

REQUERIMENTO Nº 4594

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Saúde, Exmo. Sr. Gilberto Martin, solicitando do mesmo o reajuste nos valores dos procedimentos para o tratamento da dependência de álcool, outras drogas e demais transtornos mentais, na rede hospitalar especializada conveniada ao Sistema Único de Saúde, complementar ao Estado do Paraná, para a atenção integral aos pacientes psiquiátricos.

Considerando a necessidade de aumentar o acesso ao tratamento, nos hospitais gerais, dos transtornos decorrentes do consumo de álcool e outras drogas, o Ministério da Saúde editou a Portaria nº 1191, de 04/06/09. Os recursos para o referido reajuste correm à conta do Ministério da Saúde e devem ser estendidos, em caráter de urgência pelo Estado do Paraná, no tratamento de todos os transtornos mentais, para os serviços hospitalares psiquiátricos que integram a rede assistencial complementar ao Sistema Único de Saúde no nosso Estado, viabilizando a manutenção do funcionamento dessas instituições de saúde, nos mesmos valores da citada portaria.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 4609

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, valendo-se de suas competências regimentais, SOLICITA INFORMAÇÕES, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado expediente ao Sr.

Secretário do Estado de Segurança Pública, para que este, através de seus órgãos competentes, forneça informações detalhadas sobre o efetivo policial do Estado do Paraná. Nesse sentido o Deputado solicita:

1. Qual era/é o efetivo policial total das Polícias: Civil e Militar, no Estado do Paraná, em 1989, 1999 e 2009? Relatar separadamente.

2. Qual era o efetivo policial da Polícia Militar e da Polícia Civil em 2003? Relatar separadamente.

3 - Quais foram os números de policiais (civis e militares) aposentados e baixados durante os anos de 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009? Relatar separadamente.

4 - Qual foi/é o número de policiais (civis e militares) contratados pelo Paraná nos anos 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009? Relatar separadamente.

5 - Quantos concursos, na área de segurança, o Governo do Estado realizou desde 2003?

6 - Quantas pessoas foram aprovadas nos mesmos?

7 - Quantos dentre os aprovados foram contratados pelo Governo?

Vale lembrar que tais informações, não constam nos sites dos órgãos afins, nem tampouco são disponibilizados na consulta telefônica através do número de atendimento (11) 3313-1900.

Diante do presente, certo de que com respeito à atuação deste Parlamentar, receberemos o quanto antes as respostas necessárias ao esclarecimento da questão, agradecemos antecipadamente.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

REQUERIMENTO Nº 4641

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando os seguintes documentos e informações relativos às investigações da CPI do BANESTADO, bem como relativos ao processo de saneamento do mesmo:

1 - Houve alguma devolução de valores para o Estado do Paraná, seja por via administrativa, seja por via judicial, em consequência das investigações da referida CPI ou do processo de privatização do BANESTADO?

2 - Em caso afirmativo, qual a origem dessa(s) devolução(ões)?

3 - Houve alguma devolução de valores por parte de algum empresário ou outro envolvido como consequência de irregularidades no processo de privatização do BANESTADO?

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) JOCELITO CANTO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 502/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Todos os estabelecimentos comerciais denominados de hipermercados, supermercados ou congêneres no Estado ficam obrigados a manter, no setor de caixas, funcionários em número compatível com fluxo de usuários, de modo a permitir que cada um destes seja atendido em tempo razoável.

§ 1º Considera-se tempo razoável para o atendimento ao usuário no setor de caixas:

I - até 20 (vinte) minutos em dias normais;

II - até 30 (trinta) minutos, do quinto ao sétimo dias úteis de cada mês, período de incremento nas vendas em virtude do recebimento de salários.

§ 2º Os períodos de que tratam os incisos I e II deste artigo serão delimitados pelos horários de ingresso e saída do usuário no recinto onde estão instalados os caixas, registrados mediante chancela mecânica ou eletrônica.

Art. 2º A infração do disposto nesta lei acarretará ao estabelecimento comercial a aplicação das penalidades administrativas de:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão da atividade, nos termos do artigo 59 da Lei Federal nº 8078, de 11/09/90, até que órgão responsável receba, por escrito, dados comprobatórios de que o número de funcionários atendendo nos caixas tenha sido reajustado de modo a sanar a demora no atendimento.

Art. 3º Os estabelecimentos referidos no artigo 1º terão o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da promulgação desta lei, para adaptar-se às suas disposições.

Art. 4º Se necessário, outras normas serão baixadas para a perfeita aplicação desta lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) FÁBIO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta visa agilizar os serviços dos caixas dos hipermercados e supermercados em nosso Estado, facilitando sobremaneira a vida do consumidor, possibilitando também que estes estabelecimentos comerciais possam fornecer serviço de entrega de compras para os consumidores que morem nas proximidades dos mesmos.

Outro aspecto de suma importância é que a aprovação do presente projeto de lei trará um aumento do número de postos de trabalho, sem necessidade de grande especialidade ou experiência, o que possibilita a inclusão no mercado de trabalho de jovens, idosos e mesmo de pessoas portadoras de deficiência, como já ocorre em alguns estabelecimentos de Curitiba.

PROJETO DE LEI Nº 503/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica permitida a pintura dos muros das escolas públicas do Paraná para a divulgação de anúncios comerciais.

Art. 2º Não serão admitidas publicidades de bebidas alcoólicas, de cigarros ou que contenham palavras que induzam à violência.

Art. 3º A administração na captação de patrocinadores e o gerenciamento do dinheiro arrecadado serão de responsabilidade da Associação de Pais e Mestres, para aplicação em melhorias da própria escola.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Alguns muros de escolas paranaenses já são aproveitados, como fonte de renda através de anúncios comerciais. No entanto, não existe lei específica que permita a prática. O presente projeto, se aprovado e transformado em lei, além de legalizar a situação, muito provavelmente servirá de estímulo para que a direção e a comunidade escolar de outros estabelecimentos de ensino também passem a se valer dessa boa fonte de renda.

É sabido das dificuldades financeiras que as escolas públicas paranaenses passam com frequência. Às vezes falta dinheiro até para um conserto mínimo. Com o aproveitamento comercial do espaço citado neste projeto, boa parte dos problemas será solucionado, inclusive para a melhoria das condições de trabalho da direção, mestres, funcionários e com benefícios aos alunos que, certamente, sentirão mais prazer em estudar numa escola bem arrumada.

PROJETO DE LEI Nº 504/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Fundação Iguassu, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Iguassu, existente desde 2001, presta relevante serviço à sociedade paranaense, promovendo e incentivando atividades educativas, culturais e artísticas através da produção de programas de rádio e TV. Por meio de sua programação a entidade visa proporcionar à população de Foz do Iguaçu o acesso facilitado ao conhecimento, promovendo os valores éticos e sociais da pessoa e da família, preservando o folclore e as tradições populares da região.

Pelo interessante serviço prestado por esta entidade à nossa sociedade é que esta Deputada propõe o presente.

PROJETO DE LEI Nº 505/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Todos os veículos oficiais de órgãos da Administração Direta ou Indireta do Governo do Estado do Paraná e demais Poderes, estão submetidos aos mesmos procedimentos de vistoria e fiscalização e/ou setores competentes no Estado do Paraná, e só devem circular em conformidade com as normas e exigências do Código Nacional de Trânsito (CONTRAN).

Art. 2º Os veículos citados no artigo anterior, sendo encontrados em desconformidade com as normas do CONTRAN, durante ações fiscalizadoras, a exemplo dos demais, devem ser recolhidos aos locais apropriados, sem prejuízo das sanções legais.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

A circulação de veículos em desconformidade com a legislação deve ser inibida e combatida em todos os níveis. As ações fiscalizadoras devem incidir em toda a frota de veículos em circulação no Estado do Paraná. Com este projeto de lei veda-se, também, que os órgãos do Governo se utilizem de veículos sem condições de uso, obrigando a administração pública a manter minimamente o padrão de veículos exigidos pela nossa legislação.

Infelizmente em alguns Municípios existem circulando livremente veículos que apresentam risco aos seus usuários, aos demais motoristas e aos pedestres.

O propósito deste projeto é por fim a essas situações. A lei do Conselho Nacional de Trânsito

(CONTRAN) é para ser aplicada a todos os veículos e deve ser obedecida notadamente pelos órgãos oficiais.

Tal procedimento também impede que, inclusive órgãos fiscalizadores se arvorem no mau exemplo de permitir seus veículos circulando com documentação irregular, acessórios que colocam em risco toda a população, tais como pneus carecas e outros.

PROJETO DE LEI Nº 506/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As agências e postos de atendimento dos estabelecimentos bancários do Paraná ficam obrigados a proporcionar atendimento reservado a seus clientes, nos caixas em que há movimentação de dinheiro.

§ 1º O local destinado aos clientes que ficam aguardando atendimento deve ser visualmente isolado dos caixas de atendimento mencionados neste artigo.

§ 2º Nos locais em que haja auto-atendimento por parte dos clientes, deverá ser providenciada divisória adequada ao isolamento visual entre eles.

Art. 2º Também deverão ser instaladas câmeras de monitoramento na área externa dos estabelecimentos, cobrindo a entrada e saída dos mesmos.

Art. 3º As instituições bancárias deverão adaptar as suas agências e postos de atendimento no prazo máximo de 90 (noventa) dias a partir da publicação desta lei.

Art. 4º O descumprimento do disposto na presente lei implicará em sanções aplicadas, da seguinte forma:

I - em multa diária no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), por agência ou posto infrator;

II - havendo reincidência multa em dobro até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil).

Art. 5º Deverá ser criado um fundo especial de auxílio para as vítimas de assassinatos, ou lesões corporais graves, ocorridos em virtude de crimes em estabelecimentos bancários, utilizando-se o valor das multas arrecadadas com o descumprimento da presente lei, de acordo com regulamentação do Poder Executivo.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

O referido projeto objetiva aprimorar a segurança dos usuários do sistema bancário, garantindo uma maior privacidade na utilização dos caixas e a instalação estratégica de câmeras nas entradas e saídas dos estabelecimentos. Tal medida já é lei em outros Estados e até

mesmo em alguns Municípios, sendo de extrema importância sua aprovação em nosso Estado.

Portanto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto tão necessário ao aprimoramento de medidas preventivas que auxiliem a segurança pública.

PROJETO DE LEI N° 507/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Denomina um Centro de Saúde da Mulher e da Criança estadual, como Fani Lerner.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa homenagear, reconhecendo o trabalho espetacular desenvolvido em prol do povo paranaense pela Sra. Fani Lerner, que faleceu em 21 de maio do corrente ano, sucumbindo ao câncer contra o qual lutou desde fevereiro de 1995 com a mesma determinação e dignidade que enfrentou todos os seus desafios.

Casada com Jaime Lerner desde 1964, Fani será lembrada pelo seu papel nos três mandatos de Prefeito e nos dois de Governador do marido. Foi mais que perfeita primeira-dama, discreta, avessa à notoriedade fácil. Fani Lerner comandou a área de assistência à criança, trabalho a que se dedicava com entusiasmo e inovação, o que acabou tendo reconhecimento maior lá fora antes que aqui, como foi acontecer. Em 2003 foi a vencedora do Prêmio Kellogg's para o Desenvolvimento da Criança, oferecido pela organização americana World of Children, em parceria com a instituição Hannah Neil. A premiação é a mais importante do mundo na área de ação social voltada à criança. Durante suas gestões como Secretária da Criança, Fani criou 16 programas exemplares para crianças e adolescentes carentes. Creio que são estes programas que devemos lembrar para ter uma ideia da dimensão do seu trabalho.

Eis alguns de maior destaque: PIÁ (Programa de Integração para Crianças e Jovens): assiste com treinamento vocacional a criança de famílias de baixa renda, entre 7 e 17 anos de idade; SOS-Criança: dá apoio a todas as crianças em situação de risco, vítimas de violência domiciliar ou negligência por parte de suas famílias; Casa do Piá: abrigo para crianças de rua, fornecendo refeições e proteção contra o frio, além de apoio social; Casa Lar: para órfãos ou crianças abandonadas; Piá das Flores: casas e escolas especiais para ensinar cultivo de flores e jardinagem a crianças portadoras de deficiência mental; Redução da mortalidade infantil e também da mortalidade materna, causada por complicações de gravidez,

parto e puerpério: os diversos programas responsáveis pelo prêmio Agenda Social 2000, recebido pelo Paraná pela implementação eficiente e execução das metas e organogramas definidos pela agenda: Creches: este programa construiu mais de 500 creches, que já atenderam mais de 485 mil crianças, de 0 a 6 anos de idade, e atenderão 60 mil novas crianças a cada ano; Da rua para a escola: programa voltado a promover o retorno à escola das crianças de rua, com o fornecimento de uma cesta básica de alimentos para suas famílias. O programa tirou da rua mais de 80 mil crianças. Em 1997, este programa ganhou da UNICEF o prêmio Criança e Paz; ainda sob a presidência de Fani Lerner, o PROVOPAR criou o programa Superssopa, que distribui sopas a crianças carentes em suas escolas ou nas creches. A sopa é feita com o excedente de produção da CEASA. Mais de 400 mil refeições foram distribuídas mensalmente em todo o Paraná. O programa também foi levado a outros Estados brasileiros e também para Países como Argentina, Venezuela, Uruguai e Paraguai.

Dona Fani, filha de judeus poloneses que imigraram para o Brasil em fuga do nazismo, nasceu em Curitiba. Tinha apenas 63 anos. Uma perda que Curitiba e o Paraná certamente sentirão eternamente. Por estes motivos nada mais justo que denominar um logradouro público com seu nome, pelo que se pede o apoio dos nobres Parlamentares.

PROJETO DE LEI N° 508/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Cerro Azul - APRACA, com sede no Município de Lindoeste, com foro jurídico no Município de Cascavel - Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22/09/09.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Cerro Azul - APRACA é sociedade civil, sem fins lucrativos, de promoção social, cultural, desportiva, econômica, com os principais objetivos descritos:

a) promover o desenvolvimento dos associados através da realização de obras e melhoramentos, com recursos próprios ou obtidos por doação ou empréstimo;

b) proporcionar a melhoria do convívio entre habitantes da comunidade local, através da integração de seus moradores;

c) proporcionar aos seus associados e dependentes, atividades econômicas, culturais e desportivas;

d) prestar serviços de utilidade pública e relevância social, integrando-se aos servidores de defesa civil, sempre que necessário;

e) respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

f) estimular a formação de grupos de agricultores para a aquisição de bens duráveis e/ou financiamentos à fundo perdido em órgãos públicos de fomento à agricultura familiar;

g) promover o atendimento aos associados através de convênio e parcerias com entidades públicas e privadas;

h) promover o atendimento aos associados através do oferecimento de serviços e produtos subsidiados ou a fundo perdido;

i) assessorar na elaboração de projetos que visem fortalecimento econômico dos associados;

j) viabilizar instrumentos e locais que possibilitem a venda e o comércio de produtos artesanais e culinários produzidos pelos associados, visando o incremento da renda e alternativas para a geração de empregos para os associados e dependentes;

k) assinar convênios que garantam a aquisição da produção local através dos mecanismos de compra direta.

A Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Cerro Azul, preenche todos os requisitos exigidos pela legislação para sua declaração de utilidade pública estadual, conforme se comprova com os documentos anexados. Pois, possui personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, demonstrado no Estatuto Social, com certificado do Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Cascavel, Estado do Paraná.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente é o Deputado Antonio Belinati, a quem concedemos a palavra.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ontem fizemos um elogio, mas eu ainda não tinha todos os detalhes, a respeito de um pai dirigindo embriagado, na minha Cidade de Londrina, passou na Globo e em todos os canais do Brasil inteiro. Estava chovendo e ele perdeu a direção, caiu num córrego. E eu aqui cometi uma injustiça, porque mencionei que o entregador de jornal pulou no córrego, quebrou o vidro do carro e salvou o pai e as duas filhas. Estavam os três desmaiados dentro

do carro, que estava quase que totalmente coberto pela água.

Mas, quero fazer justiça, porque além do jornalista que foi herói, temos que registrar o ofício do Daniel Júlio. Tem um entregador de jornal e dois garis, coletores de lixo, que tiveram esta atitude. Mais dois minutos que eles demorassem para quebrar o vidro do carro para tirar o pai e as duas crianças, e teriam sido tragados pela forte correnteza.

Recebo, do querido Deputado Pastor Edson Praczyk, jornal da Igreja Universal. Está carregada a tinta. Edição especial: o jornal tem 3 milhões e meio de tiragem e diz aqui: *Como a família Marinho destrói o Brasil. Esses senhores são donos da TV Globo, uma herança que cresceu e se mantém sob acusações de fraudes, privilégios de políticos e manipulações. Até quando eles continuarão impunes?*

Matéria pesadíssima, é de tremer. A briga da Record. A Record está subindo de audiência. Em alguns horários está liderando, tirando o 1º lugar da Globo. E aí virou toda esta briga. E através da briga conseguimos ver um pouco da sujeira que tem debaixo do tapete desse pessoal.

(Lê e-mail de Manoel E. Messias, falando a respeito de aptidão física para concurso para ingresso na Polícia Militar do Paraná)

O nosso projeto quer permitir que a pessoa que tenha mais de 30 anos de idade, se desejar, possa prestar concurso na Polícia Militar. E se passar, que possa ajudar a combater os bandidos que estão infernizando os paranaenses e gerando um clima de total insegurança.

É que o nobre Deputado Elton Welter, do PT, se manifestou contrário, dizendo que a pessoa com mais de 30 anos, se tiver que correr atrás de um bandido, não tem preparo físico.

Já recebemos e-mails que temos um projeto dizendo para acabar com esse dispositivo. Não tem nada que limitar idade, não. Até falei o seguinte: se com 30 anos ou mais não puder entrar na Polícia Militar, não podemos ser Deputados, o Lula não deveria ser Presidente, porque caso contrário seria um privilégio para uns em detrimento de outros.

E também o Emanuel Messias de Oliveira fala: *Caro Deputado, desculpe-me persistir nesse assunto, mas vou pedir que o senhor também leia este e-mail da tribuna, pois não pude me conter em ver o Deputado Romanelli falando sobre o concurso da Polícia Militar do Paraná. Ele falou em seu Projeto PEC Cidadã. Então, PEC Cidadã é saúde, emprego e condições para tal. Pois acho que a lei de 1940, sobre a idade para ingresso na Polícia Militar, é uma PEC Cidadã e no Horário das Lideranças ele, Romanelli, falou que o concurso era para dar igualdade de condições. Temos que pensar: que igualdade é essa? Ela não dá condições para os velhinhos. E da mesma tribuna ele falou que o concurso dava oportunidade para os jovens. Esta é a hora para o Governo Requião nos dar esta oportunidade. Tenho plena*

certeza de que a nossa experiência também vai abrilhantar ainda mais a tão honrada e gloriosa Polícia Militar do Paraná. Igualdade = qualidade igual; uniforme; equiparação de direitos entre os membros de uma sociedade e um grupo, condições, circunstâncias, classe social. Ou então o nosso dicionário está errado ou estou mentindo, pois se estiver, é só pedir a gravação desse dia. Muito obrigado pela oportunidade de me expressar em nome de uma grande quantidade de velhinhos com 35 anos!

É, porque para a Polícia Militar, quem tem 35 anos de idade já está velho, está acabado, não serve para mais nada, nem para prestar concurso na Polícia Militar. Daqui a pouco vai ter que criar asilo em cada bairro, porque a pessoa que está no melhor da idade não pode trabalhar.

Então, o Emanuel Messias de Oliveira está indignado, e com razão. Fica feito o registro. Sou a favor de não limitar a idade para ninguém.

Da minha amiga Maria Lúcia Menegal, a eterna Sub-Prefeita do Distrito de Paiquerê. Ela cobra aqui do Requião que durante a campanha ele prometeu para os moradores do Distrito de Paiquerê, em Londrina, o fornecimento pelo Estado, de graça, de leite para as famílias que tenham crianças com até cinco anos de idade. E também o Requião prometeu, segundo a Maria Lúcia Menegal, dar leite de graça para os idosos - naturalmente que são pessoas carentes, de baixa renda, poderes. *Representando os moradores de uma comunidade trabalhadora e desprovida de recursos, o cumprimento dessa promessa do Requião contribuiria para o desenvolvimento de nossas crianças na zona rural, com boa parte dos nutrientes necessários para o seu desenvolvimento e sustento.*

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Então, alô Governador Roberto Requião! A Maria Lúcia Menegal está dizendo que durante a campanha o senhor, para ganhar votos, prometeu que se eleito forneceria leite de graça para as crianças pobres e também para os idosos, e até agora nada. Pelo menos na zona rural de Londrina, no Distrito de Paiquerê e também em Guai-racá, isso não está acontecendo. Acho que promessa de campanha é dívida e tem que ser cumprida.

Com muito honra, concedo um aparte ao nosso grande Dobrandino.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Deputado, desculpe-me! Quem ouviu V. Exa., através da TV SINAL, fica pensando: "Será que não cumpriu?" Não é verdade isso! O leite das crianças está sendo distribuído, são milhares de litros de leite por dia. Claro que pode não atingir a todos, mas quem vê pensa que o Governo não cumpriu. Desculpe-me, com todo respeito que tenho por V. Exa., não está sendo sincero.

O caso da Polícia, você acha justo, se V. Exa. fizesse concurso para a Polícia hoje e correr atrás de

"malaco" na rua? Para isso existe norma, Deputado Belinati, existem as normas que o Governo do Estado tem que seguir a lei.

Então, não tem sentido. Será até que ponto quem ouviu lá fora acho que isso é sério ou não? Desculpa, Deputado, tenho que me manifestar dessa forma, porque discordo do que o senhor está colocando.

Obrigado.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

É importante a palavra de V. Exa., que é um aliado do Governador Requião, faz a defesa do Governo, está correto em defender o Governo; mas tenho que defender aqui o povo, evidentemente. Eu mencionei que a Maria Lúcia está dizendo que no Distrito de Paiquerê não tem leite. Se é para distribuir leite, não pode distribuir, Sr. José, leite para essa criança e a outra fica com fome.

No tocante à Polícia Militar eu respeito o Deputado Dobrandino. V. Exa. está correto em defender o Governo Requião, mas continuo com o meu ponto de vista que não tem que ter limite de idade, como diz o Manoel Messias, limite para entrar na Polícia.

Teve um tempo que a Caixa Econômica abriu concurso em que a idade máxima para fazer concurso era de 21 anos de idade. E as demais pessoas iriam fazer o quê? Poderia ser inteligente, competente, estava vetado de fazer o concurso pela idade de 21 anos. Isso é um absurdo!

Parabéns ao funcionário desta Casa, José Carlos Pereira Portela, que escreveu um livro, nossa equipe estava elogiando, Manual do Poder Legislativo, que aborda como tramita um projeto de lei, mostra os modelos de requerimento, de ofício, súmula. Vai ter eleição no ano que vem, seria interessante quem vai ser candidato a Deputado ler esse livro do José Carlos Pereira Portela, para ver como funciona o Legislativo.

O nosso grande paranaense, Roberto Carlos de Andrade e Silva, diz aqui, está criticando o Requião: *Primeiro foram as creches, as pré-escolas da administração pública do Paraná, destruídas por Requião e companhia limitada, agora a casa amarela da FUNPAR. Será que essas autoridades são tão insensíveis assim?* Então, ele está contra a destruição da casa amarela da FUNPAR.

Temos um e-mail da Taís Silva, de Londrina. Ela está preocupada porque tem gente que tem cachorro bravo em casa, como pitbull, rottweiler, não cuidam dos cachorros, até de outras raças, e tem muita gente que acaba sendo atacada, ferida; e às vezes vemos no noticiário, desde crianças, jovens, até pessoas de idade que acabam morrendo atacadas por cachorros perigosos. Então, tem que ter uma legislação para impor certas obrigações para quem tem cachorro perigoso na sua casa.

Da Jaqueline Rabelo da Silva, através do seu e-mail tem aqui o caso do Sr. Arlindo Roneti, funcionário público aposentado, trabalhou no Tribunal de Justiça 19 anos e está reclamando aqui que tem um direito para receber e até agora nada.

Sr. Presidente, por má-vontade do Governo Federal, absoluta má-vontade do Ministro da área, e quero até neste caso botar uma culpa no Presidente Lula, porque ele é a autoridade máxima, temos mais de 40 milhões de correspondências paradas, sem ser entregues, em virtude da greve dos funcionários, funcionárias, carteiros e carteiros do nosso glorioso Correio, instituição que é tão admirada e aplaudida pelo povo. Vemos o carteiro, com aquela sacola pesada, às vezes acaba até dando problema na coluna, enfrentando às vezes a chuva, o sol, enfrentando carreirão de cachorro bravo pelas vilas onde o correio tem que entregar as correspondências.

Eles querem voltar ao trabalho, mas o Governo Federal tem que dar valor aos funcionários dos Correios. E não está dando. Esta é a verdade! Boa vontade por parte dos funcionários dos Correios existe, mas não por parte do Governo. Temos 40 milhões e meio de cartas, tinha até ontem, hoje já vai passar de 42 milhões, por causa da greve dos Correios. Temos 441 mil encomendas paradas para um movimento diário de 33 milhões de correspondência por dia, e 770 mil encomendas para serem entregues em todo Brasil.

A maioria dos trabalhadores que estão em greve é formada por entregadores, motoristas, operadores de triagem, funcionários de agências, motoqueiros, entre outros, segundo a FENTECT.

(Lê):

Seguem suspensos os serviços com hora certa-Sedex 10, Sedex Hoje, Sedex Mundi e Disque-Coleta. O Sedex funciona, mas sem garantia de prazo para entrega, afirmam os Correios em nota.

Reivindicações

Os trabalhadores reivindicam reajuste salarial de 41,03%, aumento linear de R\$ 300 para todos os funcionários, além de redução da jornada de trabalho e contratação de mais servidores por concurso. Os Correios apresentaram sua contraproposta, que valeria para os próximos dois anos, oferecendo aumento salarial de 9%, reajuste linear de R\$ 100, aumento no valor de vale-refeição de R\$ 20 para R\$ 21,50 por dia.

O que mais causa rejeição entre os trabalhadores entre todos os itens da proposta da estatal, e que está sendo decisivo para a continuidade da greve, é o acordo valer pelos próximos dois anos. Os funcionários exigem que o acerto valha somente até o ano que vem, segundo a FENTECT.

“O Governo quer fechar um acordo com as estatais pelos próximos dois anos porque quer fechar um acordo com as estatais pelos próximos dois anos porque quer afastar a possibilidade de greves e protestos por melhores salários em ano de eleição e, assim, evitar desgastar o candidato do Presidente”, diz Nilson Rodrigues, integrante da FENTECT em Curitiba.

Então, Presidente Lula, hoje saiu o IBOPE, a candidata Dilma está despencando. Se o Lula quer eleger o sucessor, trate com carinho e respeito o servidor público.

O Governo não melhorou nada a vida dos aposentados em geral; para o servidor público não melhorou nada; para os funcionários dos Correios isso é uma provocação, uma porcaria de um aumento, tão insignificante para uma categoria que presta um serviço tão valioso para todos nós brasileiros.

Estamos aqui para hipotecar a total solidariedade aos grevistas dos Correios. A greve prejudica a mim? Prejudica você, cidadão do Paraná, que está acompanhando a Sessão, em todo o Paraná, pela TV MERCOSUL e pela TVSINAL? Prejudica, mas temos que agir também com o sentido humanitário, porque essa greve somente está sendo feita, até com constrangimento por parte dos servidores e das servidoras dos Correios, pela cabeça oca, pela desumanidade, pela falta de consideração, pela falta de boa vontade das autoridades que estão em Brasília e que se mostram indiferentes a uma categoria tão preciosa e querida, como é a categoria dos servidores dos Correios. Nosso apoio a esses servidores.

Sr. Presidente, recebemos aqui no blog da Gleisi Hoffmann uma matéria sobre a aposentadoria da dona de casa. É outra vergonha no Brasil. Faz muitos anos que tem um projeto tramitando em Brasília para dar para a dona de casa o direito de ela ter uma aposentadoria, quando ela não tem emprego fora de casa, para não ficar dependendo de pedir dinheiro para o marido. O projeto está engavetado. É outra má-vontade que tem em Brasília. Tem mulher que para ir ao cabeleireiro precisa pedir R\$ 10, R\$ 20 para o marido; para ir à feira ou à padaria precisa pedir R\$ 10 ao marido, ao companheiro. Muitas vezes, é mal compreendida. A mulher acaba, muitas vezes, até sofrendo humilhação.

Tem marido carinhoso, tem marido respeitador que atende, a mulher nem precisa pedir o dinheirinho que ela precisa. Se ela não tem emprego fora, ele é o provedor da casa. Mas tem marido ignorante, sim. Se tem marido carinhoso e respeitador da esposa, tem marido ignorante, que acha que a mulher não precisa de dinheiro para ir à feira, para ir à padaria, para comprar uma mistura para o almoço, para comprar alguma coisa para dentro de casa, para ir ao cabeleireiro ou comprar alguma roupinha para ela. Então, qual é a solução para isso? É criar aposentadoria, em todo Brasil, para todas as mulheres que não têm emprego fora de casa, para que elas não fiquem na dependência total de serem, às vezes, até xingadas, maltratadas, ofendidas pelo mau companheiro, pelo mau marido. Ela tem direito, sim, de ter o seu dinheirinho, o seu salário, a sua aposentadoria no fim do mês. Daí a pergunta: por que faz tantos anos que este projeto está parado em Brasília?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência anuncia, com satisfação, a presença do Prefeito de Mandaguaiçu, Dr. Ismael, a pedido do Dr. Batista. Seja bem-vindo!

No Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Edson Strapasson.

Deputado Edson Strapasson (PMDB)

O SR. EDSON STRAPASSON

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Hoje pela manhã estivemos acompanhando a Escola de Governo, juntamente com o Governador Requião, onde tivemos a confirmação da questão do concurso público para novos policiais civis, militares e bombeiros. Segundo estimativa do Governo, serão em torno de 1 mil e 100 vagas para Polícia Militar, 500 vagas para Polícia Civil e 400 vagas para o Corpo de Bombeiros. É evidente, Deputado Dobrandino, que essas 2 mil vagas não vão resolver o problema de Segurança no Estado do Paraná, mas, sem dúvida nenhuma, elas representam um grande salto para reposição daquilo que clamamos, diariamente, nesta Casa, em relação à Segurança Pública, à defasagem do número de policiais em relação ao número de habitantes.

Tenho vindo a esta tribuna frequentemente, questionando até o altíssimo número de habitantes que temos, Deputado Artagão, aqui na Região Metropolitana. Municípios que têm um policial para cada 5 mil habitantes. É evidente que este número é insuficiente. Por mais que a Polícia Militar tenha feito um trabalho árduo, tenha trabalhado muito; por mais que o Governo tenha equipado a Polícia Civil e Militar, com armas, coletes, equipamentos e viaturas, por mais que isso exista, e foi feita uma verdadeira reconstrução das Polícias Militar e Civil, que quando assumiu o Governador Requião estava totalmente sucateada, a Polícia não tinha sequer veículos para se deslocar, não tinha equipamento, efetivo, não tinha estímulo.

Creio que neste momento há um grande estímulo para que realmente possamos trabalhar junto ao Governo, de acordo com as possibilidades financeiras, porque vivemos um momento de crise, temos Prefeituras trabalhando meio expediente para economizar; temos Estados que estão praticamente paralisados nas suas capacidades de investimento em função da crise, da queda de arrecadação.

Então, é evidente que temos que parabenizar o Governador Requião. Tenho certeza que dentro dessas 1 mil e 100 novas vagas para a Polícia Militar, teremos condições de minimizar o número de policiais por habitante, aumentar o efetivo da grande Região Metropolitana e, quem sabe, implantar o 2º Batalhão, que é o Batalhão Metropolitano Norte.

Encaminhamos um projeto, e aprovamos nesta Casa, para que possamos ter para a Região Metropolitana, que é a que mais cresce no Estado do Paraná, cresce três, quatro vezes mais que a Capital Curitiba, e está hoje relegada apenas a um batalhão com, em torno de 600 homens para atender 12 mil km², para atender em torno de 1 milhão e 300, 1 milhão e 400 mil habitantes e que, evidentemente, não há condições mínimas de atendimento.

Portanto, tenho certeza que esses 1 mil e 100 homens na PM, 500 na Civil, vão representar, sem dúvida, uma recuperação, um fôlego, como se diz na gíria, para que possamos equilibrar uma situação dramática que é a

da Região Metropolitana, onde a criminalidade avança de forma galopante. Mas, tenho certeza que não vai ser isso que vai resolver. Paralelamente temos aí investimentos na área social, através do PRONASCI, investimentos focados nas Regiões Metropolitanas do Brasil e que Curitiba está inserida, e temos aqui níveis de criminalidade altíssimos. No mês passado, São José teve 18 homicídios, Colombo teve 16 mortes violentas, e temos Araucária também, que tem um número acentuado de homicídios.

Passa a usar o horário da Liderança do PMDB

Então, temos condição de trabalhar com inteligência, com intervenção social e parceria com o Governo Federal e Municípios, para poder realmente enfrentar o drama da Segurança Pública, que não vai ser apenas com policiamento, mas também com policiamento, não vai ser com qualquer investimento social, mas tem que ser focado principalmente no jovem, no adolescente, que hoje está sendo, de forma violenta, dizimado. Setenta por cento das mortes que ocorrem são entre 16 e 25 anos. É evidentemente que temos que recuperar a família, o jovem, o adolescente, os valores espirituais, os valores morais, criar oportunidades e principalmente amparar para que o jovem, nessa fase de risco da educação escolar, no contraturno escolar, não fique na rua, que tenha uma atividade esportiva, cultural, uma atividade de artes nas escolas, mas que principalmente aquela população de altíssimo risco seja amparada, no momento devido, a sua família; caso contrário vamos assistir realmente esses níveis de criminalidade altíssimos, a droga caminhando de forma galopante. Infelizmente temos um saldo trágico.

Concedo um aparte ao Deputado Dobrandino, que vive em uma região, Foz do Iguaçu, onde também a criminalidade, a violência, são muito preocupantes. E tenho certeza que V. Exa. tem trabalhado muito nesse sentido.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Obrigado, Deputado Strapasson.

É verdade. A minha Foz do Iguaçu é, sem dúvida, uma das mais violentas do Paraná, em função de geograficamente ser uma Cidade de fronteira, ao lado da divisa. V. Exa. e todos sabem da facilidade que há da entrada de droga, da pressão que há do lado do Paraguai para entrar no País vizinho, o Brasil. Não é mais novidade para ninguém o que ocorre em Foz do Iguaçu.

V. Exa. colocou muito bem, e quero parabenizá-lo, porque não é só com a Polícia. Foz do Iguaçu é uma das Cidades mais policiadas do Brasil, na proporção da população. Lá tem desde a Guarda Municipal, que está na rua, as Polícias Militar e Federal, Marinha, Exército.

Esta semana foi sequestrado de dia, no centro da Cidade, na avenida Brasil, na parte da manhã, um empresário conhecidíssimo de todos nós. A Polícia acompanhou e pôde pegar, logo em seguida, os bandidos, e libertou o empresário. Os bandidos vieram de São Paulo para assaltar em Foz do Iguaçu.

A situação é difícil e V. Exa. toca em um ponto crucial, que é o da falência da estrutura familiar, se não houver uma ação muito forte do Governo, do Estado Brasileiro, de conscientização, principalmente em investir na família. Hoje, a grande parte dos casais se separam, os filhos são criados de qualquer maneira, sem pais, sem nada, vão para a rua e acontecem essas coisas que vemos hoje. É preciso uma reflexão do Estado Brasileiro com relação às famílias, para que haja uma mudança.

Esses mais de 2 mil policiais que entrarão não são o suficiente, mas ajudarão muito na segurança do Paraná.

Parabéns ao Governador. Parabéns a V. Exa., pelo discurso.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Obrigado, Deputado Dobrandino.

Ressaltar também que ontem tivemos a abertura da XVII Conferência Estadual da Infância, Juventude e Adolescência. Lá pudemos tocar nesse assunto. Os que falaram por parte do Ministério Público Estadual, da Procuradoria, o Dr. Olympio e outros, mencionaram a necessidade de termos efetividade na ação. Ou seja, recursos no orçamento, para que possamos ter programas focados, principalmente, neste jovem, nesta criança de hoje, que amanhã poderá estar perdida no mundo do crime. Temos que ter um foco especial, para trabalhar e sintonia com a sociedade, para quem sabe recuperar e evitar que uma criança inocente de hoje se transforme em um marginal ou em um bandido de amanhã. Porque a criança entra de uma forma inocente. Portanto, cabe a nós, ao Governo, à todas as esferas, à sociedade, trabalharmos profundamente.

Espero, dentro dessas novas 2 mil vagas, que tenhamos contemplado aquilo que é um sonho, que é a implantação de um novo batalhão, o Batalhão Metropolitano Norte, para tentar aumentar, dobrar o efetivo em toda a Região Metropolitana, para dar um pouco mais, pelo menos a sensação de segurança. Creio que quando você tem um policiamento ostensivo frágil, você evidentemente estimula o crime.

Lá pudemos falar e abordar aquilo que foi, durante um longo tempo, um sonho, desde a época como engenheiro da Prefeitura de Colombo, posteriormente como Vice-Prefeito e como Prefeito, sempre sonhamos em ver a nossa querida e antiga Estrada da Ribeira, que era o caminho inicial, no sentido São Paulo, antes de existir a 116, e que posteriormente foi utilizada já na década de 40, 50, 60 como uma via, um corredor de penetração, de desenvolvimento, de desbravamento da região do Alto Maracanã e Guaraituba, em Colombo, aquela velha estrada que é uma rodovia federal, que jamais recebeu recursos consistentes ou uma reestruturação por parte do Governo Federal.

Nós tivemos, quando Secretário da Região Metropolitana de Curitiba, na gestão 2003/2006, do nosso Governador Requião, um programa sério, um programa de investimentos, que é o primeiro grande investimento, o

primeiro grande programa de investimento na Região Metropolitana de Curitiba, o PID, que tinha um foco principal no transporte coletivo, no transporte de passageiros que, diferentemente do que ocorreu em Curitiba, onde a URBS, a Prefeitura de Curitiba investiu em modernos terminais, em corredores de acesso, com canal exclusiva, vias rápidas, corredores estruturais, a Região Metropolitana como um todo, não só Colombo, ficou jogada às moscas, e infelizmente o transporte coletivo integrado começou a ter dificuldade.

Investimos aí em toda a região, na época elaboramos mais de R\$ 200 milhões em projetos, em obras a serem construídas, tínhamos um programa de 120 milhões, de imediato, junto ao recurso do Tesouro do Estado, e financiamento do Estado, junto ao BNDES. Conseguimos viabilizar e transformar aquela velha Estrada da Ribeira numa grande avenida, num corredor de transportes, aliada aos dois novos terminais: Terminal do Maracanã, totalmente reconstruído, o maior terminal metropolitano hoje; e o Terminal de Guaraituba, um novo polo de crescimento, de desenvolvimento. Pudemos transformar aquela estrada, onde muitos lá morreram, deixaram suas vidas pela falta de segurança, pela falta de estrutura mínima, e hoje estamos entregando, inaugurando na quinta-feira, dia 24, às 10h30 da manhã, e convidado os Srs. Deputados para estarem lá juntamente conosco, com o Requião, as lideranças locais, para entregar esta importante obra, um investimento de mais de R\$ 20 milhões de dinheiro do Estado numa rodovia federal, uma rodovia com três pistas de cada lado, que eu diria que é uma das mais modernas da Região Metropolitana de Curitiba, talvez do Paraná.

Tenho certeza que não somente a questão do transporte urbano, o transporte coletivo, mas os veículos, os pedestres que eram atropelados diariamente, sem condições de travessia e que agora estão tendo, dentro do conceito urbano, passagem com faixa de pedestres, semáforo para que o pedestre possa aguardar o seu sinal para atravessar a rua. Temos lá uma verdadeira iluminação, maravilhosa, que vai dar segurança a todos, enfim, já está estimulando muitos empreendedores da Região Metropolitana de Curitiba para irem lá investir, fazer novas construções modernas, atrair empresas, gerando emprego, gerando desenvolvimento, transformando a região, valorizando a região, e isto tem que se comemorar, porque aquilo que era um sonho, não um sonho meu somente, mas um sonho de toda a nossa comunidade, hoje, passa a ser realidade, passa a ser a transformação que podemos fazer na região.

Está de parabéns a região.

(Término do tempo)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, o Deputado Elio Lino Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso a tribuna na Sessão de hoje para falar sobre um assunto que deixa os nossos agricultores, de certa forma, intranquilos.

Por que intranquilos, Deputado Mario? Porque cada vez, quando o agricultor faz um investimento, ou cada vez que o agricultor parte para um plantio, para uma cultura, ele quer ter o retorno quando da comercialização do seu produto.

Quero falar sobre dois assuntos: sobre o trigo e o milho. Quando o agricultor vai plantar o milho, mesmo antes de ele plantar, o Governo fixa e estabelece um preço mínimo. E o preço mínimo fixado para o milho é de R\$ 16,15. O que é preço mínimo? É como o salário-mínimo, nenhuma empresa pode pagar menos do que o salário-mínimo. No Paraná temos o salário-mínimo regional. E para as categorias que se enquadram nesse salário-mínimo regional, nenhum empregador, ou nenhum patrão pode pagar menos do que o salário-mínimo regional. Agora vejamos, o Governo Federal fixa e estabelece o mínimo do milho de R\$ 16,50 e o nosso agricultor, quando planta o milho, tem esperança de que quando vai vender a sua produção, que ele receba, no mínimo R\$ 16,50. E a quanto ele vende hoje? A R\$ 14, R\$ 14,50, R\$ 13, até menos dependendo da região do nosso Brasil. Na minha Região Oeste, o milho está sendo comercializado em torno de R\$ 14, quando o mínimo é R\$ 16,50.

Vejamos a incoerência que existe por parte do Governo Federal. Isso confirma aquilo que já falamos uma vez aqui na Casa, quando se faz propaganda neste Brasil afora de que o povo nunca comeu tão barato como come agora. E é uma realidade. Mas às custas de quem? Às custas de quem produz, às custas de quem planta. O nosso milho que é plantado, tem um custo de produção de algo em torno de R\$ 17 a saca, e ele entrega a R\$ 14. Um prejuízo já pré-fixado na época da comercialização.

Vamos pegar outra cultura. O preço mínimo do trigo para a nossa região é algo em torno de R\$ 33,30. Estamos no auge da safra e o trigo está sendo comercializado pelas cerealistas e pelas cooperativas, pagando para o agricultor algo em torno de R\$ 24 a R\$ 25. Nove reais abaixo do preço mínimo.

Volto a dizer, quando o agricultor planta o trigo, o trigo já é uma loteria, o trigo depende das intempéries e que a situação climática, principalmente o frio e a geada, não venham levar a nossa colheita. E quando o agricultor entrega o trigo, quando ele comercializa o trigo, o que ele faz? Ele recebe R\$ 24 e o Governo Federal fixa, estabelece o preço mínimo de R\$ 33 a saca do trigo.

Passa a usar o horário da Liderança do DEM

Vamos pegar o que aconteceu nas últimas safras, a safra verão, a safrinha e a safra de trigo no nosso Estado.

Na safra de verão, ou seja, na safra de soja dos nossos agricultores, tivemos o quê? Primeiro, uma estiagem; depois a chuva na época da colheita.

Na safrinha, o milho passou por todas as intempéries, pegou a estiagem, a geada, e agora, no plantio, pegou muita chuva. O milho chegou a brotar, está brotando no pé. O agricultor, quando vai comercializá-lo, vende por R\$ 14.

O trigo não é diferente. Quando se plantou trigo, muito trigo sofreu com a seca, outras regiões sofreram com a geada, que levou boa parte da nossa produção. Mas o agricultor tinha uma certeza, tinha a palavra do Governo Federal que disse: “Olha, o preço mínimo é de R\$ 33.”

Agora se colhe o trigo, muita chuva brotando o grão no pé e o nosso agricultor entregando a sua produção a R\$ 24.

O que precisaríamos neste momento é a intervenção direta do Governo Federal, nas cerealistas e nas cooperativas, alocando recursos, como se tinha no passado. No passado tínhamos a AGF, ou seja, aquisição por parte do Governo Federal, e também tinha o empréstimo por parte do Governo Federal. Mas, a AGF que até hoje se aplica, quando o Governador faz aquisição do Governo Federal, ele compra o produto de primeira. Sabemos que há o prejuízo do agricultor. O trigo colhido no nosso Estado, na nossa região, já não é de primeira qualidade. Então, mais justo não seria a AGF, mas sim a PEP. O que é a PEP? É o Prêmio de Escoamento do Produto. Ou seja, por leilão. É por isso que as cooperativas estão defendendo nessa atualidade, e quem iria arcar com essa diferença de R\$ 24 para 33, através do PEP, seria o Governo Federal, em forma de subsídio para o nosso agricultor. Fazer com que o nosso agricultor possa sair do vermelho e para que as cerealistas e as cooperativas tenham condições de pagar o preço mínimo garantido pelo Governo Federal.

É isso que precisamos. O Governo Federal precisa, sim, socorrer os nossos agricultores, porque os agricultores hoje estão sucateados, não conseguem fazer o seu negócio, não conseguem reformar o seu parque de máquinas, porque não estão em condições, porque estão descapitalizados. Quem defende isso é a OCEPAR, é a FAEP, através dos sindicatos rurais? É a FETAEP, através dos pequenos agricultores do nosso Estado? Eles precisam ter a garantia de, no mínimo, receberem pelo menos o que o Governo tem prometido para eles.

Se não bastassem todos esses números que tenho levantado, o agronegócio é responsável, hoje, no nosso País, por 35% do PIB. Tudo aquilo que produzimos no nosso País, devemos 35% para o agronegócio. Quando eu falo do agronegócio, falo do pequeno, do médio, do grande, que é a cadeia produtiva. O que fazemos neste momento? É sensibilizar o Governo Federal, através do nosso Ministro da Agricultura Reinhold Stephanes, que é sensível, que conhece a situação, os problemas vividos pela agricultura.

O Ministro do Planejamento, paranaense também, Paulo Bernardo, são dois Ministros do nosso Estado que devem convencer o Governo Federal para socorrer o nosso agricultor para que ele receba no mínimo, como disse o Deputado Dobrandino, aquilo que o Governador tem estabelecido, o preço mínimo.

Concedo o aparte ao Deputado Miltinho Pupio.

O Sr. Miltinho Pupio (PSDB)

Deputado Elio Rusch, tenho acompanhado o seu pronunciamento, na verdade é consistente, porque a agricultura ouvimos falar, mas na verdade lá no campo, lá onde acontece, no dia a dia, a dificuldade é muito maior.

Está falando do trigo, que além do preço ruim tem o mau tempo. Mas tem que ter um seguro para cobrir essas diferenças. Essas prorrogações de dívidas que vejo por aí, vai ao banco, prorroga, cada dia que vai prorrogar a dívida nos bancos é dia que vai enterrando mais o agricultor. Este é o maior problema do Brasil: a prorrogação de dívida.

O Governo Federal pode, muito bem, quando os bancos se quebram, socorrer. Por que não socorrem o produtor rural, que é o homem do campo, que produz o alimento, a comida na mesa de cada brasileiro? Por que não socorre o homem do campo quando produz o milho, que está vendendo a R\$ 14, R\$ 15 e não tem comprador? Por que o Governo não compra, não banca, não coloca no estoque regulador e depois, com o tempo, porque o Governo tem como bancar! Agora, o pequeno agricultor, a primeira coisa que ele faz, antes ainda de colher, o banco já está cobrando, e se ele não pagar, tem cinco dias para executar. Quer dizer, por que o Governo não compra? Nós, que temos Ministro da Agricultura do Paraná, que viaja todo este Paraná, sabe de todas as dificuldades. Mas, nada acontece.

Vejam bem, o milho a R\$ 14. Em Mato Grosso é R\$ 8 uma saca de milho. Quer dizer, não vale o plantio. Não vale o óleo diesel. Não vale o adubo e o calcário que ali consome. Como é que vai produzir? E aí vêm os discursos de que a agricultura é o celeiro do Brasil. E é verdade. Mas, cadê a atenção para a agricultura?

Inclusive fiz um requerimento para o Ministro Reinhold Stephanes, para que ele faça igual fez com os carros, tirando o IPI das máquinas agrícolas e implementos, para baixar o custo. É o que você diz: está sucateada aquela colheitadeira, trator, maquinário, e o produtor não tem dinheiro para buscar um novo para melhorar sua frota. Vamos isentar os impostos, como isentou dos carros, dos caminhões, para os equipamentos e máquinas agrícolas do nosso País.

Parabéns pelo seu pronunciamento e vamos discutir mais a respeito da agricultura e dos produtores rurais do nosso Estado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Agradeço seu aparte, mas o preço mínimo fixado pelo Governo Federal fez com que nossos agricultores no Estado do Paraná aumentassem em 9% a área plantada, este ano, para o trigo. E por que aumentou em 9% a área plantada? Porque o preço mínimo do trigo, fixado em

R\$ 33,30, fez com que os agricultores partissem para esta cultura. Embora o trigo sempre tenha sido uma colheita arriscada. O trigo sempre foi uma loteria. Primeiro, problema das geadas; segundo, o problema da chuva, como muito bem disse V. Exa. e eu também tenho dito, neste momento nosso trigo, que está sendo colhido, está sendo colhido com uma qualidade baixa. E há uma doença que é provocada pelo excesso de chuva, que chama-se brusone, que branqueia o pé de trigo, o cacho, a semente. E automaticamente a qualidade desse trigo não é a mesma qualidade como se você produzisse quando o tempo está bom.

Agora, se não bastassem todas as intempéries, como falamos, a geada e o trigo, temos o problema do Governo Federal. É isto que não consigo entender.

Deputado Luz Accorsi, se V. Exa. não pagar o salário-mínimo, o senhor comete um crime na sua propriedade. Deputado Augustinho Zucchi, V. Exa. que é da agricultura, nós aprovamos aqui na Casa o salário-mínimo regional, e se alguém não pagar para as categorias que não se enquadram no salário-mínimo, o senhor é enquadrado por crime, quer dizer, não cumpre com a função social. Não cumpriu com a função social, sua terra é passível de desapropriação.

Agora, se o Governo fixa o preço mínimo do trigo e não garante, ele fixa, quero deixar bem claro, o Governo diz: “Você, agricultor, plante que eu garanto que no mínimo você vai receber R\$ 33,33 pelo saco de trigo”. E quanto se paga? Vinte e quatro reais. “Você, agricultor, plante o milho que eu garanto no mínimo R\$ 16,50 a saca”. Quando o agricultor vai entregar essa produção, ele recebe R\$ 14 ou R\$ 13, e disse o Deputado Miltinho Pupio que no Norte do Mato Grosso e Rondônia são R\$ 8 ou R\$ 9. É melhor meter fogo na plantação de milho, porque não paga o trigo.

É aí que o Governo tem que intervir. O Governo tem que socorrer o agricultor através de quê? Ou da AGF ou do PEP. São duas formas que o Governo tem que fazer, mas tem que socorrer o nosso agricultor, seja o pequeno, o médio ou o grande. Preço mínimo, para mim, é como decisão da Justiça. A decisão da Justiça você não discute, mas cumpre. Preço mínimo, salário-mínimo não se discute, mas se paga, quem paga tem que ser o Governo e o Governo vira as costas para a agricultura do nosso Brasil para dizer, única e exclusivamente, que temos uma comida barata, mas não diz que a comida barata é produzida pelos nossos agricultores no Estado do Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Deputado Elio Rusch, tenho 44 anos e acho que faz 40 que entendo o que está acontecendo no mundo.

Faz 40 anos que vejo esse seu papo de que tem que melhorar a agricultura. Entra Governo e sai Governo, entra PSDB, entra DEM - que antes era PFL e já esteve lá também - e continua do mesmo jeito, não mudou nada. E é a mesma coisa sempre. Aí vem o PMDB e reclama do PFL, chegam lá os caras do PFL e do DEM, é tudo do mesmo jeito e não muda nada. Aí os do PMDB vêm aqui e reclamam do preço mínimo, que tem que ajudar o agricultor, e não muda nada. Tem até uma música: entra um, sai o outro e continua a mesma coisa.

Reclamação da agricultura, isso que o Ministro hoje é nosso, paranaense, e já vi V. Exa. cumprimentar o Ministro dali, fazer discurso elogiando o Ministro, que já esteve em outros partidos, já esteve em todos os Governos. Então, é aquilo que eu digo: entra e sai Governo, quando o partido de V. Exa. estava lá era a mesma coisa, como o que está lá é a mesma coisa e amanhã vai entrar o Serra, o Ciro Gomes ou a Dilma e vai ser a mesma coisa, do mesmo jeito.

E isso porque há a Bancada Ruralista! Imagina se não tem aqueles lobistas lá, o que seria da agricultura? Mas eles são organizados. Temos que entender que o pessoal da agricultura é organizadíssimo. O melhor lobby do Congresso Nacional, hoje, é o da agricultura. Mas é assim: entra ano, sai ano, e vejo sempre a mesma coisa. Entra Governo, muda Governo e é do mesmo jeito. É como a história do fumo: vamos acabar com o fumo. Que vai acabar com o fumo nada! Deixa o povo plantar. Faz 50 anos que falaram que iriam acabar com o fumo e não tiveram capacidade, em nenhum Governo, de criar uma alternativa. Deixem os caras plantarem! Se faz mal, o problema é deles. Pelo menos eles têm dinheiro.

É melhor que o agricultor fique lá plantando fumo do que saia do interior e venha para a Cidade grande para traficar o fumo, porque infelizmente hoje tem muitas famílias que saíram do interior e vieram para as Cidades iludidos por melhorias, chegam às Cidades grandes e viram mulas dos ricos. Isso porque quem fuma droga não é pobre, mas quem fuma droga é o tubarão. Já falei aqui e tem gente que se arrepiava quando falo isso. Quem fuma droga mesmo são os grandes, o pobre é mula, só leva a droga, é traficante, às vezes fuma também, mas é porcaria-azinha. O grande fumador de droga são os engravatados, os tubarões, tem clube aí que os caras fumam, a Polícia passa perto e faz de conta que não vê. Agora, se o pobre coitado fumar uma maconhazinha no cantinho já alge-mam o cara, já querem colocar o cara como traficante. Quando é pobre dizem que é tráfico, mas quando é rico que é pego com um pouco de droga: “É consumidor”. Eu sei que dói, mas alguém tem que falar. Agora querem acabar com o fumo. Deixem os caras plantarem!

Deputado Zucchi, V. Exa. que vai fazer um pronunciamento daqui a pouco, agricultura é com o Deputado Zucchi, é o nosso mestre na agricultura, ele já vai fazer um pronunciamento de arrebenatar aqui.

O tema que eu queria tratar não vai dar mais tempo, por mais que eu tenha mais cinco minutos que eu posso pedir ao nosso Presidente do PTB, temos uma vez por semana, na terça-feira, cinco minutos, mas está bom. Eu vou usar o horário do PTB, Sr. Presidente, eu iria falar de um tema agora que eu falei na CCJ e alguns se arrepiaram. Estou recebendo documentos a respeito de informações que eu fiz aqui e não recebi, não me deixaram buscar oficialmente as informações. Então, pedi algumas informações aqui do Ministério Público, o Deputado Romanelli, aquele seu jeito rápido, não constranger os Poderes, não pode, daí tirou e não deixou aprovar. O Poder Judiciário também foi isso, é para ficar a harmonia entre os Poderes. Mas estão vindo os documentos, alguém de lá está mandando os documentos que eu passo a revelar, que seria hoje um bom assunto aqui, mas é que em cima desse tema vou deixar para a semana que vem, que é o que eu falei na CCJ hoje, que é uma coisa sem licitação.

Imaginem, Srs. Prefeitos do Paraná, Presidente da Câmara, imaginem um Prefeito não fazer licitação para uma obrinha, para comprar qualquer coisinha. Se o Prefeito não fizer licitação ele vai devolver o dinheiro, direitos políticos cassados, processo na primeira instância, segunda, Brasília, assim por diante. Isso quando for Prefeito do interior. Quando é o tubarão aqui da Capital, o Taniguchi, o Greca, o Jaime Lerner, o Beto, não dá nada, pode ficar à vontade; quando é do interior, do Sudoeste, do Oeste, do Sul, um pobre coitado, para ele é certeza que vai se ferrar. Agora, quando era o Jaime Lerner: “Está tudo bem, é o Jaime, o maior arquiteto do mundo, libera ele”. Quando foi o Taniguchi, a mesma coisa: “É o Taniguchi, japonezinho, não viu direito, tem olho curto, tira ele, vai embora”. Aí o Greca com aquele jeito dele: “Eu não fiz nada”. Também vai, ninguém viu nada, vai embora. Aí o Beto Richa, que é bonitinho, está na moda, andou até de ônibus hoje o Beto, o Prefeito está andando de ônibus, quero ver se ele vai andar todo dia. Mas enfim, é moda, estamos na moda, vai ser muito bom, guri jovem, nunca fez nada de errado, o pai era santo, a mãe é gente boa”. E assim vai.

Então, vivemos a era do “está tudo bem”. Agora, o Prefeito daqui pode botar merenda escolar com o dinheiro do FUNDEF? Pode: agora, lá do interior, se deixar de fazer um empenho, ele é ferrado. Os Prefeitos sabem do que estou falando. Uma pena que esses Prefeitos são muito devagar e têm muito medo, pois deviam abrir a boca e contar o que eles passam. Está na hora de começar a falar o que se passa para o povo saber. Na Capital tudo pode, no interior nada pode.

Deixarei para falar na semana que vem desse tema. Tem gente que gasta milhões sem licitação, aí pode. Aí falam que era um fundo especial, dinheiro do Itaú. De novo o Itaú. Esse Itaú é poderoso. Se não quiserem aprovar aqui não tem problema, o povo está assistindo, a tevê está mandando documentos. Estou lendo e, aos poucos, vou comentando aqui, como o caso dessa grande licitação vizinha.

Quero registrar aqui também o jornal da Igreja Universal: *Como a Família Marinho destrói o Brasil*. Muito bom esse jornal aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em nome da Assembleia Legislativa, saudar os nosso visitantes. Vocês serão sempre bem-vindos a esta Casa. Logo a seguir o Deputado Elton Welter falará em nome de todos os senhores.

Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero fazer um breve relato da greve que está sendo feita pelos trabalhadores dos Correios no Brasil todo. Ontem eles tiveram uma negociação, mas não houve efetividade. A pauta, alguns conhecem, principalmente os 9,5% de reajuste e R\$ 300 de abono. O Governo oferece que essa negociação seja feita por dois anos, o que tem trazido preocupação, porque não sabemos como a inflação vai se comportar no ano que vem. De qualquer forma essa decisão foi remetida para o TST negociar e na quinta-feira teremos alguma novidade.

Gostaria também de fazer aqui algumas reflexões a respeito dos companheiros Grito da Terra, que estão presentes aqui também. São pequenos produtores rurais que têm uma luta por crédito, por regularização fundiária, uma luta para que as pequenas propriedades rurais no nosso Estado tenham reconhecimento.

Quero abordar aqui dois pontos que me parecem importantes: o Deputado Augustinho Zucchi, que é um Deputado da área e conhece bem, sabe que tivemos há dois anos uma votação que propunha que tivéssemos a contratação de mil novos técnicos para a EMATER. Esses técnicos não foram contratados. O fato de não termos a contratação desses técnicos, tem trazido um problema enorme, não apenas para os senhores e senhoras que estão aqui, mas para todos os pequenos produtores rurais, sejam eles ligados à FETAEP, ao MST, a outro movimento qualquer, mas todos estão tendo uma dificuldade enorme pelo Estado não ter possibilitado, ainda, a contratação desses técnicos. Este é um ponto que estamos, aqui na Assembleia, discutindo e acho que deverá fazer parte dessa negociação como Governador.

O próximo ponto, sem dúvida nenhuma é também importante, e quero aqui abordar, tem uma pauta longa que os senhores trouxeram, mas dois deles me parecem fundamentais, porque são atualíssimos naquilo que discutimos aqui: o 12º, que diz respeito à cultura do tabaco: *Em razão do Brasil ser signatário da convenção-quadro, em conformidade com a atuação do Governo Federal, acerca da cultura do tabaco, retomarem em âmbito estadual as discussões que envolvem a reconversão da produção do fumo. Para tanto, o Governo Estadual deverá*

criar um grupo de trabalho, com instituições como a FETAEP, o Instituto Agrônomo do Paraná, a Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a Secretaria de Estado da Saúde, a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, a EMATER e o Ministério Público, visando o estabelecimento estratégico para substituição gradativa dessa cultura no Paraná.

Este é exatamente o ponto que temos debatido, aqui. É preciso que haja uma reconversão do fumo para outras culturas.

Deputado Zucchi, mais uma vez abordo aqui, V. Exa. usou esta tribuna dizendo que hoje não há cultura que possa substituir o fumo do ponto de vista econômico, mas entendemos que é possível que tenhamos uma habilidade tal para que essa cultura que venha possa ser subsidiada, a ponto de trazer condições de propriedade de dois, três, cinco, dez, quinze hectares. Eu lembro que V. Exa. colocou que a média é 19 hectares no Paraná, principalmente na Região Centro-Oeste e na Região-Sul. Se fizermos isso será um passo que não virá apenas ao encontro daquilo que reivindicam os trabalhadores, mas daquilo que reivindica, Deputado Péricles, toda classe média do Brasil, toda classe média paranaense e diversas outras entidades que acompanharam as votações que fizemos.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Por último, Sr. Presidente, quero aqui deixar registrado que um dos pontos fundamentais deste Grito da Terra, que está sendo realizado hoje, é a política agrária, o projeto de assentamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário, em que já foram contratados, inclusive com estruturação pública regulamentada. Entendemos que é fundamental que tenhamos, no Estado do Paraná, todas as propriedades regulamentadas, inclusive aquelas que estão na área de fronteira. Sabemos que o Paraná, por ter uma área de fronteira, os seus 150 quilômetros, e alguns Deputados são dessa área, caso aqui do Deputado Rossoni que é de Bituruna, sabe que a área de fronteira é de difícil regularização, mas precisamos encontrar um mecanismo para termos essas áreas regularizadas. Hoje, muitos não conseguem ter seu título de posse por conta desse problema.

Lembro que participamos aqui da CPI da Terra, e uma das deliberações que foi acatada pelo Governo foi termos, novamente, o Instituto de Terras do Paraná, este instituto que vem fazendo um trabalho grandioso, mas ainda conta com muito pouco recurso.

Então, acredito que podemos contribuir nesse debate, até porque o orçamento vem agora. V. Exa. vai receber, nos próximos dias, o orçamento aqui, Sr. Presidente. Este projeto não é de bancada A, B ou C, de Governo ou de Oposição. Este é um projeto que pode ser feito pela Assembleia Legislativa e discutido com todos os Deputados, para que possamos prover orçamento e

prover o Instituto de Terras, de forma que este instituto tenha recursos suficientes para fazer, de uma forma mais ágil, a regularização fundiária no Estado do Paraná.

O trâmite do processo de liberação de recursos, que também está sendo debatido aqui, foi feito, de manhã, no PRONAF e no Banco do Brasil. Falo com muita tranquilidade, porque trabalhei no Banco do Brasil 28 anos, dos quais 14 anos no crédito rural, e sei que, muitas vezes, a política do Banco do Brasil hoje é diferente, mas durante muito tempo a política do Brasil foi de não financiar o pequeno.

Nós sabíamos, eu trabalhava em Palmas, que muitas vezes o pequeno tinha e alguns gerentes ainda têm essa visão que o pequeno dá tanto trabalho para fazer uma cédula, quanto o grande, mas o retorno, embora o pequeno 100% pague, muitas vezes em termos de remuneração o banco entendia que não era tão favorável quanto o grande. Quando trabalhei no crédito rural em Palmas, trabalhei aqui e trabalhei no Acre, a prova era exatamente o contrário: normalmente eram os pequenos que batiam na porta do Banco do Brasil, vendendo toda a sua produção. O nosso caso no Acre, vendiam tudo o que tinham de arroz, de feijão, pegavam a seringa que chamavam lá, a borracha, para poderem pagar as contas e não ficavam devendo para o banco. Normalmente tinham problemas, às vezes vendiam terras. O grande muitas vezes renegocia, porque tem o poder de renegociação.

Então, é preciso que olhemos o PRONAF de uma forma diferenciada. E o Banco do Brasil, que tem uma orientação diferenciada, mas que cada vez mais seja um banco que olhe para a agricultura, para o grande, que é necessário, para o médio, que é necessário, mas olhe para o pequeno, porque o pequeno é quem produz o alimento fundamental na mesa de todo o brasileiro.

Por último, quero abordar um tema que é fundamental para nós, que é a reforma agrária, como já foi dito aqui antes, a regularização fundiária. A reforma agrária em cima de algumas áreas, aqui no Paraná, que eu estive presente, inclusive no caso de duas, especificamente, que até agora estão regularizadas, porque o INCRA tem tido, embora a Superintendente do INCRA, a Cláudia Sonda, tenha tido uma boa vontade enorme, temos mais de 500 processos que estão ofertadas as áreas, mas que desses 500 talvez se aproveitem 15, porque muitas áreas ofertadas, ou não têm a propriedade, ou são de terceiros, ou têm problemas com banco, ou têm problemas ambientais e não podem ser utilizadas para a reforma agrária. Entretanto, a morosidade do processo é porque o INCRA, hoje, ainda sofre todo um processo que teve nos anos anteriores, um desmonte feito do INCRA. O INCRA tinha, há pouco tempo atrás, pouco mais, aqui em Curitiba, 45 funcionários para todo o Estado do Paraná. É preciso, sim, que tenhamos novos concursos para o INCRA, e que tenhamos uma agilidade nisso.

Para isso, acho que esses avanços podem ser feitos quando resolvermos os problemas da Fazenda Palheta, da Fazenda Itaverá, que inclusive está ocupada novamente.

O Município de Alvorada do Sul, próximo a Primeiro de Maio, estivemos juntos há um mês atrás, inclusive, na tribuna desta Assembleia Legislativa, relatamos esse caso, abriga mais de 250 famílias de acampamentos. Na Fazenda Monte Azul, Município de Icaraíma, que há mais de 10 anos tem 51 famílias que permanecem acampadas. Na Fazenda São Francisco, Município de Umuarama, com o acampamento União, além dos acampamentos Vitória e Perobal, em Cruzeiro do Oeste. Já na Fazenda Mumbuca, em Sapopema, próximo de Londrina, inclusive, com 28 famílias de trabalhadores que estão há 14 anos na área com a autorização do proprietário e ainda assim o INCRA não conclui o processo.

Então, acho que é importante que todos os companheiros e companheiras estejam aqui. É importante que consigamos dotar o orçamento de recursos para a regularização fundiária que a Assembleia vai votar para o próximo ano. E é importante que possamos tomar conhecimento de toda essa pauta para que nos coloquemos, decisivamente, como fizemos no domingo, inclusive com o Deputado que estava presente, o Deputado Pugliesi, lá no Município de Arapongas.

Então, acho que é importante essa manifestação, é o povo vindo até a Assembleia Legislativa. E espero que possamos atender, à medida que for necessário.

Concedo um aparte ao Deputado Péricles de Mello.

O Sr. Péricles de Mello (PT)

Obrigado, Deputado Tadeu.

Quero cumprimentar todos os agricultores presentes nesta Casa no Dia do Grito da Terra, com muita satisfação. Sabemos que não há nenhuma possibilidade histórica de construir um País fraterno, com distribuição de renda, se não for democratizado o acesso à terra. O Brasil, nesse aspecto, é uma sociedade cruel, tem os maiores índices de concentração de terra do mundo e o reflexo é o índice de desigualdade na sociedade.

Saúdo o Grito da Terra. Temos questões importantíssimas resolver. Sabemos que o Governo Federal aumentou muito os recursos para o crédito da agricultura familiar, de 2 bilhões e meio para 15 bilhões no Governo Lula. Sabemos que ainda falta uma política mais consistente de preço mínimo. Falta apoiar a distribuição das terras. A reforma agrária, agora mesmo, está com um problema sério no Brasil na questão dos índices de produtividade. É evidente que se a produtividade aumenta, tem que se cobrar das grandes fazendas que tenham produtividade, senão elas serão decretadas improdutivas e podem ser objeto de reforma agrária. Porque só saberemos construir um Brasil novo com o processo de reforma agrária.

Parabéns pelo seu discurso! Parabéns aos agricultores! Esse é o caminho da luta, da organização. Como o senhor estava comentando há pouco, Deputado Tadeu, enquanto a agricultura familiar, o agricultor tem a terra como meio de uso para a sua sobrevivência, ou seja, qualquer que seja a condição de crise ele vai tentar investir na

terra. O grande latifúndio, a grande propriedade rural, é como se fosse um título. Na hora em que se tem uma expectativa de lucro, o proprietário usa a terra. Se for um processo de recessão econômica, ele retira capital da terra e esta fica sem produzir o que necessita. Além de que a terra é um monopólio natural e sabemos que os grandes proprietários se apropriem do trabalho social, porque especulam com a terra e grandes fortunas são construídas a partir da especulação.

Repito que não há nenhuma possibilidade histórica de construir um Brasil fraterno e democrático sem uma reforma agrária e sem o apoio da agricultura familiar, que é o sustentáculo para a alimentação na mesa do povo.

Por tudo isso, queremos saudar todos os agricultores que estão aqui, abrilhantando a Sessão desta tarde.

Parabéns, Deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado, Deputado Péricles.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eram essas as considerações que eu queria fazer na tarde de hoje. Mais uma vez registrando o nosso apoio a tudo isso. Como o Deputado Péricles disse, a luta vem sendo feita pelos pequenos produtores rurais e a luta dos homens, trabalhadores, que retiram da terra, no seu dia a dia, o seu sustento e o nosso sustento.

Parabéns a todos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Felipe Lucas.

Deputado Felipe Lucas (PPS)

O SR. FELIPE LUCAS

Sr. Presidente, Srs. Deputados, saudar os pequenos agricultores aqui presentes, que através de sua organização têm feito muito por este Estado. Esse é o caminho para vocês estarem unidos. A vinda de vocês é sempre muito importante, porque acabamos aprendendo muita coisa quando vocês mostram suas dificuldades.

Registrar desta tribuna os dias 21 e 22 de setembro. O dia 21 de setembro fica marcado como uma data de extremo pesar para todos nós, políticos, paranaenses, seres humanos. E ao mesmo tempo nos deixa uma lembrança muito importante de um político e de um dos cidadãos dos mais ilustres que o Paraná, o nosso Estado, teve. Trata-se do Dr. Luiz Haj Mussi, advogado, Secretário, desembargador do Tribunal Regional do Trabalho - TRT, que participou de tantos momentos na vida política do nosso Estado. Todos se lembram da forma como o Haj Mussi trabalhava, principalmente em períodos difíceis que tivemos, conturbados, à época da ditadura militar. Quando tivemos pessoas inocentes presas, ele, com o seu bom senso, intransigência no trabalho e justiça, sempre procurou defender, principalmente os presos políticos e as pessoas que mais precisavam dele.

Ele teve tanta coisa de importante neste nosso Estado, foi ele o grande mentor e uma das peças chave também, quantos Deputados tiveram aqui a convivência com ele no Movimento pelas Diretas Já, provavelmente o Deputado Dobrandino teve convivência, e ele teve uma expressão nacional muito grande, o Dr. Mussi teve um trabalho muito grande, principalmente nesse período quando defendia aqueles que mais precisavam.

E foi também, sem dúvida, um dos grandes Secretários da Segurança que este Estado do Paraná já teve, na época do saudoso Governador José Richa.

Mussi, com sua habilidade, com seu conhecimento, trazia principalmente a questão da Segurança nos Municípios. Isto foi uma das questões básicas. Foi nesta época que começamos, nós dois, a ter um relacionamento pessoal e de trabalho.

Portanto, o Paraná teve uma das pessoas principais quando se trata de Segurança.

Há pouco tempo, há questão de meses, falávamos em Segurança, principalmente para que pudéssemos ter uma Segurança para o nosso Estado, quem sabe se um modelo para o Brasil, discutia-se isto junto com o seu partido, o PPS, e ele estava pensando, e depois no próximo Governo Estadual, seja ele quem for que venha, no Governo Federal, para que possamos, Douglas, Marcelo Rangel, Scanavaca, tantos outros que estão aqui, Dr. Batista e os outros, de ter um programa de Segurança que esteja praticamente junto dos Municípios.

Então, digo que foi uma das pessoas chave deste nosso Estado.

Perdemos na data de ontem o Mussi, mas o Estado, na sua convivência, o Estado do Paraná ganhou, e muito, e temos isto como uma recompensa.

Portanto, Mussi trabalhava sempre pela questão ética. Muita gente trata a palavra ética talvez como um oi, bom-dia, boa-tarde, mas Mussi levava isso como uma coisa certa, como uma questão normal, que a ética não possa ser proferida uma palavra vã. Então, talvez seja um dos seus maiores legados para a história do Paraná, tenho certeza que vai ser um dos maiores legados a palavra ética e a questão ética para o nosso Estado do Paraná.

Quero, com certeza, além do legado, temos tantas coisas boas que ele trouxe para este nosso Estado, mas, ao encerrar, gostaria de levar os nossos sinceros pesares para a senhora sua esposa, Maria Amélia, seus filhos, seus netos que tanto os tinham como um pai, como uma amigo, enfim, como um bom amigo do nosso Estado do Paraná.

Seriam estas as considerações. Muito obrigado. Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência associa-se ao discurso do Deputado Felipe Lucas, e somando-se a família, amigo Luiz Felipe Haj Mussi que nos deixa e em nome de toda a Assembleia Legislativa os nossos respeitos, a nossa solidariedade à família.

Grande Expediente:

No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente Nelson Justus, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, prezadíssimos representantes da agricultura do Paraná, pequenos agricultores que nos dão a honra, na tarde de hoje, com as suas presenças, lotando as galerias da Assembleia Legislativa do Paraná, a vocês que devemos tanto e exatamente da história de vocês se construiu a minha história, porque eu também sou filho de pequeno agricultor e trabalhei muito tempo na lida... que vocês cultivam hoje. Portanto, é uma satisfação muito grande ter a presença de vocês aqui.

Mas o Felipe Lucas, Deputado, amigo, lembrava o passamento do eminente Luiz Felipe Haj Mussi, Desembargador do Ministério do Trabalho, Secretário de Estado da Segurança. Lembrava-me hoje, quando fui ao seu velório, que comecei uma luta em Curitiba, eu era então Vereador de Curitiba, para criarmos a primeira Delegacia da Mulher no País. E conversamos com algumas senhoras de Curitiba, Associação de Moradores, a Maristela Requião, esposa do Governador Requião, e começamos então, junto com algumas delegadas, um movimento para que se criasse a Delegacia da Mulher em Curitiba, para proteger aquelas mulheres que precisavam relatar as suas angústias, as agressões sofridas, para uma outra mulher. E foi exatamente Luiz Felipe Haj Mussi, como Secretário da Segurança, que levou ao então Governador de saudosa memória, José Richa, e acabou saindo o decreto da criação da Delegacia da Mulher em Curitiba, como primeira, e depois se espalhou por este País afora.

Mas, subo à tribuna também para dizer a V. Exas. que vou apresentar, esta semana, um projeto de lei no sentido de estabelecer que os futuros Governantes do Paraná possam dar continuidade à Escola de Governo. Atribuo à Escola de Governo, criada pelo Governador Requião, como uma das coisas modernas, uma das boas coisas que aconteceram na política do Paraná. Digo isso porque, como já fiz parte de Admisnitração Pública, do Executivo, parece-me que é uma grande oportunidade para o Secretário do Estado, junto com sua equipe, preparar-se para prestar contas dos seus atos em uma TV pública, como acontece hoje todas as terça-feira no Paraná. É uma oportunidade para o Secretário da Fazenda falar da economia, é uma oportunidade para todas as pastas colocarem publicamente, para que a população do Estado tenha conhecimento dos atos públicos, de interesse público, atos que são próprios de uma administração pública. Acho que é pedagógico, acho que o Governador Requião fez uma coisa muito boa e nós aqui devemos estabelecer, em lei, para que os próximos Governadores sigam o mesmo, todas as terças-feiras a

Escola de Governo. Claro que um Governador vai ter diferença do outro em relação a condução, cada um com seu estilo próprio, mas é uma grande coisa que precisamos cultivar, estabelecendo, por lei, para que a população do Paraná não venha a sofrer solução de continuidade no que diz respeito a Escola de Governo.

Concedo aparte ao Sr. Deputado Antonio Belinati.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Deputado Neivo Beraldin, parabéns pelo brilhante pronunciamento, V. Exa. sempre muito feliz ao usar a tribuna.

Sobre a presença aqui dos pequenos agricultores, que é uma honra para esta Casa, lembro-me que há muitos anos o pequeno agricultor, nos Estados Unidos e num País da Europa, ele mora na própria propriedade agrícola, ele tem seu trator com ar-condicionado, com telefone equipado no próprio trator. Eles estão na roça, na lavoura, e de dentro do trator podem ligar para o serviço de meteorologia para saber se vai chover ou não. Ele tem uma casa confortável, tem lareira, tem piscina, tem uma churrasqueira, o que é mais importante, tem estrada, tem escola para os seus filhos, tem serviço odontológico e tem preço para o seu produto. Infelizmente, tem estrada aqui que não tem asfalto, o produtor reza para chover, para parar de chover, para ter uma boa colheita. Quando vai vender não tem preço. A escola, quando o filho estuda até um certo nível, dali para frente a escola é muito longe, dificulta isso. Tem estrada que está tão precária que no caso de uma doença, de uma enfermidade, ou de um deslocamento do agricultor com a família para a Cidade, há muita dificuldade.

Então, ao saudar esse agricultor, mostrar que eles merecem ser tratados com dignidade, com bom atendimento na parte médica, na parte odontológica, na parte educacional, com boas estradas, com equipamentos. Acima de tudo, porque a comida está cara, mas quem está ganhando dinheiro é o dono do grande supermercado, o Carrefour, não é o agricultor, porque ele planta e infelizmente o preço é muito pequeno.

Que haja o respeito que essa gente querida merece de todos nós.

Obrigado.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Deputado Belinati é um especialista em defender, em constatar as dificuldades da população no Paraná, sobretudo aqueles que mais sofrem.

Agora, além da constatação que acontece com os nossos pequenos agricultores, aqui temos a obrigação de buscar soluções para oferecer a eles maior possibilidade de produtividade, que possam agregar valor à sua produção, estabelecendo a agroindústria, para que agroindústria possa aumentar a sua receita. Não que fique apenas na venda do produto matéria-prima, mas que fique, com apoio do Governo, a possibilidade de que eles possam industrializar com as suas mãos ou com a pequena indústria, viabilizando o seu negócio para aumentar a renda e a qualidade de vida.

Porque o que vemos hoje, é o que me lembro, que conheci há 40 anos. O pequeno realmente sofre muito quando o Governo lança um bom programa. O primeiro a receber esse bom programa, são os grandes e os últimos a receber, infelizmente, são os pequenos agricultores do Paraná.

Srs. Deputados, não poderia deixar de falar aqui, hoje, que é o grande motivo de ter subido à tribuna, no sentido de destacar os 156 anos que, esta semana, comemora a grandiosa Polícia Civil do Paraná.

A nossa Polícia Civil do Paraná completa 156 anos de existência. Temos o maior respeito e o maior carinho pelo Policial Civil do Paraná, porque no exercício de suas funções não poucos tombaram na defesa do nosso cidadão do Paraná. Muitos perderam a vida e muitos continuam diariamente correndo risco de vida, enfrentando os marginais para defender a população do Paraná. Quero saudar a gloriosa Polícia Civil do Paraná.

(Lê):

156 anos da Polícia Civil

O marco da grandeza que hoje sustenta o Estado do Paraná, sua história, sua gente, o revestindo de respeito e a admiração passa, obrigatoriamente, pela instituição da Polícia Civil.

A generosidade imperial está contemplada no Decreto nº 1237, de 18 de setembro de 1953, que criava o Serviço Polícia Civil. Dias depois, em 19 de dezembro, justamente com a posse de Zacarias de Góes e Vasconcelos, primeiro Presidente da Província do Paraná, igualmente era empossado o primeiro Chefe de Polícia, Juiz de Direito da Corte, Cel. Antonio Manoel Fernandes Júnior.

De lá para os dias atuais, mesmo enfrentando dificuldades de diversas ordens, o que observamos é que a Polícia Civil não mede esforços para dispensar a população paranaense a tranquilidade necessária, possibilitando assim que a parcela de sua atuação contribua para o acentuado progresso deste rico e próspero Estado. Com disponibilidade estrutural aquém das exigências do avanço demográfico, o que de sobremaneira dobra sua operacionalidade, os valorosos delegados da Polícia, investigadores, escrivães, papiloscopistas e agentes de apoio, altamente qualificados, diuturnamente, em prol da sociedade paranaense, dispensam seu melhor labor.

Ao longo de mais um século e meio, o que se viu na área da Segurança Pública, mais precisamente ligada à Polícia Judiciária, são feitos notáveis desempenhados por homens e mulheres que formam a espinha dorsal da instituição e, sem hesitar, honram as tradições de gloriosa corporação, muitos perdendo a vida em prol do irmão paranaense, como recentemente aconteceu com o investigador Walter Aquino Pimentel, mortalmente ferido por um marginal, em pleno centro da Cidade. A história da Polícia Civil é rica em registrar nos Anais, infelizmente, nomes daqueles que, cumprindo o lema “servir e proteger” deixou de existir fisicamente.

Sras. e Srs. Deputados. Na semana em que se comemora os 156 anos da criação dos serviços policiais

civis no rincão paranaense, entendo e quero fazê-lo pelos que aqui representam a valorosa população paranaense, ser justo o uso desta fala, nem tanto pela beleza da palavra, mas para deixar registrado nos Anais desta Casa do Povo, que na legislatura anterior contou com os serviços parlamentares do Delegado da Polícia Mário Sérgio Bradock, o orgulho que nós paranaenses temos em dizer que contamos com uma das melhores Polícias Civis, quiçá a melhor, fruto constante do destemido trabalho desenvolvido por uma plêiade de pessoas que dignificam a gloriosa Polícia Civil do Estado do Paraná, motivo pelo qual eu e os demais que forma esta Casa de Leis, consignamos nosso preito de gratidão, respeito e reconhecimento a todos os seus integrantes que, engajados num só propósito, contribuem para a paz social.

Parabéns, Polícia Civil!

Homenageados: Ademilson Antônio Alves Batista; Antonio Cavalheiro de Lima; Edison de Faria Pilati; Francisco José Batista da Costa; Emmanoel Aschidamini David; Izaltino de Moura Alves; José Mínero Bitencourt; Jurandir Pires Alves; Lisandra Elaine de Oliveira; Marcio Breyer; Marcus Vinicius da Costa Michelotto; Maria Estela do Amaral; Mário Ayduki; Maurício Jorge Schenfeld Lopes; Nelson Zanetti; Rogério Antonio Lopes; Salatiel Honório; Vinicius Augustus de Carvalho; Wilson Villa; Witoldo Darcy Niedziela.”

Quero também lembrar que a nossa gloriosa Polícia Civil do Paraná, prestou a esta Casa na legislatura anterior um belo trabalho, exercido pelo Delegado de Polícia Mário Bradock - que foi nosso companheiro na legislatura anterior - que foi inclusive relator de uma Comissão de Inquérito sobre o BANESTADO e que prestou um belíssimo serviço na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Então, meus amigos e meus irmãos, quero encerrar dizendo que hoje, esta semana, temos uma semana festiva pelos 156 anos da Polícia Civil do Estado do Paraná. Temos registrada a tristeza do nosso Estado pela perda de Luiz Felipe Haj Mussi. E temos a certeza de que deveremos continuar trabalhando para o bem comum, olhando para o universo do povo do Paraná, enxergando as dificuldades dos pequenos, olhando por aqueles que sofrem na fila dos hospitais, aqueles sobretudo que vêm do interior e que buscam atendimento na saúde e que muitas vezes chegam a esperar de três a quatro meses por um exame médico, numa constatação que correndo o interior do Paraná, que hoje os Municípios, os Prefeitos, basicamente, se socorrem de auxílio dos Deputados para internar em hospitais, porque os hospitais estão cheios e é preciso, muitas vezes, na urgência de uma UTI, de um exame, de uma cirurgia, é preciso que nós, Deputados, possamos agir no sentido de atender irmãos nossos que vêm sem socorro, com dificuldades, onde deveriam ter as facilidades perto de onde moram, porque seus problemas estão numa região. E a solução também deve estar naquela região.

Não é mais possível que se assista diariamente ônibus do Paraná inteiro vindo com irmãos nossos, percorrendo em todos os hospitais, quase todos os Municípios têm ônibus circulando com gente que busca tratamento de saúde. Temos que investir, sim. E não quero dizer que o Governo Roberto Requião não esteja investindo na solução regional da saúde. Mas, efetivamente, precisamos de mais investimentos na área da Saúde. Como precisamos de mais investimentos em outras áreas do Governo.

Para isso, temos que investir na produção. Temos que investir na industrialização, para que possamos gerar rendas, riquezas e também a partir daí resolver nossos problemas sociais.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedemos a palavra, no horário do PDT, ao Deputado Augustinho Zucchi.

Liderança do PDT: Deputado Augustinho Zucchi

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Fiquei pensando que na verdade, estão aqui os pequenos agricultores, nesses dias estavam aqui os plantadores de fumo e fiquei pensando o seguinte: acho que não há um Deputado aqui que não tenha ligação com o meio rural. É difícil encontrar alguém que não tenha ligação com o meio rural, pelo fato de que os que têm um pouco mais de idade lembrarão de que o nosso Estado é novo e as coisas mudaram muito rápido.

Vejo a presença de muitas senhoras e talvez para alguém aqui possa ser estanho, para alguém que venha de fora e que não faça parte da história desta gente, lembrar que muita gente que aqui está percorreu aquele caminho sem energia elétrica, sem maquinário, usando uma junta de boi, onde as mulheres que aqui estão se não são filhas mas quem sabe netas de mulheres que levantavam pela manhã, tratavam as vacas, retiravam o leite, faziam o café, iam para a roça e deixavam o feijão cozinhando, voltavam e faziam o almoço, lavavam a louça e recomeçavam na sua vida de auxílio ao marido no trabalho da propriedade rural, razão pela qual conquistaram o direito de serem chamadas de trabalhadoras rurais e não donas de casa, como antigamente se chamava. Do meu tempo ou do tempo de alguns que estudavam, lembro-me que estudávamos com a lamparina ou com o lampião. Feliz daquele que tinha um gerador para gerar energia com uma roda-d'água. Quando chegou a geladeira, com a possibilidade de ser instalada nas propriedades rurais, foi a alegria de poder preservar o alimento. E hoje os bois foram substituídos pelas máquinas e não temos mais a possibilidade de varrer o terreiro com o cacho do coqueiro. Quem sabe o agricultor, hoje, não tenha que vender a propriedade para salvar um filho, porque antigamente era assim. Cansei de ouvir pequenos agricultores,

que tinham ficado sem o pedaço de terra porque tiveram que vender essa terra para salvar um filho, porque veio para Curitiba para fazer tratamento médico e naquela oportunidade não existia SUS.

Há, portanto, uma diferença de caminhada. Mas o que quero, Deputado Rossoni, V. Exa. que também vem de uma região de pequenos produtores, de pequenas propriedades - como eu disse aqui, todo mundo tem presente na sua mente essa história - é dizer que a maior homenagem que podemos prestar aos agricultores, embora, tenham eles essa pauta de reivindicação, é nossa obrigação reivindicar a todos os Governos para que melhorem a condição da agricultura, e o único País do mundo em que a agricultura ainda não tem seguro é o Brasil. Sabe por quê Deputado Marcelo Rangel? Porque depois da 2ª Guerra Mundial nos Países da Europa, e é por isso que lá um bife custa R\$ 100, nos Países da Europa depois da 2ª guerra os ricos iam ao supermercado com dinheiro e não tinha comida para comprar. Aqui no Brasil nenhum rico passou fome até hoje. Por isso que não se dá o devido valor para aqueles que produzem nas suas propriedades, a agricultura deveria ter um valor que não se mede apenas pelo preço do produto, porque falava o Deputado Elio Rusch: "Estamos vendendo o milho a 14", mas no primeiro mandato quando assumi aqui, fui numa greve dos agricultores onde o milho estava sendo vendido a quatro, onde era o famoso financiamento três em um, quem sabe, quem está aqui se lembre, que comprava uma coisa e pagava três. Na troca da URV para o real a agricultura pagou a conta desse Brasil.

Mas o que eu queria dizer é o seguinte: o maior patrimônio que nós podemos legar aos nossos filhos, porque aqui, Deputado Belinati, ninguém vai conseguir comprar 10 alqueires de terra para dar para um filho, é muito difícil. Antigamente era esse o legado que um pai, um agricultor deixava para um filho, hoje é difícil, se dá graça de poder manter a propriedade, se nós podemos evoluir, quem sabe, transformando a nossa produção, gerando renda, agregando valor, dando a possibilidade dos nossos filhos quem sabe permanecer na pequena agricultura. Mas vejam bem, o maior legado que podemos dar a essa gente é nós pregarmos o valor que tem a nossa agricultura.

Aqui em Curitiba, numa escola, foi perguntado aos alunos de onde vem o leite? E eles disseram: "É fabricado numa caixinha". Noventa e dois por cento dos alunos responderam isso. Tantos outros não sabem por exemplo, qual é o caminho do pão, alguém chega de manhã na panificadora, pega o pão quentinho, leva para casa, não sabe que a semente lançada ao solo responde por aquilo que vem do céu, reza para chover, reza para dar sol, é a vida eterna dos agricultores. Eu piá, bem piá, menino, participei com o meu pai que sempre produziu porco, porque o Ludo que está aqui sabe, o meu pai é um pequeno produtor, mora na mesma propriedade, ainda ontem o Senador Osmar Dias na minha sala perguntou: "Que desenho é esse?" E era, não é desenho, um amigo meu tirou uma foto do meu pai numa carroça carregada de milho, com uma jaula de boi, que tem ele lá na propriedade, a mesma propriedade que eu nasci.

E nós, nessa situação de podermos valorizar a nossa gente, temos que pensar que ainda temos que explicar para as gerações que sobreviveram na agricultura, me desculpe, não é explicar, temos que dar a elas apenas e tão-somente o reconhecimento de que grande parte da produção de alimentos, não vou falar do fumo que os produtores estiveram aqui, eu quero falar dos alimentos, do feijão, grande parte produzida na pequena propriedade, do arroz - do milho que é a moeda da agricultura - dos pequenos animais, porque aqui nós temos agricultores, somos os maiores produtores de frango, de onde que sai isso? Não é da grande agricultura, é da pequena agricultura, todos eles integrados a empresas do setor da agroindústria, quase que toda a nossa carne suína produzida também pelos pequenos produtores. Então, nós temos toda essa condição de produção graças aos pequenos produtores.

De tudo o que nós temos que fazer, uma coisa não podemos esquecer, uma coisa só, temos que falar de agricultura sempre, Deputada Rosane, dizer para as crianças que não sabem de onde vem isso, que alguém estava lá levantando de madrugada, esperando que o filho possa se formar em alguma coisa, possa estudar, fazer agronomia como eu fiz, sonho que teve minha família, acalentado por mim durante tanto tempo, e que a gente possa ter a condição de prosseguir nessa que é a mais antiga e uma das mais dignas profissões do universo, a nossa agricultura.

O Sr. Professor Lemos (PT)

V. Exa. me concede um aparte?

Quero cumprimentá-lo pelo brilhante pronunciamento, porque fala com a alma, o coração e com a mente de alguém que é agricultor, que nasceu na agricultura, trabalhei na agricultura até os 24 anos de idade. Sei do que V. Exa. está falando. Sei do que os nossos agricultores estão falando. Quero deixar aqui o meu apoio, meu aplauso aos nossos agricultores do nosso Estado que lutam contra intempéries, pouco recurso, contra pragas para fazer com que o nosso Estado cresça cada vez mais e são os grandes responsáveis pela nossa economia. Estão sustentando a nossa economia no Paraná e no Brasil. Portanto, quero cumprimentar cada agricultor, a FETAEP, as entidades que estão organizando esse protesto de hoje. As reivindicações são justas. Portanto, tem que ter o apoio de todos nós desta Casa. Parabéns, Deputado, por esta fala na tribuna de hoje.

Muito obrigado.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Muito obrigado V. Exa, que há pouco tempo chegou nesta Casa. Sei de onde V. Exa. é. V. Exa. representa aqui a luta dos nossos professores do Paraná e tem sido aqui um grande Deputado também.

Quero parabenizar as entidades, os sindicatos, a organização dos agricultores e dizer que, às vezes vocês estão lá nas propriedades e não sabem o que passa aqui. Há 15 dias, votamos um projeto muito importante, que é o projeto das águas. E existia nesse projeto a possibilidade

de cobrar água dos agricultores. E foi nesta Casa, não foi pelo voto meu, mas por todos os Deputados, pois foi feito um entendimento retirando isso do projeto, porque a questão da água é fundamental a sua preservação, mas devemos premiar os agricultores que preservam, as suas águas. Razão pela qual, naquele projeto tivemos a condição de fazer com que os agricultores continuem nas suas propriedades, sem nenhuma possibilidade de cobrança da água. Todos os Deputados tiveram essa compreensão, porque todos tiveram suas raízes ligadas a questão da agricultura.

Deixo aqui a nossa saudação, não falo em meu nome, mas em nome da Assembleia Legislativa. Vocês estão aqui na Casa que é da população do Paraná e sintam-se bem-vindos nesta tarde de hoje. Parabéns pela luta que constitui o orgulho da nossa Nação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Gostaria de perguntar a V. Exa., Deputado Nelson Justus, aproveitando o momento que está na presidência da Assembleia Legislativa, a respeito daquelas cinco CPIs que foram protocoladas na Casa pelo Deputado Romanelli. Em que situação estão aquelas CPIs?

Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Pela Ordem)

Presidente Nelson Justus, V. Exa. que é o Presidente desta Casa e preside neste momento, a Sessão, só para dizer que apresentamos um requerimento no dia 14 de julho, ele foi protocolado na Secretaria dos Transportes no dia 11 de agosto, por meio do Ofício nº 2577 da 1ª Secretaria, datado de 15 de julho, e não recebemos essa resposta. Esse pedido de informações se refere às rodovias recuperadas pelo Governo do Estado - as rodovias recuperadas e aquelas que são planejadas. Está tudo elencado no pedido de informações. Então, fazem mais de 30 dias que já foi protocolado e não recebemos essa resposta.

Por outro lado, gostaria de lembrar ao Deputado Romanelli que fizemos um acordo, aqui na Assembleia Legislativa, no dia 05 de agosto. Haviámos apresentado um pedido de informações, no que diz respeito ao porto de Paranaguá. O Deputado Romanelli solicitou que retirássemos esse pedido de informações e essas informações seriam prestadas durante 15 dias. Isso foi no dia 05 de agosto. Hoje é dia 22 de setembro. Então, já se passaram 45 dias. Isso não foi aprovado, Sr. Presidente. Isso foi um acordo que fizemos verbalmente, aqui, com o Líder do Governo.

Deputado Romanelli, fizemos um acordo em relação a um requerimento sobre o porto de Paranaguá, no dia 05 de agosto, e V. Exa. se comprometeu de que em 15 dias teríamos as respostas. Vou lhe entregar uma cópia deste requerimento para que V. Exa. solicite à Secretaria dos Transportes e ao Porto de Paranaguá que passe as informações, conforme entendimento entre a Liderança do Governo e a Liderança da Oposição.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Não posso aqui publicamente receber um requerimento de um acordo que eu não fiz. Não fiz acordo sobre este requerimento com o nobre Líder da Oposição. Acho que ele está se confundindo em relação ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vou passar à palavra ao próximo orador e, posteriormente, no horário da Liderança do Governo e da Oposição, V. Exas. discutem o assunto.

Eu solicitaria, Deputado Elio Rusch, que V. Exa. encaminhasse os pedidos que foram aprovados em Plenário para que a Presidência e a Secretaria tomem as devidas providências.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Solicito a V. Exa, por favor, que providencie as notas taquigráficas do dia 05 de agosto, porque eu não posso passar por mentiroso! Fiz um acordo com o Líder do Governo e ele diz que não fez acordo algum. Esse acordo foi feito e as notas taquigráficas vão mostrar quem está com a razão.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeito. Com a palavra o Sr. Deputado Elton Welter.

Liderança do PT: Deputado Elton Welter

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, este é um dia especial para agricultura familiar. Minha saudação a todos os agricultores e agricultoras que estão aqui. Esta Casa sempre receberá muito bem a todos os agricultores familiares ou outras categorias de trabalhadores.

Sr. Presidente, o Grito da Terra Brasil está na sua 14ª edição. Este Grito, leva as lutas e as bandeira dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do campo. São mais de 4 mil sindicatos no País. A CONTAG representa 27 federações. Aqui no Paraná é a FETAEP, que representa todos estes trabalhadores que estão aqui. Quero saudar o Sr. Ademir Mueller que é o Presidente da FETAEP, que está aqui conosco, estava numa audiência com o Governador; o Mário Plefk, que é o Vice-Presidente e Diretor de Política Agrária; o Jairo Corrêa Almeida, Diretor de Política Salarial; o Aristeu Elias Ribeiro, Diretor de Políticas Sociais e Meio Ambiente; o Marcos Júnior Brambilla, Diretor de Política Agrária e Sociais; e Mercedes Demore, Diretora de Mulheres e Políticas Sociais. Em nome deles, quero saudar a todos os agricultores e agricultoras do Estado do Paraná, especialmente aqueles que estão aqui.

Esta Casa por várias vezes foi chamada e convocada a se manifestar a favor da agricultura familiar. Já

votamos aqui o Fundo de Aval que foi uma medida muito boa. E na tarde de hoje foi reivindicado mais aporte para o Fundo de Aval e há essa garantia do Governador. Esta Casa também votou o Programa Trator Solidário, que atende muito bem a agricultura familiar e tem sido um sucesso, mais de quatro tratores já foram entregues.

Mas, o Grito da Terra Brasil tem o objetivo de mostrar para o Governo Federal, para os Governos, enfim, da Federação, como um todo, ao Governo do Estado, a luta incessante da agricultura familiar, eles se mobilizam nacionalmente para pleitear, de forma justa, ordeira e democrática, os grandes pleitos da agricultura familiar. Eu diria que a maior conquista do Grito da Terra nesses últimos anos foi o PRONAF. O PRONAF já é uma conquista de uma década, aproximadamente, 10 anos, que vem se aperfeiçoando ano a ano. E fruto dessa mobilização de trabalhadores e trabalhadoras rurais é que já se ampliaram os créditos do PRONAF de 2,3 milhões do Governo anterior para este Governo em 15 milhões. Então, existe muito mais recursos e ainda se briga por mais recursos, por isso, todos esses movimentos. E também o Grito da Terra significa que é um momento de dialogar com a sociedade para que, de fato, consigamos manter o homem no campo, garantir mais créditos, garantir política e educação para o campo, garantir políticas para a juventude do campo, para a mulher do campo, tanto é que foram criadas, recentemente, políticas como o PRONAF mulher, e PRONAF Jovem. Aqui no Estado foram reinstaladas as escolas agrícolas para que os jovens de trabalhadores e trabalhadoras rurais pudessem estudar e também formarem técnicos agrícolas para atuarem na extensão rural.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, portanto, a importância desse movimento é fundamental para carrear, para ajudar e nortear as políticas públicas para a agricultura familiar. Portanto, todos os dirigentes que estão aqui merecem os nossos aplausos.

Sr. Presidente, a agricultura familiar representa, produz, faz o abastecimento de mais de 70% dos alimentos de cesta básica do País. São esses produtores e produtoras, na sua capacidade de organização, na sua capacidade de diversificação da produção, é que alimentam a maioria dos brasileiros e brasileiras. É a agricultura familiar que emprega 80% dos trabalhadores do setor agropecuário, só aqui no Paraná são 780 mil pessoas, de acordo com o IPARDES. É muita gente, é próximo de 10% da população do Paraná. Isso deve ser levado muito em consideração, principalmente em momento de dificuldades quando temos seca aqui no Estado do Paraná.

A luta desses trabalhadores vem desde a luta por mais moradias no campo, por mais crédito na agricultura e também pela valorização dos trabalhadores e trabalhadoras.

Quero encerrar o meu pronunciamento parabenizando toda a diretoria da FETAEP, o Ademir Muller, que é o Presidente, e todos os presidentes de sindicatos que estão espalhados em mais de 270 Municípios do interior do Estado do Paraná. E tenho convicção das bandeiras e

dos pleitos que foram levados do Grito da Terra, deste ano, no dia de hoje, ao Governo do Estado, muito deles serão atendidos e outros serão atendidos no decorrer das lutas certamente.

Então, a agilização de mais crédito para o Fundo de Aval, o Governador já garantiu a esses produtores. Tentar garantir que haja uma permanência do Programa Trator Solidário para os futuros Governos também já é uma garantia, claro que isso tem que ser negociado com os futuros Governadores. Portanto, é uma honra poder falar aqui para esses produtores e produtoras que, de fato, são o orgulho do Brasil. Tenho convicção absoluta que quando homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras rurais, se mobilizarem, articularem e pleitearem aquilo que é do seu interesse que é bom para o Estado, serão atendidos por esta Casa de Lei, que nunca se furtará em debater os grandes temas da agricultura familiar.

Por isso, no ano que vem esperamos que todas as políticas boas sejam mantidas, pelos próximos candidatos à Governador, àquilo que dá inclusão social, que garante que os produtores permaneçam no campo. Os pleitos do Grito da Terra Brasil são justos e bons de cumprir. A grande angústia hoje dos senhores produtores rurais, principalmente é com relação à questão ambiental. Eles não querem ser penalizados pelas questões ambientais. Há uma consciência ambiental muito clara da agricultura familiar e da maioria dos produtores agropecuários. Precisamos achar um caminho, na medida em que tivermos que recuperar matas e que há perdas de renda na propriedade. Esse é um dos pleitos que também fez o Grito da Terra nesse dia de hoje.

Esta Casa, Sr. Presidente, tem projetos nesse sentido e precisa, quando vier o próximo orçamento do Estado do Paraná, achar caminhos, discutir com a SANE-PAR, com o Governador, para compensação para aqueles produtores que vão deixar de plantar, para preservar água e floresta para o cidadão urbano, para a sociedade. Temos que achar caminhos legais, que não tirem a renda do nosso produtor. Eu mesmo sou autor de um projeto, que cria o prestador de serviço ambiental. Há outras iniciativas de outros Deputados nesse sentido.

É fundamental que coloquemos na pauta essa discussão, porque é uma das maiores angústias dos trabalhadores do campo. Ninguém se nega a recuperar a mata ciliar. Ninguém dos produtores se nega a criar condições, para ter uma propriedade ambientalmente correta. Mas é preciso ter a atenção de políticas públicas, que criem condições para que eles não diminuam sua renda na sua propriedade, em função de estar cumprindo o dever de cuidar da água e da floresta, que são um bem, um patrimônio, para todos os moradores, inclusive, o cidadão urbano.

Parabéns a FETAEP e a todos que estão aqui. Certamente, o que vir para esta Casa, deliberará a favor da agricultura familiar, será atendida pela maioria absoluta, pela unanimidade, como foi a votação do Fundo de Aval e do Trator Solidário.

Para encerrar, há um fator determinante. Na reunião que tivemos no Palácio, estão todos de parabéns nesta Casa. Quando votamos a lei que institui o salário-mínimo regional, facilitou uma barbaridade as negociações com os trabalhadores do campo, que trabalham no corte de cana. Eles eram e ainda são muitas vezes explorados. Agora ficou mais fácil fazer a negociação coletiva. Esta Casa tem o mérito de votar, para corrigir o salário-mínimo regional, o que faz com que a renda daqueles trabalhadores rurais seja melhor. Parabéns a toda a Casa e a FETAEP, pelo Dia do Grito da Terra Brasil.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência anuncia o aniversário de Sapopema, que completa 48 anos. A sua Prefeita Dona Vera Lucia, aqui presente, recebe as nossas homenagens.

Solicitar aos Srs. Deputados, que na data de hoje vamos votar quatro decretos legislativos, de extrema importância para o Poder Legislativo Nacional. Apenas a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná ainda não votou esses quatro decretos. São necessárias 18 Assembleias Legislativas, para que possamos integrar ou entregar ao Presidente da Câmara Federal, algo que possa alterar a nossa Constituição Federal, fortalecendo assim o Poder Legislativo. Por isso conclamo aos Srs. Deputados que permaneçam em plenário, para que possamos votar essa matéria na data de hoje.

Com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, a Assembleia está informatizada e eu já estou em mãos das notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Eu só iria solicitar, Deputado Elio Rusch, que no horário, nós já estamos com o horário adiantado, no horário da Liderança do Governo sei que haverá um debate do Líder do Governo com o Líder da Oposição e aí então nós...

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Só quero mostrar para o Líder do Governo que ele fez um acordo e eu vou ler o que ele falou no dia 5 de agosto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nós iremos ouvi-lo com atenção.

Com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

***Liderança do Bloco PSB/PRB/PV:
Deputada Rosane Ferreira (PV)***

A SRA. ROSANE FERREIRA

Quero iniciar minha fala saudando a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná, a

FETAEP, e fazer das palavras do Deputados Augustinho Zucchi, do Deputado Elton Welter e dos demais Deputados que aqui se colocaram, as minhas palavras.

Deputado Augustinho Zucchi falou da luta da mulher agricultora, falou do café, do almoço, da casa, dos filhos, da roça, e tem detalhes ainda que são importantes - na hora de fazer o café, o fogão ainda é de lenha - e muitas, muitas ainda levam para a roça os seus filhos.

E eu me emocionei muito na fala do Deputado Augustinho Zucchi, porque lembrei da minha história de quando a minha avó falava que criou todos os seis filhos no balaio no meio da roça, enquanto quebrava milho, enquanto plantava ou colhia.

Mas, quero lembrar um pouco das outras dificuldades aqui do nosso cinturão verde, do pouco que conheço da agricultura do entorno da Cidade de Curitiba. Quero falar também, Deputado Augustinho Zucchi, das dificuldades que têm os agricultores e agricultoras, dos trabalhadores rurais na hora de usarem os serviços públicos - o posto de saúde longe, sempre o último a ser contemplado com o médico, até porque ele escolhe por último o posto mais distante da sede, a escola muitas vezes precarizada, a estrada que quando não é no pó é no barro, e que muitas vezes faz com que a casa daquela mulher trabalhadora pareça pouco zelada, as outras dificuldades.

Outro dia conversava com uma senhora que mora na zona rural e ela me dizia: "Olha, Deputada Rosane, a impressão que tenho é que as pessoas pensam que o transporte coletivo na área rural só tem que ir, não precisa voltar - se é para sair de lá para ir numa missa ou alguma coisa na Cidade o primeiro ônibus é às 8h da manhã e o retorno é às 17h, e a gente fica lá na rodoviária esperando a volta, o retorno.

Então, tem muito o que ser assegurado sim para os trabalhadores da área rural, seja aqui, seja no Sudoeste, seja nas Metropolitanas, seja no Norte do Paraná.

Então, é muito mais. E eu tenho certeza, esta Casa toda vez que a matéria diz respeito à agricultura, ela se une. Foi um exemplo, por exemplo, quando votamos a criação do Instituto Paranaense das Águas, foi unânime a emenda, votada por todos os Deputados num grande colegiado aqui que isentava a cobrança de água dos produtores rurais.

Então, há um consenso. E nós não fazemos isto, trabalhadores, trabalhadoras, gente brava da agricultura, nós não fazemos isto como um favor - fazemos isto porque é nossa obrigação. Este País só é respeitado pelo grande trabalho que vocês fazem.

Tenham no nosso mandato o maior respeito.

Enfim, também gostaria, fiz uso hoje, pedi este horário, Sr. Presidente, para falar do Dia Mundial Sem Carro. Pois eu me aventurei. Não sei quantos dos senhores, senhoras se aventuraram. Pois eu me aventurei hoje e vim para a Assembleia de transporte coletivo. Primeiro foi uma dificuldade para convencer a minha assessoria a me acompanhar: "Ah! Nós vamos demorar muito, vai ser difícil". Já foi uma dificuldade, mas viemos.

Seis horas da manhã, peguei um ônibus, moro a uma quadra do terminal rodoviário do Município de Araucária. Peguei o ônibus e vim para cá, o trajeto que levo para fazer todos os dias em torno de 30 minutos dependendo do trânsito, eu levei uma hora e meia e a maior parte de pé. As dificuldades são grandes: pegamos o transporte coletivo em Araucária paramos em vários terminais, trocamos de ônibus e enfim cheguei aqui. Estamos preparando um relatório com relação a uma Audiência Pública que realizamos em relação ao transporte coletivo. Mas, o cálculo feito é de seis usuários por m² dentro do ônibus. Hoje estava de pé muito apertada e nós estávamos em quatro dentro de 1 m² e fiquei imaginando como colocar mais dois naquele na quadradinho. Só sentindo na pele, só estando lá dentro.

Ficamos vendo as pessoas, os ônibus vem lotados, porque os trabalhadores da Região Metropolitana vem aqui para a Capital em busca do trabalho, em busca da viabilização das suas vidas. E é uma coisa muito cruel, porque enquanto os ônibus vem da Região Metropolitana lotados, nós encontramos os carros de moradores de Curitiba indo para a Região Metropolitana, geralmente uma só pessoa com ar-condicionado ligado. E vão para a Região Metropolitana buscar os melhores salários, enquanto que os moradores da Região Metropolitana vêm aqui buscar muito pouco. E isso cria um círculo vicioso.

Os melhores salários lá da Região Metropolitana voltam para serem gastos na Capital do Estado, o menores salários dos moradores da Região Metropolitana mal dá para garantir a luz, a água e um pouco de comida que abastece o dia a dia daquele povo. E ficamos vendo isso. Tudo isso dá trabalho, tudo isso deve ser a razão de nos organizarmos e mudar. O ideal é que cada Município pudesse gerar o seu trabalho a sua mão de obra, empregar e se fosse preciso esse deslocamento, que esse deslocamento fosse feito com muita qualidade e garantisse dignidade.

Quero ver o nosso retorno, se é o Dia Mundial Sem Carro ter que voltar, não posso quebrar meu pacto, já que vou fazer tenho que fazer por inteiro. Provocava meu marido: quero ver você voltar no final do dia no mesmo ônibus. Vamos voltar porque é a minha contribuição, hoje deixei de poluir um pouquinho. Tomara que consigamos ter um dia o transporte coletivo tão adequado. Hoje o maior problema e mais precioso é o tempo. O tempo que se leva para ir e vir do trabalho, Se conseguíssemos fazer com que o transporte coletivo fosse mais ágil, mais digno e desse o mínimo de conforto para os usuários, teríamos muito mais carros nas garagens e teríamos o meio ambiente muito mais cuidado.

Enfim quero finalizar aqui falando de mais uma questão que envolve o transporte nessa semana nacional do trânsito, quando eu venho para cá eu venho às vezes pela Linha Verde, às vezes pelo contorno sul. No contorno sul, na altura do Km-596 na BR-376, temos uma lombada eletrônica há muito tempo desativada. Uma lombada pior do que não ter nada sinalizando numa BR é ter ela desativada. Porque ela vira uma arapuca, para as pessoas que precisam transpor aquela BR.

Os carros vêm - contorno sul ali - nas moradias, na Vila Luana, no Alto Barigui, no bairro Diadema, um bairro intensamente povoado. As pessoas chegam na lombada eletrônica, para tentar atravessar a BR. Os carros seguram. As pessoas veem que os carros diminuam a velocidade tentam passar. Os carros veem que a lombada está desativada, acelera de novo. Via de regra assistem problemas naquela BR.

No dia 14, eu protocolei uma indicação para a construção de uma passarela, ali na altura do Km 595. No dia 15, aconteceu um acidente fatal. No dia 16 os moradores foram à rua pedindo que fosse feita alguma coisa.

Quero chamar atenção para essa indicação, lembrando que hoje é o Dia Mundial do Sem Carro. Lembrando da questão do transporte coletivo. Precisamos garantir o ir e vir da nossa gente com dignidade e vivos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

O SR. ELTON WELTER (PT) (Pela Ordem)

Queria justificar a ausência da Deputada Luciana Rafagnin, ela preside a Comissão de Agricultura nesta Casa. Está participando do 1º Encontro de Famílias Beneficiadas pelo Projeto Qualidade de Vida, na Cidade de Francisco Beltrão. Atividades ligadas à agricultura daquela Cidade. Ela foi convidada como Presidente da Comissão da Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados vou usar o horário do PPS.

Falar do passamento do Dr. Luiz Felipe Haj Mussi, era uma pessoa amiga, uma pessoa que eu particularmente sempre procurava ouvir sugestões, fizemos amizades através da política. E oferecer as nossas condolências a esposa dona Maria Amélia, aos filhos, Ana Elisa, Silvia Amélia e o Luiz Daniel e, também os netos Laura e Arthur.

(Lê):

“Mussi tinha 64 anos, Presidente do Conselho Nacional de Ética do PPS, ex-Secretário de Estado da Segurança Pública na gestão do Governador José Richa (1983/1986). O advogado Luiz Felipe Haj Mussi teve participação importante na resistência aos Governos Militares, lutando pela redemocratização do Brasil e defendendo presos políticos.

Mussi começou sua militância política no movimento estudantil no final dos anos 60, enfrentando uma repressão que ainda existia quando assumiu o cargo de Secretário da Segurança Pública no primeiro Governo eleito pelo voto popular, o de José Richa, em 1983.

Em 2006 representou o PPS como candidato ao Senado, levando ao debate a crítica ao que chamava de coronelismo moderno - os mesmos grupos políticos se revezam nas posições mais importantes da política estadual há décadas.

Membro do Instituto dos Advogados do Paraná (IAP), Desembargador Federal do Trabalho, um estudioso preocupado com a falta de Segurança Pública.

Em artigo publicado na Gazeta do Povo no dia 1º de julho deste ano, sobre Municipalização da Segurança, um tema que o apaixonava, Mussi ainda se dizia esperançoso de que: *O texto constitucional possa ser modificado para permitir que cada Estado da Federação organize a sua própria polícia, civil, única, desmilitarizada, hierarquizada, controlada pela comunidade e ciosa da preservação dos direitos civis.*

Defensor intransigente da liberdade de expressão, Mussi não pôde se calar diante da proibição de manifestações políticas na Boca Maldita. “*O local, escreveu, é ponto de encontro da multidiversidade cultural e política de nossa Cidade há mais de 50 anos. Existem pessoas que são formadas pela universidade da boca. A quadra tem sido, ao longo da história de Curitiba e do Paraná, palco de todas as campanhas políticas em todas as eleições livres que já se realizaram em nosso Estado*”.

Marco da prática democrática no Paraná, território universitário livre, defendeu o brilhante advogado, fazendo ver, em seu texto, que: *Mesmo no período ditatorial, quando as liberdades democráticas estavam tolhidas em função de atos institucionais e garroteadas estavam todas as instituições públicas, inclusive o Judiciário, ali foram realizados eventos memoráveis em prol do restabelecimento do estado democrático de direito.*

Ele se referia, na época, que não queriam deixar eventos políticos acontecerem na eleição passada ali na Boca Maldita. E ele colocava que mesmo na época da Ditadura Militar puderam ser feitos eventos.

Quando o Luiz Felipe Haj Mussi foi candidato ao Senado, em 2006, fui candidato a Deputado Estadual e pude andar com ele em vários Municípios pedindo votos e ele ficou entre os mais votados. Ele foi o terceiro mais votado naquela eleição.

Então, é um momento realmente triste. Lamentavelmente ele, por problemas no coração, faleceu ontem à noite e hoje está sendo velado aqui no Palácio das Araucárias. Já está próximo do horário do seu sepultamento e queremos realmente desejar que Deus o tenha, em nome do Deputado Marcelo Rangel, Felipe Lucas e de todos os companheiros do PPS do Paraná, Vereadores, Prefeitos, filiados e simpatizantes, porque ele era uma pessoa realmente que todos admirávamos! Sempre há no partido político uma pessoa que as vezes você possa até não gostar do seu jeito, mas se é no partido político, nós respeitamos. Agora, o Luiz Felipe Haj Mussi era uma pessoa que todos gostavam. Inclusive agora, no último evento em que participamos juntos, no Rio de Janeiro, ele, que era Presidente do Conselho de Ética, fez uma brilhante palestra realmente muito preocupado com aquilo que nós, dentro da política, queremos, que é o comportamento das pessoas, que possa ser com retidão e fazer aquilo que a população realmente deseja.

Então, para finalizar, queremos deixar o nosso voto de pesar à família do nosso querido Luiz Felipe Haj Mussi, sua esposa, os filhos e os netos. E que Deus o tenha!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário da Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, apenas quero fazer aqui publicamente uma correção e um pedido de desculpas ao Líder da Oposição, porque efetivamente no dia 05 de agosto fiz um acordo de encaminhamento de um pedido de informações e enviei ao Superintendente do porto, Daniel Lúcio de Oliveira. Efetivamente até hoje ele não enviou a resposta à Liderança do Governo, mas fiz o acordo e é do ofício, que eu disse aqui que não era.

Vi o ofício, pensei que não era aquilo que eu tinha, para mim aquele ofício tinha sido derrubado aqui no Plenário, mas foi aquilo mesmo que eu acordei com o Líder da Oposição, Deputado Elio Rusch. Então, quero aqui publicamente pedir desculpas e dizer que eu vou reiterar a resposta do pedido de informações, e se não obtivermos a resposta amanhã mesmo, vamos aprovar um pedido oficial desta Casa aqui. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Meus cumprimentos pelo gesto.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Pela Ordem)

Só quero, como Líder da Oposição, o Deputado Marcelo Rangel havia pedido o espaço da Liderança da Oposição, ele vai falar em nome da Oposição. Mas, quero agradecer o Deputado Romanelli como Líder da Situação pelo gesto de grandeza que ele teve em reconhecer o seu erro quando ele falou que não tinha feito o acerto. Eu aceito as desculpas do Deputado Romanelli. E só dizer que nós estávamos certos e jamais iríamos induzir, muito menos a Presidência, e nem o Plenário da Casa num erro.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra Deputado Rangel.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores da imprensa, cidadãos do Paraná.

Faço esse discurso também em saudosa memória do Sr. Luiz Felipe Haj Mussi do nosso partido, um apaixonado pelas causas sociais, ex-Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná. E é sobre Segurança

Pública que vou abordar na tarde de hoje. Há 10 dias atrás, Srs. Deputados, subia a essa tribuna para falar sobre Segurança Pública, terminei o meu discurso me dirigindo especialmente ao Sr. Governador Roberto Requião, dizendo que o Governador tinha que ouvir mais o povo, ouvir mais os Deputados de Oposição, e até mesmo os seus aliados. Falei sobre a preocupação dos paranaenses sobre a falta de Segurança Pública, falei sobre a preocupação dos paranaenses com a praga que está se alastrando, que já está em todos os cantos do Estado do Paraná, chamada crack, aonde essa droga está presente a morte também está. Falei sobre valorização profissional dos nossos policiais civis, militares. Mas, falei principalmente com relação ao efetivo, Deputada Rosane, que o Estado do Paraná, infelizmente, tem um dos menores efetivos do Brasil, e gostaria de ver o Estado do Paraná investindo na valorização profissional e no aumento deste efetivo.

Pois bem, na manhã de hoje o Sr. Governador, na Escola de Governo, anunciou a contratação de mais 2 mil novos policiais para o Estado do Paraná. Como eu vim aqui a essa tribuna, Deputado Elio Rusch, pela Liderança da Oposição, e quantas vezes viemos para fazer esse mesmo pedido, também venho com a humildade de poder dizer que o senhor Governador começou a nos ouvir, as nossas reivindicações começaram a surtir efeito. Na verdade, Srs. Deputados, 2 mil ainda não é o suficiente, o número correto seria 5 mil, mas foi um avanço, um avanço que será acompanhado pela Oposição, eu acompanhar a distribuição desses policiais, desses profissionais da área da Segurança Pública em todo o Estado, principalmente no interior, nas Cidades menores. Algumas Cidades do interior têm dois, três policiais para atender 30, 40 mil. Muitas Cidades têm problemas técnicos de viaturas, a Polícia Civil tem problemas também com o efetivo.

Não existem escritas, auxiliares, agentes. Precisamos continuar a reivindicar e a cobrar, porque é esse o nosso papel. Falamos aqui a respeito dos módulos, porque onde vou, em qualquer Cidade, me perguntam dos módulos, que antigamente tinham mais segurança com o módulo. Essas pessoas não sabem que é uma determinação governamental de não existirem mais módulos no Estado do Paraná. Optou-se pelos módulos móveis, mas que não deu certo porque falta gasolina, muitas viaturas estão sucateadas, falta efetivo. Mas, com aumento do número de policiais podemos voltar a discutir nesta Casa a questão dos módulos, porque são importantes.

Concedo um aparte ao Deputado Antonio Belinati.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Parabéns, V. Exa. sempre brilhante. Cada manifestação de V. Exa. é sempre um tema do mais alto interesse da população do Paraná. V. Exa. tem ampla liberdade, fala com imparcialidade, com independência, isso é fundamental. Alguém que tem minhoca na cabeça achou que módulo policial não tem importância, deu no que deu.

Estupro, assassinato, droga rolando solta até em porta de igreja, de escola, Pastor sendo assassinado dentro da igreja. Não estão mais respeitando igreja, cemitério, criança, idoso, portador de deficiência, a violência atingiu um patamar que o povo não aguenta mais.

Então, V. Exa. merece todo o nosso louvor, porque é preciso termos nesta Casa quem venha, não para bajular o Governo, para defender o povo. O Paraná grita, pede mais Segurança.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Amanhã vai acontecer uma Audiência Pública nesta Casa, sobre a aprovação do subsídio como forma de remuneração dos policiais militares do Estado do Paraná. Estarei participando, parece que a Audiência foi solicitada pelo Professor Lemos.

Concedo um aparte ao Professor Lemos.

O Sr. Professor Lemos (PT)

Quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento e reforçar o convite para a Audiência Pública, que foi uma solicitação da Polícia Militar e da Polícia Civil. Levamos o debate para a Comissão de Segurança desta Casa, pois sou titular desta comissão e junto com o Presidente Ademir Bier formulamos um requerimento, esta Casa acolheu. E amanhã, às 8h30, faremos essa Audiência Pública para debater o que está escrito na Constituição, desde que foi aprovada a Emenda nº 019, em julho de 1998, e que ainda o Paraná não regulamentou. Outros Estados já regulamentaram. Aqui no Paraná, para o Poder Judiciário, para a Assembleia Legislativa, já houve o regulamento, faltou para as Polícias Civil e Militar. É esse o assunto que vamos debater na manhã de amanhã, nessa Audiência Pública. Aproveito para convidar todos os Deputados e Deputadas desta Casa e, também, a população de um modo geral, que tem interesse em melhorar a Segurança Pública do nosso Estado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Acho justo, vou lutar por isso, porque não pode um soldo, no Estado do Paraná, ter o valor irrisório de menos de R\$ 400. Precisamos de um subsídio justo para os policiais civis e militares.

Na minha família, Deputado Lemos, por meio dos ensinamentos do meu pai e da minha mãe, desde pequeno aprendi que autoridade de verdade não é Deputado Estadual e nem Deputado Federal; autoridade não é o Governador, não é Prefeito, não é Vereador; autoridade é aquele que pela lei foi convocado a nos defender diariamente. Considero o policial a verdadeira autoridade e, enquanto estiver aqui como Deputado, como representante popular, vou lutar pelos direitos de todos os profissionais da área de Segurança, porque, realmente, eles merecem mais respeito, mais atenção e admiração de todos os paranaenses.

Era isso, Sr. Presidente.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício s/n, subscrito pelo Deputado Dr. Batista, constante do expediente, comunicando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 15 e 21 do corrente mês, devido ao fato de estar ministrando diversas palestras referentes à Saúde Pública, em Municípios da região de Maringá. **À Comissão Executiva.**

Indicação nº 872/09, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a duplicação do trecho da rodovia que liga os Municípios de Marechal Cândido Rondon e Quatro Pontes. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 873/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo Sr. Secretário de Desenvolvimento Urbano, atenção especial ao atendimento das necessidades de viabilização de recursos para aquisição de 01 (um) caminhão basculante para o Município de Tuneiras do Oeste. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 874/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo Sr. Coordenador da FUNASA, atenção especial ao atendimento das necessidades de viabilização de recursos para aquisição de 01 (um) caminhão basculante para o Município de Tuneiras do Oeste. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 875/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a conclusão da estrada do bairro Barreiro das Frutas, que liga os Municípios de Campo Mourão e Corumbataí do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 876/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo Sr. Diretor Presidente da Paraná Esportes, que dispense atenção especial a necessidade de construção de uma academia para terceira idade no Distrito de Jóia no Município de Quarto Centenário. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 877/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, que dispense atenção especial à necessidade de construção de galerias e pavimentação asfáltica no Distrito de Jóia, no Município de Quarto Centenário. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 878/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a duplicação da rodovia que liga o Município de Santa Fé ao Município de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 879/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo Sr. Ministro da Previdência Social, que determine ao INSS, para que ponha fim à Orientação Interna nº 138 de 05/05/06. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 880/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo Sr. Secretário de Estado da Saúde, atenção especial ao atendimento ao fornecimento de uma UTI móvel ao Município de Lobato. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 881/09, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a criação de um batalhão do Corpo de Bombeiros no Município de Palotina. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4589, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 22 de setembro do corrente ano, para participar de audiência em Brasília sobre a recuperação da Estrada Boiadeira (BR-487) com o Ministro dos Transportes. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 4611, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Ordinárias do dia 02 de setembro do corrente ano, em virtude de compromissos assumidos no interior do Estado. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 4639, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 21 do corrente mês, em virtude de compromissos partidários assumidos previamente. **À Comissão Executiva.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 243/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que proíbe o uso do fumo, derivado ou não do tabaco em recinto coletivo fechado, público ou privado em todo o Estado do Paraná. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DOS
PROJETOS DE LEI NºS 243/08, 388/08, 147/09 e
276/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Esta lei estabelece normas de proteção à saúde e de responsabilidade por dano ao consumidor, nos termos dos incisos V, VIII e XII do artigo 24, da Constituição Federal, para criação de ambientes de uso coletivo livres de produtos fumígenos.

Art. 2º Fica proibido no território do Estado do Paraná, em ambientes de uso coletivo, públicos ou privados, o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, que produza fumaça e o uso de cigarro eletrônico.

§ 1º Aplica-se o disposto no *caput* deste artigo aos recintos de uso coletivo, total ou parcialmente fechados em qualquer dos seus lados por parede, divisórias, teto ou telhado, ainda que provisórios, onde haja permanência ou circulação de pessoas.

§ 2º Para os fins desta lei, a expressão recintos de uso coletivo compreende, dentre outros, os ambientes de trabalho, de estudo, de cultura, de culto religioso, de lazer, de esporte ou de entretenimento, áreas comuns de condomínios, casas de espetáculos, teatros, cinemas, bares, lanchonetes, boates, restaurantes, praças de alimentação, hotéis, pousadas, centros comerciais, bancos e similares, supermercados, açougues, padarias, farmácias e drogarias, repartições públicas, instituições de saúde, escolas, museus, bibliotecas, espaços de exposições, veículos públicos ou privados de transporte coletivo, viaturas oficiais de qualquer espécie e táxis.

§ 3º Nos locais previstos nos parágrafos 1º e 2º deste artigo deverá ser afixado aviso da proibição, em pontos de ampla visibilidade, com indicação de telefone e endereço dos órgãos estaduais responsáveis pela vigilância sanitária e pela defesa do consumidor.

§ 4º Fica proibido também, fumar em veículos que estejam transportando crianças e/ou gestantes.

§ 5º Será cassada a eficácia da inscrição, junto ao cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicação (ICMS), dos estabelecimentos comerciais que forem flagrados vendendo cigarros a menores de 16 (dezesesseis) anos de idade.

Art. 3º O responsável pelos recintos de que trata esta lei deverá advertir os eventuais infratores sobre a proibição nela contida, bem como sobre a obrigatoriedade, caso persista na conduta coibida, de imediata retirada do local, se necessário mediante o auxílio de força policial.

Art. 4º Tratando-se de fornecimento de produtos e serviços, o empresário deverá cuidar, proteger e vigiar para que no local de funcionamento de sua empresa não seja praticada infração ao disposto nesta lei.

Art. 5º Qualquer pessoa poderá relatar ao órgão de vigilância sanitária ou de defesa do consumidor da respectiva área de atuação, fato que tenha presenciado em desacordo com o disposto nesta lei.

§ 1º O relato de que trata o *caput* deste artigo conterá:

- 1 - a exposição do fato e suas circunstâncias;
- 2 - a declaração, sob as penas da lei, de que o relato corresponde à verdade;
- 3 - a identificação do autor, com nome, prenome, número da cédula de identidade, seu endereço e assinatura.

§ 2º A critério do interessado, o relato poderá ser apresentado por meio eletrônico, no sítio de rede mundial de computadores - internet dos órgãos referidos no *caput* deste artigo, devendo ser ratificado, para atendimento de todos os requisitos previstos nesta lei.

§ 3º O relato feito nos termos deste artigo constitui prova idônea para o procedimento sancionatório.

Art. 6º Esta lei não se aplica:

- I - aos locais de culto religioso em que o uso de produto fumígeno faça parte do ritual;
- II - às instituições de tratamento da saúde que tenham pacientes autorizados a fumar pelo médico que os assista;

III - às vias públicas;

IV - às residências;

V - aos estabelecimentos específica e exclusivamente destinados ao consumo no próprio local de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, desde que essa condição esteja anunciada, de forma clara, na respectiva entrada.

Parágrafo Único. Nos locais indicados nos incisos I, II e V deste artigo deverão ser adotadas condições de isolamento, ventilação ou exaustão do ar que impeçam a contaminação de ambientes protegidos por esta lei.

Art. 7º Compete ao órgão estadual de vigilância sanitária a fiscalização do cumprimento desta lei, pelos estabelecimentos aqui referidos, aplicando-se as sanções previstas nesta lei, sem prejuízo daquelas previstas na Lei nº 6437, de 20/08/77.

§ 1º Considera-se infrator, para os efeitos do artigo 2º, toda e qualquer pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado que, de forma direta ou indireta, permita, tolere ou consuma tabaco em desconformidade com esta lei.

§ 2º O usuário dos produtos mencionados no artigo 2º que infringir o disposto nesta lei está sujeito à advertência e, em caso de recalcitrância, sua retirada do recinto pelo responsável pelo mesmo, sendo possível ser solicitado o auxílio de força policial, e sem prejuízo das sanções previstas nesta lei.

§ 3º A infração ao disposto nesta lei acarretará a aplicação de multa, ao infrator definido no parágrafo 1º deste artigo, equivalente a 100 UPF/PR - Unidade Padrão Fiscal do Paraná ou outro índice oficial que, eventualmente, venha substituí-la.

§ 4º A penalidade será aplicada em dobro em caso de reincidência.

Art. 8º O início da aplicação das penalidades será precedido de ampla campanha educativa, realizada pelo Governo do Estado, para esclarecimento sobre os deveres, proibições e sanções impostos por esta lei, além da nocividade do fumo à saúde.

Art. 9º Caberá ao Poder Executivo disponibilizar em toda a rede de Saúde Pública do Estado, assistência terapêutica e medicamentos antitabagismo para os fumantes que queiram parar de fumar.

Art. 10. O Governo do Estado promoverá em todos os níveis de ensino, dar incentivo às ações educativas específicas que visem abordar os malefícios provenientes do tabagismo.

Parágrafo Único. Para tanto, o Governo do Estado promoverá através de atividades extracurriculares estabelecer uma carga horária a ser preenchida com vídeos institucionais, palestras, debates e seminários propiciando a discussão, bem como a ciência aos alunos do mal que o tabagismo causa à vida e à saúde. Emenda da CCJ.

Art. 11. Os agricultores que se comprometam mudar o cultivo de fumo por outra cultura de plantação terão prioridade ou preferência no atendimento dos programas da Secretaria de Agricultura e do Abastecimento SEAB.

Art. 12. Ficam revogadas as Leis Estaduais nºs 14743, de 15/06/05 e 15492, de 09/05/07.

Art. 13. Esta lei entra em vigor no prazo de 60 (sessenta) dias após a data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21/09/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 285/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que cria no calendário oficial do Estado do Paraná o Dia da Prevenção à Doença Renal, no dia 13 de março. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 424/09, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, que declara de utilidade pública a Associação dos Produtores de Leite de Icaraíma e Região - ASPLEIR, com sede e foro na Cidade de Icaraíma. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a Emenda.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 427/09, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná - FACIAP, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 368/09, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de utilidade pública a OSCIP - Instituto de Saúde Santa Clara de Cândói, com sede e foro no Município de Cândói. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 085/09, de 04/08/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 368/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Artagão Júnior, tem por objetivo declarar de utilidade pública a OSCIP - Instituto de Saúde Santa Clara de Cândói, com sede no Município de Cândói e foro no Município de Guarapuava, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável, à normal tramitação do projeto de lei em análise. Na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 15/09/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 368/09

Atendendo o disposto no artigo 137, do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei Ordinária nº 368/09, que passa a ter a sua súmula com a seguinte redação:

“Súmula: Declara e utilidade pública a OSCIP - Instituto de Saúde Santa Clara, com sede no Município de Cândói e foro no Município de Guarapuava.”

Sala das Comissões, em 15/09/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 426/09, de autoria do Deputado Mario Roque, que institui no calendário oficial do Estado do Paraná, o Dia dos Trabalhadores Portuários Avulsos. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 097/09, de 25/08/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 426/09

P A R E C E R :

Do Projeto de Lei

O Projeto de Lei nº 426/09, de autoria do Deputado Mario Roque, tem por escopo instituir no calendário oficial do Estado do Paraná, o Dia dos Trabalhadores Portuários Avulsos, a ser comemorado, anualmente, no dia 05 de setembro.

Competência e Previsão Legal

A Constituição Federal no artigo 25, parágrafo 1º, assevera a competência dos Estados à organização da Constituição Estadual e Leis.

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas.

Assim, a Assembleia Legislativa, tem competência de dispor sobre a matéria tratada, vez que, não fere os princípios constitucionais.

Analizamos ainda a iniciativa dos membros desta Casa de Leis em propor projetos de lei.

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou comissão. (grifo nosso).

É indispensável a análise no aspecto da legitimidade para legislar acerca da matéria deste projeto de lei, assegurado pelo artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná, que os Deputados Estaduais, detêm de iniciativa para propor leis ordinárias para a referida aprovação.

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso).

Assim o Deputado Estadual Mário Roque, possui competência legislativa e administrativa, para iniciar projetos de lei, bem como, leis ordinárias, sobre a matéria tratada neste projeto de lei.

Diante do exposto, fica evidenciada, a constitucionalidade do presente projeto de lei, apresentado através de prerrogativa e competência parlamentar para legislar sobre a proposição de lei estadual, concernente à matéria tratada.

Conclusão

No que concerne à legitimidade, legalidade, autonomia federativa, técnica legislativa, vota-se pela constitucionalidade, vez que o projeto lei, não encontra nenhum óbice na Lei Complementar nº 095/08.

Sala das Comissões, em 15/09/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 429/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública a Educriança - Associação de Amparo à Crianças e ao Adolescente - Unidade Paraná, com sede e foro no Município de Ivatuba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 097/09, de 25/08/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 429/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública estadual a Educriança - Associação de Amparo à Crianças e ao Adolescente - Unidade Paraná, com sede e foro no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, tendo representação no Município de Ivatuba, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

No entanto, tendo em vista que a sede e foro que se consta no artigo 2º do Estatuto Social da Educriança - Associação de Amparo à Criança e ao Adolescente - Unidade Paraná é o Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, tendo representação no Município de Ivatuba, Estado do Paraná, sugere-se a Emenda Modificativa em anexo, com fulcro no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da Emenda Modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 15/09/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 429/09

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Educriança - Associação de Amparo à Crianças e ao Adolescente - Unidade Paraná, com sede e foro no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, tendo representação no Município de Ivatuba, Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 15/09/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo nº 002/09, de autoria do Deputado Nelson Justus, que altera os artigos 22, 24, 61 e 220 da Constituição Federal. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 057/09, de 01/06/08, em Projetos de Decreto Legislativo).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de Decreto Legislativo, de autoria do Deputado Nelson Justus, tem por objetivo apresentar proposta de emenda à Constituição Federal, para alterar a redação dos artigos 22, 24, 61 e 220 da Constituição Federal.

Fundamentação

A Constituição Federal, em seu artigo 60, III, autoriza a apresentação de Emenda à Constituição Federal quando a proposta for apresentada por mais da metade das Assembleias Legislativas dos Estados da Federação, devendo ter sido a proposta aprovada por maioria relativa em cada uma das Casas:

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

III - de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

A presente iniciativa parlamentar destina-se a dar início a este procedimento e, sendo a medida aprovada por esta Casa Legislativa, deverá ser encaminhada às Assembleias Legislativas dos Estados-membros para que, julgando a medida oportuna, subscrevam-na.

Na doutrina, José Afonso da Silva destaca que os Estados-Membros jamais haviam feito isso desta prerrogativa:

Pelo citado artigo 60, I, II e III, vê-se que a Constituição poderá ser emendada por proposta de iniciativa: (...) (3) de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros, retomando, aqui, uma regra que vinha desde a Constituição de 1891, suprimida pela de 1969, regra que não teve uma única aplicação nesses cem anos de República.¹

O Projeto de Decreto Legislativo é, nesse sentido, de grande apreço, pois torna mais efetiva a participação estadual na atividade legislativa em âmbito federal, sendo um grande passo na aplicação do princípio federativo, consignado no artigo 1º da República Federativa do Brasil.

Podemos constatar que o artigo objeto da proposta de Emenda Constitucional não se encontra no rol de cláusulas pétreas da Constituição Federal, elencados pelo artigo 60, parágrafo 4º:

§ 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

Constatamos que o Decreto é o instrumento hábil para que seja dado seguimento à presente proposta, conforme parágrafo 3º do artigo 121 supramencionado:

Art. 121. A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.

§ 3º Os projetos de decreto legislativo destinam-se a regulamentar as matérias de competência, exclusiva da Assembleia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como: (grifo nosso)

Nesse sentido, a observação, sempre oportuna, de José Afonso da Silva:

1. DA SILVA, José Afonso, Curso de Direito Constitucional Positivo. Editora Malheiros. 27ª Ed. São Paulo. 2007. Pág. 64.

Nada se diz sobre o processo de formação dos decretos legislativos e das resoluções. Aqueles são atos destinados a regular matérias de competência exclusiva do Congresso Nacional (artigo 49) que tenham efeitos externos a ele; independem de sanção e de veto. As resoluções legislativas são também atos destinados a regular matéria de competência do Congresso e de suas Casas, mas com efeitos internos; assim os regimentos internos são aprovados por resoluções.

Dessa forma, observamos que o Decreto Legislativo é o instrumento hábil para a correta formalização das propostas.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade apresentadas pelo projeto de Decreto Legislativo em análise, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 06/07/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

Em discussão. Em votação.

Quero explicar aos Srs. Deputados do que estamos tratando: na última reunião do colegiado de Presidentes das Assembleias Legislativas do Brasil, acordamos que para que pudéssemos fortalecer o Poder Legislativo necessitaríamos desses quatro projetos legislativos firmados por um mínimo de 18 Assembleias Legislativas. Já temos o apoio de 17 Assembleias Legislativas, falta apenas a do Paraná para que tenhamos o poder de alterar a Constituição do Brasil.

Por essa razão é que peço, em nome da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para que votemos favoravelmente a esses quatro decretos, para que o Poder Legislativo do Brasil sinta-se fortalecido, que as Assembleias Legislativas possam também alterar decretos, artigos, leis, que nos foram tomadas pela Constituição de 1988, fortalecendo assim o Poder Legislativo. Por essa razão é que faço esse apelo a V. Exas.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, V. Exa. já esclareceu antes, eu iria fazer justamente esse questionamento. Quero deixar registrado e não quero discutir o tema, até porque li os quatro projetos e por solicitação, inclusive, da nossa bancada, foi retirado de pauta, não temos uma decisão de bancada. Pessoalmente quero deixar registrado, até para não ter que registrar nos próximos projetos o meu voto contrário aos quatro decretos, por ter o entendimento, justamente, da Constituição de 1988, respeitando obviamente todos os entendimentos divergentes.

Então, só para deixar registrado meu voto contrário aos quatro projetos. Espero que depois, no Congresso, o debate, já que falta só o Paraná, certamente será aprovado, não será o meu voto contrário que irá

impedir essa aprovação, mas que aprovado no Congresso possamos fazer esse debate. E aí, obviamente, os motivos que eu iria colocar aqui, deixemos para que os nossos representantes federais possam fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O objetivo é exatamente esse. Tivemos, inclusive, um encontro com o Deputado Michel Temer para que nós, o objetivo é fazer com que as Assembleias Legislativas possam também legislar em assuntos que nos foram tomados. Por exemplo, a criação dos Municípios, nós hoje não temos mais esse poder, podemos voltar a ter. Temos situação pontual na Bahia e no Pará, principalmente no Norte e no Nordeste, e eles precisam de nós na questão do meio ambiente, na questão da Amazônia. Por essa razão, só é possível que as Assembleias Legislativas se fortaleçam se 18 Assembleias entrarem até o mês de novembro com a aprovação desses decretos. Por isso é que faço esse apelo, porque não seria o Paraná que iria obstruir uma situação como essa que envolve os Legislativos de todo o Brasil.

1ª Discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 002/09. **Aprovado.**

Registrado o voto contrário do Deputado Tadeu Veneri.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo nº 003/09, de autoria do Deputado Nelson Justus, que acrescenta dispositivo ao artigo 26 da Constituição Federal e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 057/09, de 01/06/09, em **Projetos de Decreto Legislativo**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de decreto legislativo, de autoria do Deputado Nelson Justus, tem por objetivo apresentar proposta de emenda à Constituição Federal, para acrescentar dispositivo ao artigo 26 da Constituição Federal.

Fundamentação

A Constituição Federal, em seu artigo 60, III, autoriza a apresentação de emenda à Constituição Federal quando a proposta for apresentada por mais da metade das Assembleias Legislativas dos Estados da Federação, devendo ter sido a proposta aprovada por maioria relativa em cada uma das Casas:

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

III - de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

A presente iniciativa parlamentar destina-se a dar início a este procedimento e, sendo a medida aprovada por esta Casa Legislativa, deverá ser encaminhada às Assembleias Legislativas dos Estados Membros para que, julgando a medida oportuna, subscrevam-na.

Na doutrina, José Afonso da Silva destaca que os Estados Membros jamais haviam feito uso desta prerrogativa:

Pelo citado artigo 60, I, II e III, vê-se que a Constituição poderá ser emendada por proposta de iniciativa: (...) (3) de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros, restando, aqui, uma regra que vinha desde a Constituição de 1891, suprimida pela de 1969, regra que não teve uma única aplicação nesses cem anos de República.¹

O projeto de decreto legislativo é, nesse sentido, de grande apreço, pois torna mais efetiva a participação estadual na atividade legislativa em âmbito federal, sendo um grande passo na aplicação do princípio federativo, consignado no artigo 1º da República Federativa do Brasil.

Podemos constatar que o artigo objeto da proposta de emenda constitucional não se encontra no rol de cláusulas pétreas da Constituição Federal, elencados pelo artigo 60, parágrafo 4º:

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

Constatamos que o decreto é o instrumento hábil para que seja dado seguimento à presente proposta, conforme parágrafo 3º do artigo 121 supramencionado:

Art. 121. A Assembleia exerce a sua função legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.

§ 3º Os projetos de decreto legislativo destinam-se a regulamentar as matérias de competência, exclusiva da Assembleia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como: (grifo nosso)

Nesse sentido, a observação, sempre oportuna, de José Afonso da Silva:

Nada se diz sobre o processo de formação dos decretos legislativos e das resoluções. Aqueles são atos destinados a regular matérias de competência exclusiva do Congresso Nacional (artigo 49) que tenham efeitos externos a ele; independem de sanção e de veto. As resoluções legislativas são também atos destinados a regular matéria de competência do Congresso e de suas Casas, mas com efeitos internos; assim os regimentos internos são aprovados por resoluções.

1. DA SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. Editora Malheiros. 27ª Ed. São Paulo. 2007. Pág. 64.

Dessa forma, observamos que o decreto legislativo é o instrumento hábil para a correta formalização das propostas.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade apresentadas pelo projeto de decreto legislativo em análise, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 06/07/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

Aprovado.

Registrado o voto contrário do Deputado Tadeu Veneri.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo nº 004/09, de autoria do Deputado Nelson Justus, que modifica o artigo 198 da Constituição Federal e o parágrafo 4º do artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (EMENDA A CONSTITUIÇÃO). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 057/09, de 01/06/09, em Projetos de Decreto Legislativo).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de decreto legislativo, de autoria do Deputado Nelson Justus, tem por objetivo apresentar proposta de emenda à Constituição Federal, para modificar o artigo 198 da Constituição Federal e o parágrafo 4º do artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Fundamentação

A Constituição Federal, em seu artigo 60, III, autoriza a apresentação de emenda à Constituição Federal quando a proposta for apresentada por mais da metade das Assembleias Legislativas dos Estados da Federação, devendo ter sido a proposta aprovada por maioria relativa em cada uma das Casas:

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

III - de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

A presente iniciativa parlamentar destina-se a dar início a este procedimento e, sendo a medida aprovada por esta Casa Legislativa, deverá ser encaminhada às Assembleias Legislativas dos Estados Membros para que, julgando a medida oportuna, subscrevam-na.

Na doutrina, José Afonso da Silva destaca que os Estados Membros jamais haviam feito uso desta prerrogativa:

Pelo citado artigo 60, I, II, III, vê-se que a Constituição poderá ser emendada por proposta de iniciativa:

(...) (3) de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se cada uma das delas, pela maioria relativa de seus membros, retomando, aqui, uma regra que vinha desde a Constituição de 1891, suprimida pela de 1969, regra que não teve uma única aplicação nesses cem anos de República.¹

O projeto de decreto legislativo é, nesse sentido, de grande apreço, pois torna mais efetiva a participação estadual na atividade legislativa em âmbito federal, sendo um grande passo na aplicação do princípio federativo, consignado no artigo 1º da República Federativa do Brasil.

Podemos constatar que o artigo objeto da proposta de emenda constitucional não se encontra no rol de cláusulas pétreas da Constituição Federal, elencados pelo artigo 60, parágrafo 4º:

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

Constatamos que o decreto é o instrumento hábil para que seja dado seguimento à presente proposta, conforme parágrafo 3º do artigo 121 supramencionado:

Art. 121. A Assembleia exerce a sua função legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.

§ 3º Os projetos de decreto legislativo destinam-se a regulamentar as matérias de competência, exclusiva da Assembleia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como: (grifo nosso)

Nesse sentido, a observação, sempre oportuna, de José Afonso da Silva:

Nada se diz sobre o processo de formação dos decretos legislativos e das resoluções. Aqueles são atos destinados a regular matérias de competência exclusiva do Congresso Nacional (artigo 49) que tenham efeitos externos a ele; independem de sanção e de veto. As resoluções legislativas são também atos destinados a regular matéria de competência do Congresso e de suas Casas, mas com efeitos internos; assim os regimentos internos são aprovados por resoluções.

Dessa forma, observamos que o decreto legislativo é o instrumento hábil para a correta formalização das propostas.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade apresentadas pelo projeto de decreto legislativo em análise, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 06/07/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

1. DA SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. Editora Malheiros. 27ª Ed. São Paulo. 2007. Pág. 64.

Aprovado.

Registrado o voto contrário do Deputado Tadeu Veneri.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo nº 005/09, de autoria do Deputado Nelson Justus, que altera o artigo 132 da Constituição Federal. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 057/09, de 01/06/09, em Projetos de Decreto Legislativo).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 005/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de decreto legislativo, de autoria do Deputado Nelson Justus, tem por objetivo apresentar proposta de emenda à Constituição Federal, para alterar o artigo 132 da Constituição Federal.

Fundamentação

A Constituição Federal, em seu artigo 60, III, autoriza a apresentação de emenda à Constituição Federal quando a proposta for apresentada por mais da metade das Assembleias Legislativas dos Estados da Federação, devendo ter sido a proposta aprovada por maioria relativa em cada uma das Casas:

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

III - de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

A presente iniciativa parlamentar destina-se a dar início a este procedimento e, sendo a medida aprovada por esta Casa Legislativa, deverá ser encaminhada às Assembleias Legislativas dos Estados Membros para que, julgando a medida oportuna, subscrevam-na.

Na doutrina, José Afonso da Silva destaca que os Estados Membros jamais haviam feito uso desta prerrogativa:

Pelo citado artigo 60, I, II, III, vê-se que a Constituição poderá ser emendada por proposta de iniciativa: (...) (3) de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se cada uma das delas, pela maioria relativa de seus membros, retomando, aqui, uma regra que vinha desde a Constituição de 1891, suprimida pela de 1969, regra que não teve uma única aplicação nesses cem anos de República.¹

O projeto de decreto legislativo é, nesse sentido, de grande apreço, pois torna mais efetiva a participação estadual na atividade legislativa em âmbito federal, sendo um grande passo na aplicação do princípio federativo, consignado no artigo 1º da República Federativa do Brasil.

1. DA SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. Editora Malheiros. 27ª Ed. São Paulo. 2007. Pág. 64.

Podemos constar que o artigo objeto da proposta de Emenda Constitucional não se encontra no rol de cláusulas pétreas da Constituição Federal, elencados pelo artigo 60, parágrafo 4º:

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

Constatamos que o decreto é o instrumento hábil para que seja dado seguimento à presente proposta, conforme parágrafo 3º do artigo 121 supramencionado:

Art. 121. A Assembleia exerce a sua função legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.

§ 3º Os projetos de decreto legislativo destinam-se a regulamentar as matérias de competência, exclusiva da Assembleia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como: (grifo nosso)

Nesse sentido, a observação, sempre oportuna, de José Afonso da Silva:

Nada se diz sobre o processo de formação dos decretos legislativos e das resoluções. Aqueles são atos destinados a regular matérias de competência exclusiva do Congresso Nacional (artigo 49) que tenham efeitos externos a ele; independem de sanção e de veto. As resoluções legislativas são também atos destinados a regular matéria de competência do Congresso e de suas Casas, mas com efeitos internos; assim os regimentos internos são aprovados por resoluções.

Dessa forma, observamos que o decreto legislativo é o instrumento hábil para a correta formalização das propostas.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade apresentadas pelo projeto de decreto legislativo em análise, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 06/07/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

Aprovado.

Registrando o voto contrário do Deputado Tadeu Veneri, ao tempo em que, em meu nome e em nome dos Presidentes de todas as Assembleias Legislativas do Brasil, agradeço aos Srs. Deputados que votaram favoravelmente a esses decretos legislativos.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 4609, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente.

Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento n° 4641, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente.

Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento n° 4642, de autoria do Deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4642-A, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4638, de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4640, de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4592, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 4595 e 4596, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4587, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4594, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 4597 e 4598, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4610, de autoria dos Deputados Dr. Batista, Nelson Justus, Dobrandino da Silva e demais Deputados, constante do expediente. **Retirado pelos autores.**

Requerimentos n°s 4612 a 4633, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4643, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4643-B, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento n° 4642-B, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, com apoio do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 409 e 411/09.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 424/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 368, 426 e 429/09 e dos Projetos de Decretos Legislativos n°s 003, 004 e 005/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 431 e 453/09.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão de Constituição e Justiça

Extrato

OFÍCIO N° 052/09

Curitiba, 22/09/09.

Senhor Diretor:

Considerando o quanto disposto na Constituição Federal de 1988, em especial no que concerne aos princípios da publicidade e devido processo legal e ainda o disposto no artigo 5°, XIV e no artigo 37, vem a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tornar público, através desse diário oficial do Poder Legislativo Estadual, o extrato contendo em suma o resultado da reunião realizada em 22/09/09, para os fins previstos no artigo 33, parágrafo 2° do Regimento Interno desta Casa de Leis, a saber, interposição de recursos aos pareceres apresentados nessa Comissão Permanente, que se seguiram na seguinte forma:

- Projeto de Lei n° 532/07 - Parecer favorável - Rejeitado

- Projeto de Lei n° 249/08 - Parecer contrário

- Projeto de Lei n° 167/09 - Parecer favorável

- Projeto de Lei n° 184/09 - Parecer favorável à emenda de Comissão de Meio Ambiente na forma da subemenda anexa

- Projeto de Lei n° 296/09 - Parecer contrário

- Projeto de Lei n° 335/09 - Parecer contrário

- Projeto de Lei n° 365/09 - Parecer favorável

- Projeto de Lei n° 369/09 - Parecer contrário

- Projeto de Lei n° 372/09 - Parecer favorável

- Projeto de Lei n° 373/09 - Parecer favorável

- Projeto de Lei n° 377/09 - Parecer contrário

- Projeto de Lei nº 383/09 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 386/09 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 390/09 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 418/09 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 445/09 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 346/09 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 465/09 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 480/09 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 481/09 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 483/09 - Parecer favorável

(a) DURVAL AMARAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

Atas de Comissões

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e nove, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Reni Pereira, Rosane Ferreira e Tadeu Veneri. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião extraordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Caíto Quintana. Passou-se à Ordem do Dia: o Sr. Deputado Ademar Traiano apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Decreto Legislativo nº 006/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO. O Sr. Presidente passa a presidência ao Sr. Deputado Nereu Moura; 01) Projeto de Decreto Legislativo nº 006/09, de autoria dos Deputados Reni Pereira e Durval Amaral. O Sr. Deputado Ademar Traiano, relator, requer a conversão da matéria em diligência junto à Secretaria de Estado da Fazenda - DEFERIDO pelo Presidente, bem como, CONCEDIDO VISTA a todos os Deputados presentes. O Sr. Presidente passa a presidência ao Deputado Durval Amaral. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 446/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 446/09, de autoria o Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO. O Sr. Deputado Reni Pereira apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 384/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 384/09, de

autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO. O Sr. Deputado Caíto Quintana apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 862/07. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 862/07, de autoria do Tribunal de Justiça - Altera dispositivos da Lei nº 6149/70. O Sr. Deputado Caíto Quintana, relator, bem como, o Deputado Luiz Claudio Romanelli apresentam requerimento solicitando convocação de uma Audiência Pública para debater acerca deste projeto de lei. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO, com voto contrário do Deputado Reni pereira. O Sr. Deputado Nereu Moura apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nº 420/09, 414/09, 426/09, 443/09, 387/09 e 325/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 420/09, de autoria do Tribunal de Contas. Os Srs. Deputados Luiz Carlos Martins e Tadeu Veneri SOLICITAM VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 06) Projeto de Lei nº 414/09, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro - Altera dispositivos da Lei nº 4543/62. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 426/09, de autoria do Deputado Mario Roque. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 443/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 387/09, de autoria do Poder Executivo - Altera dispositivos da Lei nº 15793/08. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 378/09, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO, com abstenção de votação do Deputado Artagão Júnior; 11) Projeto de Lei nº 325/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO. O Sr. Deputado Caíto Quintana apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nº 658/07 e 371/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 658/07, de autoria dos Deputados Pastor Edson Praczyk e Rosane Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 371/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 403/09, de autoria do Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 411/09, de autoria do Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 412/09, de autoria do Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 409/09, de autoria da Deputada Rosane Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 424/09, de autoria do

Deputado Fernando Scanavaca. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 19) Projeto de Lei n° 427/09, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 20) Projeto de Lei n° 429/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 21) Projeto de Lei n° 431/09, de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 22) Projeto de Lei n° 368/09, de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 23) Projeto de Lei n° 434/09, de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 24) Projeto de Lei n° 436/09, de autoria do Deputado Professor Lemos. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 25) Projeto de Lei n° 437/09 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 26) Projeto de Lei n° 451/09, de autoria do Deputado Plauto Miró. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 27) Projeto de Lei n° 453/08, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 28) Projeto de Lei n° 455/08, de autoria do Deputado Teruo Kato. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária

Direitos Humanos e Cidadania

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e nove, reuniu-se a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, sob a presidência do Deputado Francisco Bühner, com a presença dos seguintes Srs. Deputados: Jonas Guimarães, Tadeu Veneri e Beti Pavin. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos passando para Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei n° 575/07, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que obriga a afixação de orientações em braile em locais de grande fluxo de pessoas. Relator Deputado Jonas Guimarães. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar

eu, Eduardo Freyer de Azevedo, secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente
Eduardo Freyer de Azevedo - Secretário

Tomada de Contas

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de agosto de dois mil e nove, às onze horas, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para sua sétima reunião ordinária, com a presença dos Srs. Deputados, membros da comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: submeter à aprovação das despesas dos Srs. Deputados referente ao mês de julho de 2009 - Proposição n° 059/09. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da comissão, Deputado Duílio Genari abriu os trabalhos, declinando a palavra ao Sr. Deputado Edson Strapasson, relator da Proposição n° 059/09, que trata da prestação de contas da verba do movimento relativo aos créditos para atender as despesas dos Srs. Deputados previstas na Resolução n° 003/04 e com as modificações contidas na Resolução n° 003/09, referente ao mês de julho de 2009. Examinada a matéria, o Sr. Relator decidiu pelo parecer FAVORÁVEL - APROVADO, uma vez que as contas encontram-se exatas, dentro das normas de sua regulamentação e de acordo com a legislação em vigor. Parecer este, que foi acompanhado por todos os Srs. Deputados. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos e, para constar e exercer os efeitos legais, eu Maria Regina Subtil, secretariei e lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da comissão, Srs. Deputados presentes e por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária

Diretoria Geral

Contrato de Prestação de Serviços

Protocolo: 10990/09

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ÁREA PROTEGIDA

Pelo presente instrumento particular, de um lado, Salva Serviços Médicos de Emergência S/C Ltda. (Ecco-Salva), com sede na Av. Batel, 1473, com sede e foro em

Curitiba, Paraná, inscrita no CNPJ:67.844.845/0001-34, adiante designada simplesmente CONTRATADA e de outro, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, com sede na Praça Nossa Senhora da Salette, s/n, inscrita no CNPJ: 77.799.542/0001-09, com sede e foro em Curitiba, Paraná adiante designada simplesmente CONTRATANTE ambas neste ato legalmente representadas, têm entre si, justo e avançado o que segue:

Cláusula Primeira - Objeto

O objeto do presente contrato consiste na prestação de serviços médicos e paramédicos pela CONTRATADA, através do corpo médico especializado, para atendimento de eventuais emergências de qualquer natureza a pessoas(s) que se encontrem(m) nas instalações da CONTRATANTE, seja em virtude de trabalho ou trânsito.

§ 1º O serviço compreende o completo atendimento pré-hospitalar a toda e qualquer pessoa que se encontre nas dependências da CONTRATANTE, podendo estender-se até o estabelecimento hospitalar designado, em situações desencadeadas por quadro médico agudo e que implique em risco vital imediato, tais como: cardiovasculares (parada cardíaco-respiratória, infarto agudo do miocárdio angina “pectoris”, edema agudo do pulmão, arritmia e acidente vascular cerebral); respiratórios (insuficiência respiratória aguda, crise asmática); neurológicos (síncope, convulsão, coma); politraumatismos graves, perda de consciência, queimaduras graves hemorragia intensa, afogamentos, acidente elétrico, intoxicações e toda outra que comprometa seriamente um ou mais sistemas vitais.

§ 2º Ocorrendo necessidade de encaminhamento do paciente ao estabelecimento hospitalar, o serviço durará até a internação definitiva do mesmo, cessando a partir deste momento, toda e qualquer responsabilidade por parte da CONTRATADA, seja relacionada ao objeto do presente instrumento, seja com relação ao tratamento.

Cláusula Segunda - Atendimento

A CONTRATADA se obriga a prestar os serviços supra mencionados aos estabelecimentos da CONTRATANTE, nos locais abaixo relacionados:

- Centro de Educação Infantil;
- Coordenação de Manutenção;
- Coordenação Médico Odontológico;
- Estacionamento.

§ 1º A CONTRATADA colocará à disposição da CONTRATANTE, equipe composta por profissionais médicos especializados e pessoal técnico auxiliar, os quais utilizarão unidades móveis providas de equipamentos e medicamentos necessários para o atendimento primário das emergências médicas.

§ 2º O estabelecimento hospitalar para dar prosseguimento ao tratamento da emergência, será definido conforme indicação do paciente no ato do atendimento.

§ 3º No caso fortuito em que o paciente, por não ter convênio médico, deva ser internado pelo SUS, e, ante uma eventual não aceitação deste paciente por parte do centro hospitalar, a CONTRATADA esgotará todas as medidas cabíveis, incluindo a denuncia policial de fato, se for o caso. Se mesmo assim não for possível arranjar vaga, a responsabilidade será do hospital em questão, e nunca da CONTRATADA.

§ 4º Caso o paciente não possa ser internado no estabelecimento hospitalar previamente escolhido o mesmo poderá ser internado em outro, desde que expressamente solicitado pela CONTRATANTE, responsável ou médico atendente.

§ 5º O atendimento iniciar-se-á com a solicitação através do telefone de emergência ou na sede da CONTRATADA pela CONTRATANTE ou terceiro, cessando com a internação do paciente, ou quando a emergência médica houver sido estabilizada no próprio estabelecimento da CONTRATANTE.

§ 6º A CONTRATADA efetuará o transporte, se necessário como consequência imediata da emergência, ficando expressamente excluídos os traslados de paciente internado entre estabelecimentos hospitalares, destes ao domicílio do paciente, bem como para a realização de exames clínicos, paraclínicos ou tratamentos.

Cláusula Terceira - Das Obrigações da Contratada

Além de às demais obrigações avençadas neste instrumento, obriga-se a:

A - Nos aspectos técnicos, a:

a.1 Fornecer os equipamentos para a consecução dos serviços em perfeito estado de uso, conservação, segurança, limpeza e higiene, sendo desta forma mantidos;

a.2 No tocante aos equipamentos acima citados, assumir plena e irrevogável responsabilidade pela respectivas despesas, inclusive quanto a materiais de consumo, combustíveis e lubrificantes se for o caso, etc;

a.3 Aplicar, na consecução dos serviços, a melhor técnica disponível, dentro do atual estágio de desenvolvimento;

a.4 Executar tudo o mais que for necessário para que os serviços sejam prestados de maneira completa adequada, ainda que não expressamente previsto neste contrato.

B - Nos aspectos trabalhista, previdenciário, fiscal e civil, assumindo ser a única e exclusiva responsável, a:

b.1 Contratar às suas exclusivas expensas e responsabilidade, todo o pessoal necessário, direta ou indiretamente, à consecução do objeto do presente instrumento, seja como empregado ou autônomo, de acordo com as normas trabalhistas e previdenciárias vigentes, isentando plenamente o CONTRATANTE de quaisquer responsabilidade a ele relativas;

b.2 Providenciar para que todo o seu pessoal, quando nas dependências do contratante, esteja devidamente identificado (carteiras funcionais ou crachás) e, se for o caso, uniformizado;

b.3 Observar todas as leis, decretos, regulamentos, portariais e quaisquer normas ou exigências técnicas federais, estaduais ou municipais, relativas à consecução do objeto do presente contrato, isentando o CONTRATANTE de quaisquer responsabilidades nesse sentido;

b.4 Assumir, isentando totalmente o CONTRATANTE de quaisquer responsabilidades, de maneira irrevogável e irretroatável, quaisquer eventuais prejuízos decorrentes de acidentes ou incidentes provocados por seus funcionários, seja por culpa ou dolo, que causem danos materiais ou morais à CONTRATANTE ou terceiros em geral;

b.5 Aceitar, desde já, sua denúncia da lide em quaisquer procedimentos judiciais que eventualmente venham ser propostos por terceiros contra o CONTRATANTE, relativos ao ressarcimento dos danos cuja responsabilidade tenha sido pela contratada assumida neste instrumento, assumindo plena e irrevogável responsabilidade pelos consectários legais e condenatórios decorrentes de eventual sucumbência judicial.

Cláusula Quarta - Taxa de Manutenção

O preço para a realização do objeto do presente contrato é de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) anual, para período de 10/08/09 a 10/08/10.

§ 1º O CONTRATANTE reconhece expressamente que os valores referentes à taxa de manutenção, constituem-se em dívida líquida e certa, podendo a CONTRATADA em caso de atraso, proceder a cobrança judicial, sem prejuízo no item parágrafo segundo abaixo.

§ 2º Todo e qualquer pagamento pela CONTRATANTE à CONTRATADA apenas se dará mediante a apresentação da respectiva nota fiscal-fatura.

§ 3º No preço estabelecido no *caput* desta cláusula já estão incluídos, conforme legislação vigente, todos os impostos, taxas e emolumentos incidentes no objeto do contrato, quer sejam federais, estaduais ou municipais, bem como todos os encargos trabalhistas e previdenciários, além das despesas de alimentação e transportes de pessoas, materiais e equipamentos relacionados com o objetivo contratado.

§ 4º Na hipótese de qualquer alteração tributária ou dos encargos sociais vigentes, bem como derrogação ou renovação dos benefícios e incentivos de natureza tributária e financeira que vierem a ocorrer durante a prestação de serviços ora contratados, o preço de fornecimento sofrerá ajustamento para mais ou para menos, em função dessas alterações. O demonstrativo e o repasse dessas alterações ao preço contratual serão objeto de comum acordo entre as partes.

§ 5º Nenhum pagamento implicará, por parte do CONTRATANTE, aceitação/aprovação tácita, total ou parcial dos serviços prestados, quaisquer que sejam.

Cláusula Quinta - Do Prazo

O presente contrato vigorará por 12 meses, considerando a partir da data de assinatura deste contrato. Após este período, o contrato será renovado por mais 12 meses, desde que de comum acordo entre as partes.

Cláusula Sexta - Da Extinção Contratual

O presente contrato poderá se extinguir nas seguintes condições:

§ 1º Por resolução, sem quaisquer ônus para as partes, permanecendo responsáveis por seus direitos e obrigações até a data da extinção:

a. automática e independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, pela:

I - Superveniência de normal legal que o torne formal ou materialmente inexecutável;

II - Verificação de falência, concordata, ou qualquer outro meio legal, da insolvência de qualquer das partes;

b. Mediante denúncia, por qualquer das partes, a qualquer tempo, através de expressa e escrita comunicação à outra, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 2º Por rescisão:

a. automática, imediata e independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial:

I - não dar a CONTRATADA início aos serviços no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da data prevista;

II - a falta de pagamento da taxa de manutenção, por prazo de manutenção, por prazo superior a 60 (sessenta) dias.

b. imediatamente, mediante simples comunicação expressa e escrita por uma parte à outra, nas seguintes hipóteses:

I - de inadimplemento, por parte da outra, de qualquer de suas cláusulas ou condições;

II - quando, após reiteradas solicitações feitas pela CONTRATANTE à CONTRATADA, ficar evidente a incapacidade, o desaparecimento ou a má-fé desta última;

III - a CONTRATANTE omitirem informações ou tentar, por qualquer meio, obter vantagens ilícitas dos serviços prestados pela CONTRATADA;

IV - a CONTRATANTE impedirem ou dificultarem quaisquer exames ou diligências necessárias para a prestação dos serviços.

V- na hipótese em que se verificarem reiteradas solicitações de atendimento sem motivo justificado, a CONTRATADA poderá rescindir o contrato, procedendo a desfiliação imediata, independente de notificação judicial ou extrajudicial.

Cláusula Sétima - Das Demais Condições

§ 1º Fica a CONTRATADA desobrigada de prestar atendimento a pessoa(s) que não se encontre(m) nas instalações da CONTRATANTE, mesmo que vinculadas a esta, seja em razão de trabalho, seja por outras razões;

§2º O presente obriga as partes e seus sucessores a qualquer título, não podendo ser cedido ou transferido a terceiros, total ou parcialmente, sem a prévia e expressa anuência de todas as partes; na eventualidade de inobservação ao presente dispositivo, a parte cedente permanecerá sujeita de todas as responsabilidades por ela assumidas neste instrumento, sem prejuízo das sanções legais e contratuais aplicáveis;

§ 3º A CONTRATADA declara, para os fins, possuir todas as licenças e inscrições, em como estar quites com todas as obrigações de pagar, junto a todos os órgãos públicos e privados, necessárias ao regular e legal exercício das funções ora avençadas, assumindo plena responsabilidade por eventuais suspensões na prestação de serviços em virtude de irregularidade em tal documentação;

§ 4º A CONTRATANTE se obriga a comunicar à CONTRATADA qualquer mudança de endereço, sob pena de não o fazendo, assumir inteira responsabilidade por eventuais danos ou transtornos que venham a ocorrer.

§ 5º A abstenção dos exercícios de qualquer faculdade ou direto no presente instrumento, previstos, constituir-se-á ato de mera liberalidade, não inovando nem criando direitos, a serem invocados pelas partes.

Cláusula Oitava - Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, como único competente para dirimir quaisquer ou litígios deste contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e efeito, no anverso de 06 (seis) folhas, na presença das testemunhas subscritas.

Curitiba, em 01/08/09.

(aa) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

MARNE ELOI KLEIN

Salva Serviços Médicos de Emergências S/C Ltda

Procuradoria Geral

Parecer

PROCURADORIA GERAL

Parecer nº 246-PG

Protocolo nº 10990/09

Assunto: Ecco Salva Emergências Médicas.

Da: Procuradoria Geral.

Para: Diretoria de Apoio Técnico.

Data: 14/09/09.

Sr. Diretor, em resposta ao solicitado manifestamo-nos a seguir:

Versa o presente a respeito da proposta de renovação de contrato de convênio Ecco Salva Emergências Médicas.

Dispõe o artigo 57, II da Lei nº 8666/93:

A duração dos contratos regidos por esta lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a 60 meses.

Se a Administração verifica, no caso dos contratos de duração continuada e que foram contratados para a vigência no período de crédito orçamentário, que a sua continuação com a mesma empresa, por iguais e sucessivos períodos implicará, comprovadamente, na obtenção de preços e condições mais vantajosas para Administração, fica esta autorizada a prolongar o contrato nos termos do artigo supracitado.

Note-se que concessão do benefício da prorrogação dar-se-á apenas se comprovada a obtenção de condições mais vantajosas para a Administração. Se há possibilidade de obtenção de melhores preços em serviços similares deve a contratante promover nova licitação.

Sendo assim, mantidas as condições expostas, o contrato em questão é passível de ser prorrogado desde que identificado o crédito orçamentário pela qual correrá a despesa, devendo existir dotação orçamentária suficiente para o atendimento das despesas no exercício.

É o parecer.

Procuradoria Geral, em 14/09/09.

(a) CLAUDIA RUSSI FARAH - Advogada

GABINETE DA PROCURADORIA

Parecer Nº 150/09

Interessado: ONI RIBAS BUENO

Assunto: Licença Especial

Processo: 9472/09 - ALEP

ONI RIBAS BUENO, matrícula nº 40705, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, portadora da Carteira de Identidade com registro nº 49072-9, CPF 026.619.009-00 ocupante do cargo de Médica, nível NUE-01, lotada na Coordenadoria de Serviço Médico Administrativo desta Casa, requer licença especial de três meses.

O Chefe da Coordenadoria de Relações Trabalhistas deste Poder informa que a funcionária foi admitida em 02/06/86 e instruiu o processo com cópia da Ficha Funcional.

Analisando os registros funcionais e demais informações do processo, verificamos que nesta data, a funcionária conta com 23 anos, 02 meses e 16 dias de tempo de contribuição.

Contudo, averiguamos que a Administração desta Colenda Casa, amparado no artigo 240 da Lei nº 6174/70, concedeu a referida funcionária, licença em 01/01/98 e 01/01/99, sem obtenção de vencimentos, prorrogando-a, de mesmo modo em 01/01/01, retornando ao exercício de suas funções em 01/05/01.

Diretor Geral